



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- *23 de fevereiro de 2019* -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

... por isso, vamos iniciar os trabalhos.

Vamos iniciar com a tomada de posse dos elementos que estão cá pela primeira vez.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, portadora do cartão de cidadão n.º 093473621ZY2, válido até 23.07.2020, e NIF n.º 190930632, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente Maria Estela Vieira Freitas, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Manuel Fernando da Costa Vieira, portador do cartão de cidadão n.º 029759005ZY7, válido até 14.07.2019, e NIF n.º 154724980, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente Leandro Manuel Vieira de Queirós, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Socialista (PS), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo ter prestado juramento legal, declarou-o instalado como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuel Vieira (PS) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.



--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Flávia Isabel Pereira da Silva, portadora do cartão de cidadão n.º 109162293ZY0, válido até 04.05.2019, e NIF n.º 205585582, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente César Baltazar Pereira Fernandes, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Socialista (PS), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Flávia Silva (PS) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Maria Luísa Gomes de Madureira, portadora do cartão de cidadão n.º 05905309, válido até 18.10.2021, e NIF n.º 185586112, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Maria Luísa Madureira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, vamos entrar no **Período de antes da ordem do dia**.

O **Ponto n.º 1.1** é a Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 23.11.2018.



Ora, o Sr. Esteves, a Dra. Manuela Ferreira, a Dra. Maria Luísa Madureira, o Sr. Manuel Fernando Costa Vieira e a D. Flávia Silva não votam.

Relativamente à ata, quem se abstém? Quem vota contra? Aprovada por unanimidade.

De seguida, passamos ao **Ponto n.º 1.2**, Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto.

Não está ninguém, e por isso, avançamos.

Ponto n.º 1.3, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Quem pretende inscrever-se?

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Vou recapitular os nomes. Estão inscritos, então, a Dra. Susana Loureiro, o Presidente Miguel Carneiro, o Presidente da Junta de Vila Boa de Quires e Maureles, Fernando, o Presidente de Tabuado, Barbosa, Gil Rodrigues, Ricardo Soares, Américo Moreira, o Prof. Mário Luís, e o Eng.º Bruno Caetano. Estão todos?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, tem a palavra a Sra. Deputada, Dra. Susana Loureiro, por favor.

--- Susana Loureiro (PPD/PSD) ---

Exmos. Senhores, Exmas. Senhoras, Exmos. Marcoenses, apresento os meus mais respeitosos cumprimentos a todos.

Começo esta minha intervenção com uma franca preocupação, face a alguns aspetos de interesse autárquico que convosco gostava de partilhar e de interpelar o Executivo, do qual espero obter respostas.

Como é do conhecimento de todos no nosso concelho, assim como de uma forma generalizada pelo país fora, a questão e os episódios de violência doméstica no namoro têm vindo a ganhar proporções que considero preocupantes, para não dizer mesmo drásticas e assustadoras. Só este ano foram já onze as mulheres mortas neste contexto. Estes números são preocupantes, e deveríamos todos refletir sobre isto, pois os castigos pecam, infelizmente, por tardios e leves. Basta analisar com algum cuidado a imprensa escrita digital e os noticiários televisivos para constatar que esta triste realidade acontece infelizmente amiúde, sendo transversal a todas as classes sociais. Bem sabemos que é pelo exemplo que educamos; a educação e a sensibilização deverão ser apostas fortes nas nossas ideologias, no sentido de prevenirmos que a assistência de atos violentos, muitas vezes no seio familiar, se transforme numa constante escalada com propensão nas futuras gerações.



Srs. Deputados, esta é uma realidade alarmante sobre a qual devemos refletir. Mas, é igualmente alarmante o aumento de casos de violência no namoro, de *bullying* que se verifica nas diversas faixas etárias. A título de exemplo, e sem quebrar qualquer sentido ético ou sigilo profissional, os senhores não imaginam a quantidade de processos de violência doméstica que passam pelo Tribunal de Marco de Canaveses, os quais têm vindo infelizmente a crescer de ano para ano, quer em número, quer na gravidade das ações que são praticadas. Contudo, é importante realçar que estes são apenas os que se conhecem. E todos aqueles em que a vítima se cala, por vergonha, por dependência económica, pela família, pelos filhos, entre múltiplas razões? Esses números não são por nós conhecidos.

Srs. Deputados, a realidade é simples: o que separa os episódios de violência que deixam marcas profundas de uma morte é, infelizmente, uma linha muito ténue. Neste sentido, não só como advogada, como mulher, como mãe e membro de uma sociedade, apelo aqui à vossa sensibilidade, que é necessário atuar com a máxima urgência. É necessário adotar medidas de prevenção precoces, investir em informação, divulgação e sensibilização, para que juntos, pouco a pouco, sejamos muitos na luta contra a violência.

Assim, e nesta esteira, o Grupo Municipal do PSD coloca esta temática à consideração desta Assembleia Municipal, lançando o desafio ao Executivo de se criar, com a urgência que este assunto merece, nomeadamente um Gabinete Municipal de Apoio à Vítima de Violência, de modo a garantir orientação, esclarecimento e encaminhamento, gerido em parceria e em rede, com estruturas adequadas, como o tribunal, a GNR, a Segurança Social, o Gabinete Social do Município, a Ordem dos Advogados, as escolas, entre outros parceiros relevantes no cuidado desta matéria. Seria uma iniciativa importante para o desenvolvimento social do nosso concelho, a par com a criação já prometida pela Sra. Presidente de uma habitação social que possa ser usada pelas vítimas de violência, quando de outro lugar seguro não dispuserem para habitar.

Em adição a isto, cremos que é igualmente urgente investir em campanhas de sensibilização, palestras informativas sobre o tema junto dos mais jovens, de modo a criar uma dinâmica integrada na sua formação, nomeadamente ao nível das escolas. Não podemos, nem devemos ficar indiferentes perante esta alarmante realidade social. Desta forma, e como esta preocupação é de todos, sendo que já congratulei o Sr. Presidente da Assembleia Municipal por ter sugerido o tema da violência no namoro como um dos temas eventualmente a ser discutidos na Assembleia Municipal de Jovens – excelente sugestão – gostava, pois, de interpelar o Executivo Camarário sobre esta sugestão, necessidade e viabilidade de criação de um Gabinete de Apoio à Vítima de Violência num futuro próximo.

Em segundo lugar, quero aqui afirmar que o Grupo Municipal do PSD está totalmente disponível e empenhado para colaborar com esta Assembleia Municipal, Câmara Municipal, e com a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, na pessoa do seu Presidente, Dr. Miguel Carneiro, para juntos encontrarmos uma solução legal para o problema com o qual a Junta se depara. Neste sentido, Srs. Deputados, devemos unir esforços, adotando uma postura apartidária, sem jogos e interesses políticos, juntos pelo interesse público dos habitantes de Vila Boa do Bispo e pelos Marcoenses. Por isso, Dr. Miguel, conte connosco, conte comigo. O senhor é um jovem promissor, reconheça-lhe as capacidades necessárias para resolver esta difícil questão, de acordo com os critérios legais. Não se deixe iludir por sistemas simples, não seja mais um a reger-se por promessas ditas



imediatas, que, na verdade, de imediatas não têm rigorosamente nada. Basicamente, seja você próprio. E para isso, e mais uma vez, conte com o PSD.

No seguimento desta última questão, queria também questionar a Sra. Presidente de Câmara sobre esta questão, nomeadamente se pode partilhar connosco a sua posição, a posição do seu Executivo e da Câmara, se já há, ou estão a ser desenvolvidas medidas como resposta para o bem de Vila Boa do Bispo e da sua população.

Muito obrigado. Um bom dia de trabalho a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Carneiro.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Secretários, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, Marcoenses que nos escutam e assistem *online*. Muito bom dia a todos.

Aquilo que me traz aqui é exatamente a mesma razão com a qual terminou o discurso a deputada Susana Loureiro. E eu gostava, acima de tudo, de dar esclarecimentos, para que as pessoas se possam sentir informadas daquilo que é a real situação.

Relativamente a isto, estamos a falar de uma situação que envolve o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, e eu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia, gostaria de esclarecer o que realmente está em causa neste caso. E é importante que nós façamos a linha temporal.

A 6 de agosto do ano de 2000, o cidadão Agostinho Melo faleceu, vítima de afogamento na Praia Fluvial de Meregreiro, na nossa freguesia. Consequência deste lamentável episódio, a família recorreu ao Tribunal Administrativo de Penafiel logo em 2001, com um pedido de indemnização ao Estado Português, à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia. O processo foi inconsequente nessa altura, e as três entidades públicas foram ilibadas de qualquer culpa. A família, que não se conformou, em 2003 recorre a outro tribunal, desta vez ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com outro processo contras as três mesmas entidades. Nessa altura, só a Junta de Freguesia entendeu não contratar advogados para constituir defesa, ao contrário do que havia sido feito no primeiro processo. Dez anos depois, em novembro de 2013, surge a decisão em primeira instância: o Estado e a Câmara Municipal saíram uma vez mais ilibados; no entanto, a Junta de Freguesia foi condenada a pagar uma indemnização à família, em valores que vamos já abordar. Esta sentença surge exatamente um mês após eu e a minha equipa termos tomado posse pela primeira vez na Junta de Freguesia, e foi aí que tomámos conhecimento do processo. De imediato, contratámos advogados para defender a Junta de Freguesia e, obviamente, recorreremos da decisão. Infelizmente, esta decisão, em instância final, confirmou-se a sentença, e em 2017 ficámos a saber que a Junta de Freguesia teria que indemnizar a família num valor superior a trezentos e vinte mil euros (320.000€).

Tentámos por várias formas chegar a um entendimento com a família, mas nunca houve abertura da outra parte para qualquer negociação. Como se sabe, para uma Junta de Freguesia como a nossa, com um Orçamento anual de cerca de duzentos e cinquenta mil euros (250.000€), a mesma



não dispõe de verba para cumprir essa pena, e daí surge uma penhora sobre todo o dinheiro que a Junta tinha disponível no banco para a sua gestão corrente, no valor aproximado de dezasseis mil euros (16.000€), penhora à qual se seguirão depois as penhoras das viaturas e dos equipamentos da Junta de Freguesia.

Chegados aqui, a nossa única e óbvia preocupação é garantir que a Junta de Freguesia tem condições para continuar aberta e a prestar os serviços essenciais à população. A nossa advogada está a trabalhar na melhor saída possível para esta situação, que é difícil, e até o processo estar totalmente fechado, a Junta de Freguesia vai, obviamente, funcionar de forma limitada. O que os Vilabonenses e todos os Marcoenses podem contar é que, mais do que nunca, o Executivo da Junta de Freguesia será diligente e empenhado na defesa dos interesses da freguesia, colocando-os sempre acima de tudo.

Em virtude daquilo que é aqui explanado, é importante para a Junta de Freguesia reiterar uma vez mais a necessidade da vossa solidariedade, apoio e compreensão no tratamento desta matéria tão delicada e tão impactante para o futuro da nossa comunidade. Foi exatamente isso que fiz – e podem ver as atas e as gravações – através de um apelo neste mesmo órgão, na sua reunião ordinária do dia 28 de abril de 2017, imediatamente após a sentença ter transitado em julgado, dando conhecimento a toda a população de forma transparente. Desde sempre fui claro, absolutamente transparente e diligente na procura de uma solução que salvaguardasse os interesses da freguesia e respeitasse as deliberações que o poder judicial emitiu. Desde sempre prestei contas aos meus eleitores e aos Marcoenses sobre a nefasta dimensão deste problema e do seu impacto em Vila Boa do Bispo. Deixem-me ser novamente honesto com todos vocês: estamos aqui a falar de uma dívida que exigirá à Junta de Freguesia um esforço durante as próximas décadas.

O Executivo Municipal tem acompanhado de forma muito próxima os desenvolvimentos e os esforços realizados no sentido de conseguir uma solução melhor para a freguesia. Não tendo sido possível essa tão desejada solução, apenas e só por total rejeição da outra parte de qualquer proposta, a Câmara Municipal tem estado do nosso lado na prossecução de soluções que garantam de forma séria e realista a manutenção dos serviços prestados à população e a salvaguarda dos interesses da mesma. O nosso agradecimento, como é óbvio, é mais que devido, mas, infelizmente, Sra. Presidente, será preciso o apoio do Município durante muitos mais anos. Queremos continuar a contar consigo, Vila Boa do Bispo quer continuar a contar com o Município.

Porém, como em tudo na vida, há sempre um lado positivo de tudo isto. E eu, como otimista que me considero, gosto sempre de ir à busca desse lado. E se houve algum plano em que este problema foi útil, foi, exatamente, no plano político Vilabonense e Marcoense, que me ajudou imenso a perceber quem está aqui para ajudar, e quem está aqui para brincar aos políticos com dinheiro dos contribuintes. Por esta razão, agradeço desde já a solidariedade e as palavras de amizade e consideração que têm sido dirigidas a mim e ao meu Executivo a partir de todos os quadrantes políticos, sem qualquer exceção – e agradeço já, pessoalmente, à Dra. Susana Loureiro, exatamente esta abordagem e as palavras que aqui me dirigiu. Parece, contudo, haver pessoas mais preocupadas com o espetáculo mediático do que na resolução dos reais problemas dos Marcoenses. E pessoalmente, surpreende-me imenso que após mais de quinze mil euros (15.000€) de compensações que eu e o meu Executivo, ao longo destes cinco anos, abdicámos em favor do Orçamento da freguesia, depois de informação tão abundantemente partilhada, e de



todo o empenho que temos evidenciado no desempenho das nossas funções, hajam ainda pessoas que procurem pôr em causa o que estamos a fazer, ao invés de ajudar a ultrapassar as dificuldades, e que procurem acima de tudo pôr em causa o meu carácter e a minha idoneidade em todos os planos da minha vida, incluindo o pessoal e o profissional. A estas pessoas, que nunca se poderão chamar realmente de políticos, nem nunca serão merecedoras de ser reconhecidas como dignas Marcoenses, eu digo de forma frontal e contundente: Vila Boa do Bispo não precisa deste vosso contributo, mas sim do vosso apoio e solidariedade. E eu, em particular, dispenso muito, mas muito bem insinuações mesquinhas sobre o meu carácter e piadas de mau gosto, mascaradas de soluções para este problema.

Eu e o meu Executivo continuaremos a trabalhar incessantemente e a procurar o melhor amanhã para a nossa terra. A estas pessoas e a estas atitudes, voto-as ao esquecimento e ao desprezo, lembrando-me perfeitamente que J.F. Kennedy afirmou, no seu discurso de tomada de posse, que não deves perguntar o que pode o teu país fazer por ti, mas sim, o que podes tu fazer pelo teu país. Pois bem, por Vila Boa do Bispo, eu e o meu Executivo faremos tudo o que for legalmente possível e estiver ao nosso alcance. Já outros não dirão o mesmo, tenho a certeza. Mas o povo, infinito na sua sabedoria, saberá uma vez mais julgar essa mesma mesquinhez.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente de Câmara, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia, público e Marcoenses que nos ouvem:

Eu trazia só três assuntos que dizem respeito à Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, e que me preocupam, e para haver aqui algum esclarecimento do Executivo. Eu já me habituei, ao longo dos anos, a vir sempre a esta Assembleia falar de saneamento, e vou continuar a fazê-lo enquanto a freguesia não tiver – achamos nós – as dignas condições nesse aspeto. É verdade que nos últimos tempos deram-nos uma lufada de ar fresco para eu poder dizer que já temos uma parte de Vila Boa de Quires e Maureles com saneamento básico, com a abertura da ETAR de Maureles. É verdade que ficou uma parte coberta e desativadas algumas fossas, e desde já também alertar o Executivo para que essas fossas que foram desativadas, ter algumas considerações que possam, ou não, causar transtornos, e algumas que estão a causar, nomeadamente uma em frente a um armazém de uma empresa conceituada no Marco de Canaveses e na nossa terra em especial, que é a Gémeos Ferreira, que tem algumas dificuldades de movimentação – o Sr. Vice-presidente da Câmara também já está alertado para esse facto – porque, realmente, com as águas é muito difícil eles poderem trabalhar com os empilhadores, e a descarregar os camiões que diariamente lá visitam essa empresa, e causam uma má imagem também a quem a visita. Daí, também alertar, porque agora, com este tempo bom, nós podemos fazer alguma coisa e resolver aquela situação.

Da parte do saneamento, é verdade – e eu aí também queria interpelar o Executivo quanto a essa forma, porque da parte da Agrela, que me preocupa, porque já se diz há muitos anos que Agrela,



aquela parte das fábricas, tem toda saneamento básico, mas a verdade é que o saneamento está a ir todo para uma fossa, e que vai direto para o Rio Bufo. Eu já alertei, não é de agora, já alertei a Câmara anterior também desse facto, aliás, já foram lá as entidades ver aquela fossa, e a verdade é que me preocupa muito. E eu queria também saber se o Executivo já tem planeado alguma parte para a construção de alguma ETAR nessa situação, e que resolveria também o problema da fossa do loteamento da Gaia de Cima, e também da Tapada, e criava ali aquela parte da freguesia, que não tem também saneamento. Pronto, saber também se o Executivo está a planear algum investimento nessa parte, na minha Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles.

Também interpelar o Executivo, porque já falámos aqui diversas vezes sobre as obras, e houve um projeto nas escolas, se há algum desenvolvimento para, neste caso, a intervenção nas escolas, e sobretudo na Escola de Maureles, porque o telhado ainda é de amianto. Sabia que havia alguma intenção de fazer lá essa intervenção, saber se há planeamento, porque as férias estão já aí, e acho que essas intervenções de fundo deveriam ser feitas nas férias grandes. Por isso, acho que estávamos na altura de saber se irão ser feitas, ou não.

Também interpelar a Sra. Presidente, porque já fiz, e sabe que é uma vontade nossa, em Vila Boa de Quires e Maureles, ter uma entrada diferente na nossa freguesia, nomeadamente na rotunda de Lordelo. A Junta de Freguesia já fez um projeto da dita rotunda, de um arquiteto da nossa terra, em que teríamos que ter ali uma imagem diferente na entrada. A Sra. Presidente também já me alertou e disse-me, e bem, que tem intenção de fazer algumas intervenções em algumas rotundas. Eu queria saber se há alguma intenção de avançar com esse projeto, se não, porque, realmente, para quem entra na nossa freguesia, queríamos ter uma imagem diferente, e a verdade é que a rotunda de Lordelo é mesmo a entrada de frente das duas freguesias que se uniram, que são Vila Boa de Quires e Maureles. Por isso, gostava de saber se há alguma intenção de intervir nessa área.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Barbosa.

--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Ora, então, cumprimentava o Sr. Presidente da Assembleia, e em nome dele, toda esta Assembleia.

Os motivos que me trazem cá hoje são dois. Um prende-se com a visita que a Sra. Presidente fez esta semana à Freguesia de Tabuado, onde teve oportunidade de pessoalmente receber alguns agradecimentos dos populares, e de alguns Tabuadenses. Mas, em nome de todos aqueles que não tiveram oportunidade de o fazer, eu gostaria de agradecer à Sra. Presidente e ao Executivo da Câmara Municipal um conjunto de obras, naquele pacote de obras de proximidade que foram desenvolvidas no ano de 2018 na Freguesia de Tabuado. A visita também serviu para projetarmos novas intervenções no ano de 2019, mas houve ali um pequeno pormenor que nos fugiu, e eu gostava de questionar a Sra. Presidente, ou o Sr. Vereador, que é uma intervenção na Rua Padre Joaquim Pereira da Cunha, que se prende com a extensão da rede de saneamento e água. Eu sei que ela está prevista, que está no pacote de obras que foram entregues, mas ainda não aconteceu, se o Sr. Vereador nos consegue adiantar uma data para o início da mesma.



O segundo ponto que me traz aqui tem a ver com uma instituição prestadora de cuidados de saúde no nosso Município, e todos seremos unânimes em considerar que o Serviço Nacional de Saúde, e todo o setor da saúde, não atravessa momentos de grande fulgor – são as greves, são os adiamentos das cirurgias, são as listas de espera, são os hospitais que não dão resposta àquilo que são as nossas pretensões. Mas, nem tudo vai mal no Serviço Nacional de Saúde, e muito em particular no Marco de Canaveses nós temos uma instituição que lidera o *ranking* nacional. E então, eu passava aqui a ler um pequeno texto, antes de apresentar um voto de louvor:

“Com a reforma dos cuidados de saúde primários, mais concretamente em 2006, uma equipa de profissionais, coordenada à altura pelo Dr. António Filipe, aceitou o desafio de construir aquilo que viria a ser a USF de Alpendorada, uma unidade de saúde baseada no modelo experimental que todos acreditavam condenado ao fracasso. Foi-se afirmando no profissionalismo, na solidariedade e no desejo da melhoria contínua. Foi, portanto, natural que desafiados pelo Diretor Clínico do ACES, pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de Tabuado e de Várzea, Aliviada e Folhada, pelo Município e pela Direção da Casa do Povo, em criar um polo em Tabuado, apesar das dificuldades previsíveis, e mesmo alguns pareceres negativos, foi aceite o desafio. Foi também natural que quando o Ministério da Saúde definiu como prioridade estratégica nacional a creditação em qualidade, de acordo com padrões internacionais predefinidos das unidades de saúde, promovendo o empenho voluntário dos profissionais na melhoria contínua dos cuidados que são prestados aos cidadãos, e desta forma incrementar a eficiência, reduzindo os custos da não qualidade, esta Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada e Tabuado abraçou o projeto.

Desde 2017 que as unidades funcionais, nomeadamente as Unidades de Saúde Familiar tipo A e B, e Unidades de Cuidados de Saúde, são avaliadas tendo por base o chamado Índice de Desempenho Global, que quantifica o conjunto de resultados que refletem a melhoria dos cuidados de saúde na comunidade onde se inserem. Apraz-me informar que em relação ao IDG final do ano de 2017, esta unidade atingiu um valor de noventa e três pontos em cem possíveis, estando à altura no Top10 nacional.

Em dezembro de 2018, foram avaliadas mil, cento e cinquenta e duas unidades de saúde, das quais duzentas e cinquenta Unidades de Saúde Familiar – modelo B, na qual se enquadra a mesma, sendo que o IDG da USF de Alpendorada e Tabuado foi o mais elevado a nível nacional, com noventa e oito pontos em cem possíveis. E quase dois anos passados, a Unidade de Saúde Familiar que aceitou o desafio de ser a primeira no país, de modelo B, a criar um polo, foi creditada em 23 de janeiro de 2019 com um nível bom.”

Em virtude disso, propunha aqui um voto de louvor a esta instituição:

“Com o presente voto de louvor, procura-se salientar o sucesso de uma instituição prestadora de cuidados de saúde, a Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada e Tabuado, que foi distinguida com o nível (noventa e oito pontos em cem), tendo como base o Índice de Desempenho Global (IDG), que qualifica um conjunto de resultados que refletem a melhoria dos cuidados de saúde. Estes resultados são o produto do trabalho e do empenho de toda uma equipa de profissionais que a integram, desde médicos, enfermeiros, administrativos, assistentes operacionais e uma coordenadora, que neste momento é a Dra. Alexandra Rabaçal, que só por acaso também é membro deste Executivo.



Auguramos aqui que continue o caminho do sucesso, prestando um serviço de saúde de qualidade a uma franja significativa da população Marcoense. Congratulamo-nos com a classificação, que foi a mais elevada a nível nacional, num universo de mil, cento e cinquenta e duas, e das quais duzentas e cinquenta e seis são Unidades de Saúde Familiar – modelo B.

Aproveitamos para lembrar que esta Unidade de Saúde Familiar – tipo B foi também a primeira na criação de um polo – o Polo de Tabuado.

Este voto de louvor foi lido e será assinado por mim, que o propus, e quem o desejar subscrever.”

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Exma. Mesa, Exmo. Executivo, caros colegas, Marcoenses, comunicação social:

Antes de mais, quero associar-me ao voto de louvor, e recordar a data em que esse polo foi criado, que acho que também devem ser assinaladas as datas em que as coisas são criadas, e quem estava a apoiar esses projetos.

Sobre o tema que me trazia cá, ainda bem que sou eu que escrevo as minhas intervenções, senão agora estaria perdido, não sabia o que é que ia dizer.

O tema que trago hoje aqui tem a ver com a constante descida do preço da palavra honrada. Ouço muitas vezes as pessoas mais experientes dizerem que a palavra já não é o que era, que já não vale o que valia, que antigamente bastava a palavra para que o negócio se concretizasse. Mas, depois, veio a era da escrita e dos computadores, e para o caso de a palavra falhar, começou-se a passar os contratos a escrito, para que ficassem documentados os negócios ou as promessas negociais.

Mas, é tão barata a palavra honrada que qualquer um a pode comprar, e mesmo estando escrita, de tão barata que é, parece os sacos do McDonald's espalhados por aí, qualquer um as deita fora. E mesmo presente em pré-acordos ou em manifestos eleitorais, que dizem que isentarão de imediato os Marcoenses das taxas de ligação de água e saneamento, a palavra é desbaratada e desonrada. Sempre me ensinaram que só devemos prometer o que conseguimos cumprir, e a Dra. Cristina Vieira prometeu e não cumpriu com os Marcoenses, desbaratando ainda mais a palavra honrada, e aconselhando os Marcoenses a fazer o pagamento faseado das taxas de ligação de água e saneamento.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Soares.

--- Ricardo Soares (Presidente J.F. Bem Viver, PS) ---



Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal e membros do Executivo, Srs. Vereadores e caros colegas deputados, comunicação social, público aqui presente, e que nos acompanha pelos diversos meios de comunicação.

Caros Marcoenses, pedi a palavra para falar de uma nova realidade há muito aguardada no Concelho de Marco de Canaveses, mas em particular na Freguesia de Bem Viver. Finalmente está a ser dada resposta a muitos dos problemas que fomos identificando e nos foram apontados pela população. Falo de problemas com décadas, que por motivos que desconheço nunca foram aplicadas soluções eficazes e permanentes. A Freguesia de Bem Viver recuperou a sua voz, e juntamente com o Executivo Camarário, acredito genuinamente que está a ser dada uma resposta firme aos muitos pedidos legítimos da população, alguns com décadas, como disse, e dou três exemplos rápidos e distintos.

Com este Executivo, fizemos a reposição do muro de suporte à Rua da Portela, que caiu, segundo a população, há mais de quinze anos. Também pelo menos há quinze anos era pedida iluminação pública para a Rua da Vinha, e foi instalada há duas semanas. No Largo da Feira Nova foram colocadas duas paragens de autocarro – algo simples, dirão alguns deputados; obras pequenas, dirão outros, mas era algo que a população esperava há mais de quarenta anos – quarenta anos.

Não posso senão agradecer à Sra. Presidente da Câmara, e na sua pessoa, aos Exmos. Srs. Vereadores, pela cooperação que têm dado à freguesia que tanta honra me dá em presidir.

Agradecimentos feitos, faço agora mais dois pedidos. Há na Freguesia de Bem Viver duas situações que nos preocupam em particular, uma pela urgência e perigo que representam para a população, e outra pelo impacto transversal que terá na nossa terra. Falo da Rua Eng.º Manuel Carneiro Geraldês e do Pavilhão Gimnodesportivo do Centro Desportivo de Favões.

A Rua Eng.º Manuel Carneiro Geraldês representa um perigo há largos anos para qualquer utilizador da via, esteja ele a circular num veículo ou a circular a pé. Não é exagero, é a realidade. Esta rua que está constantemente a abater já provocou estragos elevados a comerciantes locais ao engolir uma das suas carrinhas, já obrigou à assistência médica de um idoso que, com noventa e sete anos, se desequilibrou por causa do instável piso, entre outras situações. Há um grave problema do cruzamento da rede de águas pluviais e de saneamento no local, e os abatimentos são constantes, e mais dia, menos dia, teremos uma tragédia maior. Tenho acompanhado, de uma maneira ou de outra, os esforços deste Executivo na construção de uma solução, mas peço encarecidamente que este problema, que dura há muitos anos, seja finalmente eliminado.

Quanto ao pavilhão do Centro Desportivo de Favões, este problema nasceu em 2005. Catorze anos passaram, e semanalmente somos surpreendidos com mais questões, mais obstáculos e conflitos. Este pavilhão está parado, apesar de ter recebido quatro propostas de equipas e profissionais para o utilizar. E por quê? Porque ele não existe. De forma muito breve: a 27 de julho de 2005 foi comunicado ao Centro Desportivo de Favões que em Reunião de Câmara foi deliberado por unanimidade conceder um subsídio de duzentos e vinte e nove mil, novecentos e três euros, e sessenta cêntimos (229.903,60€) para a construção do dito pavilhão. Esse subsídio nunca apareceu, e só em 2014, após recorrerem aos tribunais, foi assinado um reconhecimento de dívida e acordo de pagamento entre a associação e a Câmara Municipal, no valor de duzentos e vinte mil, oitocentos e quarenta e sete euros, e cinquenta e nove cêntimos (220.847,59€). Pouco



depois de tomar posse, em 2017, foi informado que alguém se esqueceu de pagar as custas judiciais do processo, e que o clube tinha assim uma dívida que ultrapassa os cinco mil euros (5.000€). Apesar disso, uma nova Direção foi eleita, disposta a recuperar essa associação. Mas, não o pudemos fazer. O pavilhão não está registado onde compete estar registado, impedindo assim investimento público para a concretização de obras fundamentais que permitiriam aceitar as propostas que recebemos e assim alavancar um importante eixo na política desportiva da Freguesia de Bem Viver e do Concelho de Marco de Canaveses.

Peço, assim, uma vez mais, ao Executivo Camarário para ultrapassar este obstáculo. Além da extrema importância, a população aguarda com expectativa uma nova vida para aquele espaço, e para a associação que tanto fez e quer fazer pela nossa terra.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Moreira.

--- Américo Moreira (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público, Marcoenses lá em casa:

Quero começar por parabenizar a Sra. Presidente pelo seu aniversário, ambos nascemos no dia 22 de fevereiro, ou seja, no dia do pensamento. Por isso, parabéns, Sra. Presidente, e em nome de todos os Marcoenses, desejo que esta Assembleia seja um momento de reflexão perante todos os munícipes.

Um dos assuntos que me trouxe até aqui é o Orçamento Participativo Jovem. Relembro que o Orçamento Participativo Jovem foi uma medida em tempos apresentada pela JS, na qual o Executivo de então, liderado pelo Dr. Manuel Moreira e pelo PSD, deu parecer positivo, pois somos e sempre seremos um Partido aberto a boas ideias.

Após um ano de paragem por parte do atual Executivo, venho aqui congratular o mesmo por colocar novamente em voga este plano. Os mais jovens são parte determinante da sociedade Marcoense, pelo que se pretende que estejam cada vez mais envolvidos nas decisões coletivas, mantendo também uma atitude vigilante sobre a atuação dos organismos públicos.

Se parabenizo o atual Executivo acerca do Orçamento Participativo Jovem, já não posso dizer o mesmo acerca do Conselho Municipal da Juventude. Desde que tomou posse, ainda não reuniu o Conselho. Sra. Presidente, tem alguma posição relativamente a este assunto? Para quando o Conselho Municipal de Juventude? Pensamos que é uma iniciativa que contribui para a melhoria da nossa democracia, reforça a participação pública dos cidadãos jovens e enriquece a juventude Marcoense.

Sra. Presidente, um dos aspetos fundamentais para o crescimento de um concelho e de uma região é a aposta na educação e em todos os serviços educativos. Temos verificado que os pedidos de transporte feitos à Câmara Municipal para a deslocação dos alunos têm sido sempre indeferidos. Existe alguma razão para isso? É esta a posição da Câmara Municipal face aos alunos



com maiores dificuldades? Os alunos Marcoenses merecem um Executivo Camarário eficaz, atento e com capacidade de resolução.

Para terminar: ontem tivemos a informação, por parte da comunicação social, de que a linha ferroviária entre Caíde e Marco vai ter um atraso em cerca de um mês. Questiono o Executivo para saber qual o motivo deste atraso, e se a vida dos Marcoenses ficará com algum tipo de problema com este atraso na linha Caíde – Marco, e na ferrovia da linha que, neste caso, liga Caíde e o Marco.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público, caros Marcoenses:

Eu gostaria de começar por me manifestar completamente de acordo com a intervenção da deputada Susana Loureiro, quer no que diz respeito à questão da violência doméstica, quer no que diz respeito à questão da Junta de Vila Boa do Bispo. Acho que devemos ser, naturalmente, solidários em ambos os casos.

Aproveitava para dizer que, de facto, fiquei satisfeito e gostei de participar na iniciativa do jantar da Assembleia Municipal, até porque serviu para rever velhas amizadas.

Gostaria de dar nota também aqui da realização da 3.^a Gala da ARCA e do quadragésimo sétimo aniversário desta associação, de uma das associações que mais prestigia o nosso concelho, naturalmente. E já agora, logo à noite, também há um sarau musical, em parceria com a Pauta Musical, também com parceria com a ARCA.

Aproveitava para referir que as juvenis e as juniores da associação se sagraram campeãs regionais, enquanto as infantis iniciadas, embora tenham passado à fase nacional, se classificaram em segundo lugar. A equipa das juvenis B disputou a final da Taça da Associação de Andebol do Porto, não tendo tido sucesso, perdeu por um golo de diferença.

Também dar nota da realização, em 16 de março, do Campeonato Regional do Norte de Fundo em Canoagem, junto ao Parque de Lazer, em Alpendorada.

Destacar a representação do nosso concelho na Gala dos Campeões da Federação Portuguesa de Canoagem, que se realizou no passado dia 26 de janeiro, onde um atleta, através do Ginásio Clube de Alpendorada, e do veterano atleta Joaquim Santos, que já há longos anos vem conquistando títulos ao serviço desta associação, e que é campeão nacional em K1 mil metros, e que é um dos melhores veteranos do mundo – volto a repetir, do mundo. Infelizmente, manifestou-se na imprensa algo desiludido com o apoio que tem sido dado à modalidade no nosso concelho, mas eu quero acreditar, naturalmente, e espero que sim, que isso tudo vai mudar.



Aproveito também para referir, porque vai ser, de facto, uma celebração de grande dimensão, no próximo dia 12 de março, uma demonstração das várias valências da área da Proteção Civil no Agrupamento de Escolas de Alpendorada.

Eu tenho aqui, de vez em quando, o hábito de falar da parte da segurança rodoviária, porque é um assunto que me preocupa. E neste momento, tenho passado várias vezes, e vejo várias manifestações de desagrado pela situação em que está, há bastante tempo, a estrada da barragem, que vem do Torrão até à Barragem, que tem uma faixa praticamente intransitável. Se calhar, o melhor seria aproveitar e, logo a seguir à ponte, colocar um sentido único. Eu penso que não se justifica, neste séc. XXI, que uma estrada esteja assim. Eu sei que a obra é importante, muito importante, mas penso que se poderia fazer mais para se evitar que a estrada estivesse tanto tempo naquele estado em que está. É claro que há sempre aspetos positivos, eu tenho vários colegas que passaram a conhecer a estrada de Várzea do Douro, passaram a conhecer Várzea do Douro, porque preferem vir por lá do que passar ali naquela estrada.

Se me permitem, aproveito para reiterar e reforçar um apelo que já aqui fiz, para que se fizesse um estudo e se arranjasse uma solução, porque as pessoas vão continuando a alertar para o perigo – não tem acontecido recentemente – de atropelamentos na Rua Francisco Sá Carneiro, naquela avenida principal de Alpendorada, que se fizesse um estudo para reduzir a velocidade do trânsito que aí passa.

E já agora, aproveito também, volto a reforçar o meu apelo, porque eu acho que era algo simples, acho que é uma deliberação para que aquela rotunda junto ao parque infantil também seja, de facto, uma rotunda, porque ela tem tudo para ser rotunda, todas as condições, só lhe falta dois sinais. Faz-me lembrar, não sei a quê, mas uma publicidade na televisão, em que num bar, ou numa discoteca, há um rapaz que se vai dirigir a uma loiraça que está de costas num balcão, e quando chega lá, ela vira-se e, afinal, nem sei se até tinha barbas, ou não. Ali é um pouco a mesma coisa, nós chegamos ali e é uma rotunda. Eu vejo constantemente, diariamente, grande confusão, há alguns que sabem e param para que as pessoas passem, mas no geral, as pessoas usam como rotunda. Acho que estamos a manter ratoeiras na nossa estrada, acho que não é bom. Aliás, permitam-me aqui uma referência a uma pessoa com quem não convivi muito, mas convivi, até em viagens a França, ao Eng.º Mouro Pinto, presto aqui a minha homenagem, ouvi, não tenho a certeza, que ele terá também sido um pouco induzido em erro numa situação semelhante, algo que seria uma rotunda, que parecia rotunda e que, afinal, talvez não o fosse.

E para terminar, gostaria só, também um pedido simples: há uma rua que vem da Urbanização Santa Sabina, em direção à Estrada Nacional, ali junto àquele hotel que é conhecido lá em Alpendorada como o hotel das pombas, há ali um cruzamento muito complicado. Quem vem da escola, para sair ali, tem um muro alto, e não tem qualquer visibilidade. Há uma solução, que poderia ser criar ali um sentido único. Mas, há algo muito simples, que eu acho que ajudava um pouco: era a colocação de um espelho em frente para que se pudesse ver os carros, ou pelo menos, de alguma forma, prevenir um pouco os carros que vêm do lado esquerdo.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Caetano.



--- Bruno Caetano (PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e restante Mesa, Exma. Sra. Presidente da Câmara, restantes membros do Executivo e vereadores, Exmos. Srs. Membros desta Assembleia, estimado público e comunicação social, bom dia a todos.

Antes de mais, queria agradecer o convite endereçado pelo Sr. Presidente a todos os membros desta Assembleia para o jantar de ano novo, ou de reis, um convívio desta Assembleia que decorreu recentemente. Mas, também quero aqui dizer que foi com alguma tristeza que eu vi que muita gente lá faltou. Eu sei que toda a gente tem as suas ocupações pessoais, profissionais, etc., mas acho que nestes momentos também devemos fazer um pouco de esforço para estar presentes, e são estes momentos de convívio que tornam este grupo mais forte, e acho que valeu a pena. Pelo menos, a semi-apresentação da Assembleia Municipal Jovem, relativamente ao tema que já aqui hoje foi falado, acho que é uma aposta assertiva, e também nós, junto dos nossos jovens, pormos o “dedo na ferida” e colocar a questão relativamente a este assunto que, infelizmente, cada vez mais vêm a público estas questões da violência no namoro, e a violência doméstica, e acho que todos nós devemos contribuir para isso.

Sendo esta a primeira reunião deste órgão no ano de 2019, e passados três meses desde a última reunião, são vários os assuntos de interesse público autárquico que aqui deveriam ser abordados. Mas, confrontando-me com o tempo que me resta, terei que escolher alguns deles.

No final do passado ano, fomos presenteados em nossa casa com um novo formato da revista municipal, chamado “O meu Marco”. Desde já, quero felicitar o Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal pela forma sóbria e moderna com que nos estão a habituar a comunicar. Esta é, sem dúvida, uma revista que em qualquer ponto em que se encontra – em nossas casas, cafés, etc. – não ficará indiferente a quem a vê, e que certamente será uma boa forma de publicitar aquilo que por cá se faz. Na última reunião desta Assembleia, alguém neste mesmo lugar proferiu as seguintes palavras: “Existem algumas iniciativas dispersas, com algumas publicações no Facebook da Câmara Municipal, mas esta informação não chega a todas as pessoas.” Após alguns comentários e algumas tertúlias, fiquem sem dúvida de que a mensagem passou, e que este tipo de comunicação funciona, tem efeitos e chega a todas as pessoas. Esta revista para este Executivo serve para prestar provas, ser avaliado sobre a sua atividade de quatro em quatro meses, fazendo jus à frase que nos move a todos os elementos deste Grupo Municipal que eu represento: palavra dada tem que ser a palavra honrada, e também tem que se refletir neste tipo de documentos. Agora, caberá à população avaliar a conduta deste Executivo e de todos nós.

Este início de ano também foi próspero numa notícia que esclareceu mais uma vez o nível de transparência e de legalidade deste Executivo na prática da sua ação. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel deu provimento à legalidade do ajuste direto da contratação de uma empresa de advogados para representar a Câmara Municipal no caso polémico das Águas do Marco. Para si, Sr. Vereador António Dias: julgo que os últimos doze anos de atrasos negociais na resolução do contrato das Águas do Marco, não lhe parece que foram suficientes. Gostaria de o lembrar, a si, que durante doze anos apenas conseguiram que o tribunal condenasse esta Câmara Municipal a pagar uma indemnização de dezasseis milhões de euros (16.000.000€), mais juros, à referida empresa. No meu entendimento, eu acho que a si e ao Partido que representa, da mesma forma como emitiram um comunicado a solicitar transparência e legalidade na contratação dos



advogados por este Executivo, agora deveriam também fazer um segundo comunicado a pedir desculpas à população do Marco por mais uma trapalhada nesta questão das Águas do Marco.

Mediante a decisão do tribunal, queria também aproveitar para perguntar à Sra. Presidente de Câmara se já foi possível retomar as negociações com a empresa Águas do Marco, e se as mesmas prosseguem no bom caminho.

Para concluir, recentemente veio a público uma notícia do aparecimento de um quadro da famosa pintora Paula Rego no nosso Museu Municipal, quadro esse, segundo o que veio a público, com imenso valor e produzido na década de sessenta. Esta é, sem dúvida, uma excelente notícia para o nosso concelho, penso que será certamente uma obra que levará este Município além-fronteiras. Mas, nesta notícia, só me deixa aqui uma pequena inquietação, que é: por que é que só agora foi identificado este tipo de obra, ou por que é que só agora é que conseguimos identificar que tínhamos este tipo de património no nosso Município? Será que a maneira de promover a cultura no Marco é uma agenda mensal, sem qualquer conteúdo programado, como algumas pessoas desta sala o querem defender, ou fazer uma aposta séria no património que poderá promover esta autarquia e este Município além-fronteiras?

Só para terminar, e não concordando com a intervenção do meu colega de Grupo Municipal, Barbosa, eu queria só aqui lembrar – e agora falo aqui até pessoalmente – que o Serviço Nacional de Saúde, quando nós precisamos dele, ele está lá para nos dar resposta. E eu sou a prova viva disso porque, infelizmente, precisei dele bem recentemente. Por muito que se faça, nós não devemos nunca esquecer que é graças ao Partido Socialista que nós temos o Serviço Nacional de Saúde. É verdade que ele tem que ser ajustado, é verdade, sim senhor, mas também não nos podemos esquecer que quando nós precisamos dele, é ele que nos vai dar respostas, e não os privados, e eu acho que nós nunca nos poderemos esquecer disto.

Obrigado, e boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Ora, passamos de seguida à votação do voto de louvor apresentado pelo Sr. Deputado Barbosa. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, dou a palavra à Sra. Presidente, para resposta às diversas interpelações.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia. Queria cumprimentar todos, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário e Sra. Secretária da Mesa, Srs. Vereadores e Sra. Vereadora, caros deputados, comunicação social, e um cumprimento especial para os Marcoenses que nos ouvem lá em casa através dos microfones da Rádio Marcoense.

Queria, então, começar por responder às questões aqui colocadas pela Dra. Susana Loureiro, que nos fez chegar hoje uma intervenção que demonstra a sua preocupação com as questões da violência no namoro e da violência doméstica, e do aumento do número de casos no Concelho de Marco de Canaveses. E em relação a esta questão, eu tinha duas notas a dar.



Primeiro, os parceiros nesta área, dentro daquilo que são as competências do Município de Marco de Canaveses, estão efetivamente a trabalhar. Dou-lhe como exemplo o grupo de trabalho criado no âmbito da rede social, onde estão presentes todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que são as que fazem atendimento nas áreas sociais nas freguesias, onde está também o Núcleo Local de Inserção Social, ou seja, todas as equipas e técnicos do rendimento social de inserção que fazem atendimentos e que identificam muitas vezes várias daquelas situações que disse que estão escondidas e que não são públicas. Temos também os técnicos da área da saúde presentes neste grupo de trabalho, e temos o Gabinete de Ação Social, e também o RLI da Santa Casa da Misericórdia. Isto para dizer o quê? Que ao longo destes últimos meses, sempre que estou presente nas reuniões da rede social e nos grupos de trabalho – e muitos deles foram criados muito recentemente, nomeadamente na área da educação e da saúde – temos estado atentos a essa problemática, e estamos já a trabalhar e a identificar algumas das questões.

Também não poderia deixar aqui de deixar esta mensagem, até porque o Sr. Deputado Mário Luís se reviu na sua intervenção, dizer-lhe que a área da educação é uma das áreas que está muito atenta aos casos de violência no namoro, e sobretudo violência doméstica, porque em muitas das famílias desestruturadas do concelho, chegam os problemas à escola através das crianças, e são identificadas – e já temos discutido alguns casos, nomeadamente nos Conselhos Gerais, onde está a Sra. Presidente de Câmara e os Srs. Presidentes de Junta, que também agora fazem parte dos Conselhos Gerais.

E por isso, dizer-lhe, Sra. Deputada, que nós não estamos parados. O Concelho de Marco de Canaveses tem estado atento, ao longo dos últimos meses e ao longo do último ano, pelo menos enquanto estou à frente dos destinos da Câmara Municipal, destas e de outras matérias sociais. E dizer-lhe também – que a Sra. Deputada se calhar não sabe, mas eu vou-lhe dizer – que existe neste momento, desde 2012, um protocolo, que não deixa de ser um documento oficial, desde 2012, com a Associação Nacional de Municípios, no âmbito da Rede dos Municípios Solidários com as vítimas de violência doméstica, que felizmente agora vai ser alterado, porque no segundo ponto da minha questão, queria dar-lhe nota também de que para além de existir já desde 2012 este protocolo, este protocolo vai ser modificado para melhor porque na delegação de competências que este Executivo já (felizmente) aceitou, também está previsto no seu diploma, no Decreto-lei n.º 101, nomeadamente nas competências da justiça, que a Sra. Deputada devia conhecer bem, até porque é advogada, diz assim: *“No âmbito da prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, podem definir ações ou projetos de prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, e de proteção e assistência das suas vítimas, que contribuam para a prossecução da igualdade e da não discriminação, incluindo a discriminação intersexual.”* Ou seja, isto é apenas uma das competências no âmbito da justiça, o Decreto-lei n.º 101/2018, que vamos depois ter oportunidade de votar mais à frente, em que nos são transferidas estas competências. Ou seja, a Câmara Municipal agora até vai ter esta competência de poder, de facto, definir projetos, que agora não são da nossa competência, são de âmbito nacional, e com entidades de âmbito nacional, mas que passarão a ser da nossa competência.

Por isso, dizer-lhe, Sra. Deputada, que não só estamos atentos, e estamos a trabalhar, como a proposta que aqui fez não faz sentido, porque com a votação que já fizemos em Reunião de Câmara e com a transferência de competências, a Câmara Municipal até vai ter essa competência



delegada, de âmbito nacional. Por isso, dizer-lhe que não faz sentido a sua proposta, mas agradecer-lhe na mesma a sua preocupação.

Queria dar conta também, em relação à sua questão sobre Vila Boa do Bispo, dizer-lhe o seguinte, Sra. Deputada: eu fiz questão de escrever aqui uma das suas citações; diz *“sem jogos, nem interesses públicos”*. É assim que devíamos estar todos em relação à situação da Freguesia de Vila Boa do Bispo. E se é, de facto, como diz – e pressuponho que esteja aqui também em representação da sua Bancada – se é sem jogos nem interesses políticos, eu vou lembrar, e tenho aqui os artigos do jornal A Verdade, cujo título diz assim, Sra. Deputada: *“PSD quer autoridades a investigar”*. E vou-lhe mostrar outro: *“Autarca acusado de transferir dinheiro para contas pessoais. Miguel Carneiro está a ser também acusado de ter usado a sua conta bancária pessoal para salvar cerca de setenta e cinco mil euros (75.000€). Luís Vales, líder do PSD do Marco de Canaveses, disse que tomou conhecimento do caso por parte de populares, e solicitou a ata da Assembleia de Freguesia onde este assunto foi debatido para averiguar a veracidade das informações.”* São apenas dois dos títulos. Para lhe dizer que se era sem politiquices, como diz, e sem interesses políticos, não tínhamos estado a fazer manchetes de jornal sobre este assunto com este carácter, porque isto sim, põe em causa a dignidade do autarca de freguesia Miguel Carneiro.

E por isso, Sra. Deputada, dizer-lhe o seguinte, em relação àquilo que são as competências da Câmara Municipal nesta matéria, os factos são estes: o processo é de 2001, a Junta de Freguesia foi julgada, a sentença é de 24 de março de 2017, e a Câmara Municipal – é bom lembrar – foi absolvida, porque a Câmara Municipal foi absolvida. O processo jurídico está a ser defendido pelos advogados que a Junta de Freguesia contratou para o efeito, e sobre essa matéria, Sra. Doutora, não nos cabe opinar, até porque a Sra. Doutora é advogada e também devia saber que devemos ser cautelosos no tema, porque podemos pôr em causa a estratégia de defesa da Junta de Freguesia, que deve ser acautelada pelos advogados que esta contratou. Cabe-nos, sim, ao Executivo da Câmara Municipal, preocupar-nos com o facto de a Junta de Freguesia, de um momento para o outro – segundo o Sr. Presidente de Junta – poder ter, por exemplo, as suas viaturas penhoradas. E aí, a Câmara Municipal necessita de ajudar a Junta de Freguesia a manter os serviços à população. Falamos de competências funcionais, Sra. Doutora, competências funcionais. E quanto a isso, quando nos forem colocadas, que já foram acauteladas pelo Sr. Presidente de Junta, a Câmara Municipal cá estará para resolver o assunto. Daremos transporte para as crianças, asseguraremos que as questões funcionais da Junta não entrarão em colapso, e estou certa que a população de Vila Boa do Bispo vai reconhecer, de facto, o interesse que o Executivo da Câmara Municipal está a ter, e neste caso, a preocupação também do Executivo da Junta de Freguesia de Vila Boa, para que nada possa faltar no âmbito deste processo, que como digo, é de 2001, e que é um processo jurídico que devemos deixar decorrer nos tribunais. À Câmara Municipal compete ajudar quando a Junta precisar, nas suas competências funcionais. E como digo, mais nada a acrescentar sobre o assunto.

Em relação à questão que o Dr. Miguel Carneiro aqui colocou, já deu a sua explicação, também dar conta do que são algumas das reuniões que já temos tido também, e onde o Sr. Presidente nos tem feito chegar as suas preocupações em relação a este caso. E por isso, quando tivermos necessidade de intervir para acautelar os serviços prestados na freguesia, cá estaremos para o fazer, e saberemos certamente assumir as responsabilidades que nos são solicitadas, ou as solicitações que nos são feitas pela Junta de Freguesia para dar resposta à população.



Em relação à intervenção do Sr. Deputado Fernando Monteiro, de Vila Boa de Quires, o Sr. Presidente de Junta, em relação às escolas, dar-lhe conta de que vamos ter uma reunião esta quarta-feira. Nós estivemos e estamos a reavaliar, até porque também nos foi solicitado pela DGEstE, para também planearmos o início do próximo ano letivo, e estamos a reavaliar o nosso plano de intervenções. Fizemos um pedido de informação, nomeadamente aos párocos das freguesias, para tentarmos avaliar quais são os números de nascimentos, para também podermos fazer alguma estimativa sobre o número de crianças que vamos ter a médio prazo. Não queremos tomar agora atitudes, ou apresentar agora soluções que, depois, a médio prazo, demonstrem que não foram razoáveis. E por isso, na quarta-feira vamos fazer esta reunião com os serviços técnicos, já temos alguns dados que solicitámos para trabalhar, e dar-lhe-emos resposta – aliás, vamos chamá-lo a si e a outros Presidentes de Junta, já agora aproveito para dar conta, porque o estudo está a ser feito em algumas freguesias onde íamos intervir, e por isso, os Srs. Presidentes de Junta, depois, com os dados que nós temos e que vamos avaliar na próxima quarta-feira, também serão chamados para vos dar nota de quais são as nossas intenções.

Em relação à questão que levanta da rotunda, a requalificação das rotundas ao longo do concelho foi uma preocupação que tivemos desde logo quando cá chegámos, fizemos um estudo com uma empresa privada, porque também admitíamos que a Câmara Municipal não tinha recursos humanos capazes, em termos de número, para fazer uma intervenção de tamanha dimensão, porque eram bastantes as rotundas que identificámos a precisarem de ser requalificadas. Na altura, tivemos em conta algumas das situações, como por exemplo a falta de água, grande parte destas rotundas não tem água, nem têm como fazer lá chegar a água, e por isso, fizemos este pedido de proposta a uma empresa que nos apresentou uma proposta de intervenção para todas estas rotundas. Esta proposta de intervenção, numa fase inicial, parecia-nos, de facto, bastante barata, tendo em conta a intervenção que íamos fazer, mas depois percebemos que aquilo seria apenas uma das partes do trabalho que estaria a ser elaborado, e quando chegámos à proposta final, percebemos claramente que era uma intervenção bastante dispendiosa. O que estamos agora a fazer com os nossos serviços técnicos é a reavaliar – pegámos nas propostas que a empresa nos enviou, e estamos a tentar perceber, com os recursos da Câmara Municipal, por onde é que podemos começar a fazer as intervenções, e quais é que podemos ser nós a fazer. E por isso, dar-lhe conta de que os projetos, que creio que dentro em breve – o Sr. Vice-presidente tem o pelouro, mas creio que dentro em breve serão avaliados, e depois poder-lhe-emos dizer se essa é uma das rotundas, que espero que sim, que seja intervencionada também a curto prazo.

Queria responder, em seguida, ao Sr. Presidente da Junta, José Barbosa, Presidente da Junta de Tabuado. Agradecer-lhe as palavras que dirigiu ao Executivo da Câmara Municipal. Estamos a trabalhar, como sabe, nas obras de proximidade, e tentamos dar resposta às solicitações que nos fazem chegar. Claro que é muito estimulante chegarmos junto da população e ver que reconhecem este empenho do Executivo Municipal, é gratificante para todo o Executivo. Mas, agradecer as suas palavras.

Queria dar conta, em relação ao voto de louvor que aqui apresentou, em relação à Unidade de Saúde Familiar de Tabuado e de Alpendorada, que claramente nos associamos, e queria também dar conta de que é para nós motivo de orgulho podermos ter uma Unidade de Saúde Familiar que tem este impacto a nível nacional pela qualidade dos serviços que presta, acho que é um motivo que nos apraz a todos aqui nesta Assembleia Municipal, e que devia ser também um motivo que



nos orgulha, aos Marcoenses, de termos cá no concelho duas unidades – duas, existem outras, mas neste caso estas duas de que estamos a falar – que prestam, de facto, cuidados de saúde primários com muita qualidade. Queremos associar-nos a este voto de louvor, e queria também aproveitar para felicitar toda a equipa da Unidade de Saúde de Alpendorada e de Tabuado, na pessoa da Sra. Vereadora, Dra. Alexandra Rabaçal, que é a coordenadora desta unidade de saúde, pelo excelente trabalho que fazem em prol dos cuidados de saúde primários no Concelho de Marco de Canaveses. Em nosso nome, muito obrigada.

Dar conta de que em relação à questão que colocou sobre o saneamento, o Sr. Vice-presidente depois dar-lhe-á nota da questão que fez, dar-lhe-á resposta concreta à sua pergunta.

Em relação à questão que o Sr. Gil Rodrigues aqui nos levantou, queria dizer ao Sr. Deputado Gil Rodrigues o seguinte: eu compreendo, Sr. Deputado, o seu desassossego, e compreendo que o senhor fique muito irritado quando o Partido Socialista, de facto, como Executivo da Câmara Municipal, assume compromissos que honra, e que vai honrar. Eu compreendo o seu desassossego e a sua irritação. Aliás, eu diria até que da forma como o senhor se dirige, e pelo tom que utiliza, eu caracterizava a sua forma de estar não só como desassossego, mas como arrogância. E dizer-lhe, Sr. Deputado, que o senhor já nos habituou a vir cá com esse tom, questionar a palavra dada, a palavra honrada, já não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira. O que eu espero, Sr. Deputado, é que ao longo do mandato – porque já lá vai um ano e alguns meses – o Sr. Deputado serene um bocadinho, porque, de facto, eu até compreendo que o senhor ainda não tenha digerido bem a derrota eleitoral que o PSD teve nas últimas eleições, e em que o senhor tanto se empenhou em particular. E por isso, eu até admito que o senhor ainda não a tenha digerido. Mas, queria dizer-lhe que da forma tão empenhada como o senhor se empenhou na campanha, também nós nos empenhámos, e estamos a empenhar-nos para cumprir o nosso programa eleitoral. E fique tranquilo, porque o Partido Socialista e este Executivo vão cumprir com a palavra dada e com a palavra honrada. E por isso, eu nem me vou referir às suas insinuações, aliás, às suas palavras desagradáveis, da forma como trouxe o assunto para cá, onde até teve direito de fazer publicidade ao McDonald's.

Dizer-lhe que foi o Partido Socialista que mereceu o voto de confiança dos Marcoenses, o Partido Socialista está a trabalhar para cumprir com a palavra honrada, e eu já o disse, durante este ano vamos trazer cá a proposta para isentar os Marcoenses. E só não o fizemos antes – e custa-me falar nisto – só não o fizemos antes porque, de facto, o PSD – não sei se está lembrado – há meia dúzia de meses atrás, através do Sr. Vereador António Dias, meteu uma ação em tribunal, que nos condicionou na contratação de um grupo de advogados para defender esta causa, Sr. Deputado. Lembra-se disso? É que os senhores, de vez em quando, parece que têm memória curta, é verdade. E dizer-lhe que, de facto, o Tribunal Administrativo e Fiscal – e vai-me obrigar outra vez a ler isto – o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, independentemente de o Sr. Vereador António Dias ter apresentado em tribunal um processo contra a Câmara Municipal para que nós não contratássemos uma nova equipa de advogados para nos defender e para também levar a cabo aquilo que é a nossa proposta em relação à questão de resolvermos o assunto das águas, de facto, o Tribunal Administrativo, depois de ter passado quase seis meses, veio dar razão à Câmara Municipal em toda a linha. E dizer-lhe que na sentença que o tribunal proferiu, é muito clara sobre a sustentação da tese do Sr. Vereador António Dias, e que também teve aqui a anuência da Concelhia do PSD, que na altura até fez um comunicado sobre o assunto, e que o tribunal utilizou adjetivos para se dirigir à questão que o Sr. Vereador António Dias e o PSD



levantaram como “absurdo”, “inusitado”, “incompreensível”, isto tudo para qualificar a argumentação de quem quis, de facto, que a Câmara Municipal, ou quem quis impossibilitar este Executivo de continuar as negociações com as Águas do Marco. E por isso, esta ação que meteram para evitar que nós contratássemos uma equipa de advogados fez-nos perder seis meses, Sr. Deputado, seis meses. Por isso, se calhar hoje, nesta Assembleia, se não tivesse sido o PSD, a Bancada onde o senhor está sentado, provavelmente hoje estávamos aqui a trazer um acordo, ou tínhamos aqui uma solução em cima das mãos. Mas, os senhores, infelizmente, além de não fazerem parte da solução, ainda atrapalham com este tipo de questões, porque têm dúvidas, e vão para a justiça, e depois até têm que ler este tipo de coisas, como o Sr. Juiz escreveu, como “absurdo”, “inusitado”, “incompreensível”, sobre a argumentação que utilizaram para evitar que a Câmara Municipal, de facto, contratasse um novo gabinete de advogados.

Mas, dizer-lhe, Sr. Deputado, que nós nunca tivemos dúvidas, e se as houve por parte de alguns, agora ficaram sanadas pelo tribunal. Agora que o assunto está resolvido, já assinámos o contrato, já retomámos as negociações, e dentro em breve, aquilo que o senhor tanto suspira, e os Marcoenses também, que eu espero que sejam verdadeiras as suas inquietações, aquilo que os Marcoenses tanto querem, e que o Partido Socialista, de facto, se comprometeu politicamente, que é acabarmos com as taxas, podermos avançar com as isenções, durante este ano há de ser feito. E só ainda não foi tão cedo porque, de facto, o PSD não o permitiu, Sr. Deputado. Lamento. Por isso, até lamento que tenha sido o senhor outra vez a levantar esta questão.

E já agora, dar-lhe conta do seguinte: o seu comentário quando ali chegou, sobre a questão da Unidade de Saúde Familiar, Sr. Deputado, de que devíamos lembrar quem cá estava quando este projeto avançou, queria dar-lhe conta de que houve um empenho muito grande, na altura, de facto, dos Srs. Presidentes de Junta, do Executivo da Câmara Municipal, porque eu acho que a prestação de cuidados de saúde primários é um problema que não é político. Todo e qualquer político, que eu saiba, quer que o seu concelho tenha uma melhor prestação de cuidados de saúde primários no seu concelho. Não vamos tirar galões políticos disto, se foi o Partido A ou se foi o Partido B, porque o Sr. Deputado Bruno Caetano já aqui disse, e é bom lembrar também, que o Serviço Nacional de Saúde hoje está como está graças ao Partido Socialista, porque, felizmente, foi o Partido Socialista que criou o Serviço Nacional de Saúde, e os portugueses hoje têm que reconhecer que com algumas limitações, noutros países isto não acontece, nós não temos os cuidados com esta qualidade com que temos nos nossos hospitais públicos, nos nossos centros de saúde. É claro que têm problemas, todos têm problemas, tudo têm problemas, mas é bom – e estes dois exemplos que foram aqui hoje apresentados, mas eu queria aproveitar para dizer que no concelho também não corre tudo bem, estas duas Unidades de Saúde Familiar estão a correr muito bem, mas temos um problema agora na Unidade de Saúde Familiar da Livração, o Centro de Saúde de Soalhães tem a médica de baixa, não corre tudo bem. Mas, estamos atentos, e estamos todos a concertar esforços para que tudo corra melhor.

Portanto, aquele comentário foi inusitado, porque, como sabe, se os galões fossem destes ou daqueles, também tinham sido do Governo de Portugal, que na altura era do Partido Socialista, que criou as Unidades de Saúde Familiar. E por isso, acho que foi despropositado o seu comentário, Sr. Deputado.

Queria passar, então, à sexta intervenção, do Sr. Presidente da Junta, Ricardo Soares. Agradecer as suas palavras que teve para com o Executivo Municipal, e dar conta de que tudo o que estamos



a fazer é em prol da comunidade de Bem Viver. E dizer-lhe também que agradeço a sua preocupação e a sua atitude proativa, que tem tido na resolução de alguns problemas que se arrastavam já há muito tempo na sua freguesia, e que o Sr. Presidente da Junta tem estado sempre atento, tem estado vigilante com algumas das situações, para que elas não se transformem em problemas maiores, e tem estado muito presente nas conversações com o Executivo da Câmara Municipal para resolver esses problemas que já vinham de trás, desde há muito tempo, e que agora, felizmente, estão a ter solução. Por isso, também da mesma forma que nos agradeceu, queria retribuir o agradecimento pela forma empenhada como tem estado ao serviço da sua freguesia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, já ultrapassou o tempo. Agradecia que abreviasse, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Deputado Américo Moreira, queria também aproveitar para o felicitar pelo seu aniversário – foi uma surpresa para mim, não sabia que fazíamos anos no mesmo dia. Queria agradecer e felicitá-lo também pelo aniversário.

Em relação ao Conselho Municipal Jovem, queria dar conta de que, depois, o Sr. Vereador vai responder.

Em relação à questão da educação que coloca, os transportes escolares serem sempre indeferidos, isso não é verdade. Nós temos indeferido alguns pedidos, quando os autocarros, como é lógico, não estão disponíveis. Sempre que estão disponíveis, o objetivo da Câmara é pô-los ao serviço da comunidade educativa, e temo-lo feito. Quando existem pedidos para o mesmo dia e para a mesma hora, logicamente um autocarro não pode fazer duas coisas ao mesmo tempo. E infelizmente, nós temos noção de que existem muitos pedidos – aliás, a comunidade educativa, quase todas as semanas eu despacho pedidos de transporte de autocarro e de viaturas – sem ser os autocarros, as viaturas de nove lugares – para atividades que levam a cabo fora da sua escola. E por isso, não é verdade o que diz, de que nós estamos sempre a indeferir o transporte; nós só indeferimos quando não conseguimos, e a nossa capacidade logística não o permite. E não é de agora, já era do passado, infelizmente os pedidos são mais do que os recursos, e é normal que nem sempre possamos acolher positivamente os pedidos.

Em relação à questão que aqui colocou, sobre o atraso de mais um mês na eletrificação da Linha Caíde – Marco, dar conta de que ontem fui contactada pelo Sr. Presidente da CP e pelo Sr. Presidente da Infraestruturas de Portugal, eles vêm exatamente ao Marco de Canaveses fazer uma reunião com todos os autarcas que estão agora a ser afetados por este problema da linha. Vamos reunir, em princípio, no dia 8 de março ou no dia 12, são as duas datas que estão em cima da mesa para serem discutidas, com todos os autarcas, para que sejam dados esclarecimentos objetivos sobre esta questão. O que eu lhe posso adiantar é que isto é uma questão técnica. Eu explico-lhe isto, como se costuma dizer, como se explica a uma criança de cinco anos: eles estão a colocar um produto no túnel de Caíde, e que, efetivamente, esse produto que estão a colocar não está a ter o comportamento que eles gostariam, ou seja, não está a ter um isolamento das águas dentro do túnel como era previsto. E para isso, em termos muito práticos, é preciso fazer um estudo de, ou outra forma para ajudar a resolver a situação, ou então vai demorar mais tempo, porque para injetarem esse produto, para conseguir bloquear as águas, vai demorar mais tempo.



É uma questão assim explicada muito praticamente e muito singelamente, mas que supostamente os senhores responsáveis das empresas, da Infraestruturas de Portugal e da CP, virão cá ao Marco de Canaveses e darão conta desse esclarecimento formal.

Em relação à intervenção do Dr. Mário Luís, dar conta de que esse problema da barragem, de facto, decorre da obra de saneamento. Está a decorrer a obra, e a rua estará – digo eu, por acaso não tenho lá passado, mas o Sr. Vice-presidente tem acompanhado a obra, e o que me diz é que quando há obras na rua, é normal que ela esteja em pior estado.

Em relação ao estudo, o que eu lhe queria dizer é que nós estamos a fazer um cadastro com a PH Informática, e estamos a fazer o cadastro da rede viária toda. E quando chegarmos à Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão – começámos por esta parte aqui do concelho, já temos algumas freguesias que já estão informatizadas – quando aí chegarmos, vamos ter as propostas, certamente, quer do Executivo da Junta de Freguesia, que estou certa que nos vão fazer chegar também em relação ao trânsito, e até à própria sinalética – porque a colocação do espelho é uma questão muito prática, que os Srs. Presidentes de Junta nos fazem chegar muitas vezes, dando conta de que é necessário colocar um espelho aqui ou ali. Por isso, são questões que nós vamos ter em cima da mesa para aprovação da postura de trânsito, ou alterações da postura de trânsito que já nos têm feito chegar.

Em relação ao Sr. Deputado Bruno Caetano, no fundo, agradecer as suas palavras. Dar conta de que, de facto, em relação à questão cultural, eu gostava de relevar essa situação do quadro da Paula Rego. Dizer que estamos muito satisfeitos com o quadro que nós hoje temos, e que já foi assinado um protocolo com a Casa das Histórias para levar este quadro, agora enquanto decorrem as obras do nosso Museu Municipal, para Cascais, é a Fundação D. Luís I, que tem sede em Cascais, que solicitou à Câmara o empréstimo deste quadro por um ano. É uma peça do acervo do Museu Municipal Cármen Miranda, é um quadro da coleção Paula Rego que se chama “September afternoon”, vai ficar guardado na reserva de pintura da Casa das Histórias de Paula Rego, de forma a ser exposto de acordo com a programação das exposições no museu. Queria dar conta que o Museu da Casa das Histórias de Paula Rego tem, em média, cento e vinte e cinco mil visitantes ao ano, ou seja, o nosso quadro vai estar ali durante algum tempo.

Mas, temos ainda uma notícia melhor: é que, de facto, há esta pretensão do Museu Paula Rego de quererem levar este quadro para ser apresentado, por exemplo, em Londres, a muito curto prazo, ele vai ser entregue muito brevemente, e depois vai ser, como é normal, avaliado por peritos, vai ser fotografado, vai ser estudado por várias pessoas que têm muito interesse por esta obra, e depois vai ser preparada, então, a sua integração no catálogo *raisonné* que vai trazer uma grande exposição desta obra. Acho que devíamos ficar todos orgulhosos, porque este quadro vai correr mundo, e vai ter lá a nota de que é um espólio do acervo do Museu Cármen Miranda, no Marco de Canaveses. E por isso, devemos estar todos muito felizes com este facto.

Em relação às outras questões que colocou, a contratação de advogados, já aqui disse, já retomámos as negociações, já assinámos o contrato, e por isso, não tenho mais nada a acrescentar.

Pedia só ao Sr. Presidente da Assembleia, se me desse autorização, para o Sr. Vice-presidente dar uma explicação só sobre uma questão que foi colocada sobre o saneamento.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vereador, dois minutos, por favor.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Na pessoa do Sr. Presidente e da Sra. Presidente, saúdo todos os presentes, bem como a comunicação social, e quem nos acompanha.

Relativamente ao Sr. Presidente de Vila Boa de Quires, gostaria de lhe dizer o seguinte: quanto à obra que fala, junto àquele conjunto de empresas, já fiz a visita, nomeadamente com um membro da Junta de Freguesia, e já falámos nos serviços, e será incluída na próxima empreitada. Foi dada a sugestão de ser feita em betuminoso ou cubo, estamos com ideia de fazer em betuminoso, é essa questão que ainda falta analisar.

Quanto à questão que fala, também ainda do saneamento: como sabe, temos já previstas em Orçamento algumas rubricas abertas, e estamos já a desenvolver alguns estudos para fazer face à questão do saneamento na zona de Agrela. Tudo está também relacionado com aquela obra em que já iniciámos o concurso, que já foi adjudicada até, que é a zona de Canaveses, nomeadamente o Pisão Novo, Caldas de Canaveses, que é a travessia da margem direita para a margem esquerda, que vai ter toda a influência. Mas, estamos a trabalhar no assunto, em breve terei mais notícias, e se possível, favoráveis.

Quanto à questão do Sr. Presidente de Junta de Tabuado, Sr. Fernando Barbosa, que me fala da questão da Rua Padre Joaquim Pereira da Cunha: como sabe, ela está inserida numa adjudicação que decorre, a empreitada já decorre, é uma empreitada grande. Tem mais ou menos previsto ser aí em meados de abril, maio, não lhe sei dizer ao certo. É bom dizer que esta obra contempla a Rua do Sol Posto, Rua das Vinhas (em Alpendorada, Várzea e Torrão), Rua de Vila Nova, Rua das Pedreiras e a Rua da Quinta (em Bem Viver), Rua Francisco Vieira Carneiro (em Penha Longa e Paços de Gaiolo), Rua de Ramalhães (em Soalhães), Rua da Petada, Rua da Cruz (na Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada), Travessa da Boavista, Rua da Cruz (na Freguesia do Marco) – uma série de obras, e está já no terreno. Começámos em Bem Viver por quê? Porque tínhamos lá um passivo ambiental grande, nomeadamente várias queixas, uma situação muito grave que estamos já a resolver, e à partida ficará também resolvida.

Quanto ainda a uma questão do Presidente de Junta, Ricardo Soares, de Bem Viver, que nos fala na Rua Eng.º Carneiro Geraldês: a Rua Eng.º Carneiro Geraldês foi uma das preocupações deste Executivo mal chegámos à Câmara Municipal, temos o projeto de arquitetura concluído, faltam ainda as especialidades. Gostaríamos de lançar a obra em concurso ainda este ano, e para dar um sinal de arranque ainda este ano. Não sei se é possível, mas a verdade é que a intenção é essa, e estamos convencidos que durante este ano ainda vamos lá fazer qualquer coisa.

Muito obrigado pela atenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vereador.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Sr. Presidente, peço desculpa, ficou só por responder a questão ao deputado Américo, aquela questão do Orçamento Participativo. Se o Sr. Vereador do pelouro puder responder, muito bem.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dois minutos, se faz favor.

--- Paulo Couto (Vereador) ---

Bom dia. Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente de Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados aqui presentes, comunicação social, caros Marcoenses:

Bem, relativamente ao Orçamento Participativo Jovem, a Câmara Municipal, na sua reunião de 28 de janeiro, aprovou a verba afeta ao Orçamento Participativo Jovem, um total de trinta mil euros (30.000€), sendo que cada proposta não pode ultrapassar os quinze mil euros (15.000€). Também deixava aqui o apelo a todos os jovens que nos estão a ouvir, que apresentem o seu projeto e as suas ideias, para até ao final do ano conseguirmos executar este Orçamento Participativo Jovem.

Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, é verdade, ainda não foi convocado. Não foi convocado, e justifica-se com a demora da identificação dos membros que irão fazer parte do Conselho Municipal de Juventude. Está previsto já ser agora no próximo mês de maio – ou seja, em princípio, em maio já será. Mas, que agora também fique aqui registado que a última reunião do Conselho Municipal de Juventude foi a 3 de dezembro de 2015. Ou seja, desde 3 de dezembro de 2015 até ao final do mandato, neste caso, a 1 de outubro de 2017, não houve reunião nenhuma do Conselho Municipal de Juventude. Também gostava de deixar ficar aqui esta informação, para que todos saibam.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Faça favor, Sr. Deputado. Faça favor, dois minutos.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Bom dia, mais uma vez.

Fui aqui intitulado de arrogante, e parece que a minha intervenção até começou com uma gargalhada de quase toda a gente. Portanto, só me resta dizer que vim aqui defender os Marcoenses e lembrar as promessas feitas, e não cumpridas. E que há pessoas que quando são ditas as verdades, só têm uma forma de se defender, que é insultar os outros.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Dois minutos para resposta, se for o caso.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Não vou precisar de responder, Sr. Presidente da Assembleia, mas queria só dar nota do seguinte: a postura do Sr. Deputado Gil Rodrigues, que tem sido adotada ao longo destas últimas Assembleias, para quem cá está e tem acompanhado, e elas, felizmente, são registadas em vídeo, levam-me a crer que a forma como me dirigi a si, dizendo que tem intervenções num tom arrogante,



é, efetivamente, e do meu ponto de vista, verdade. Se o Sr. Deputado achar que não, ou acha que não, tem toda a legitimidade para dizer que não. O que eu gostava era que não entendesse isto como uma forma de ataque; eu queria apenas salientar que a forma como o faz, devia ser noutra tom. E sugeri até, e espero que assim seja, que nos meses seguintes, daqui até ao final do mandato, o senhor modere um bocadinho. É esse o apelo que tenho para lhe fazer. Desde já, dizer-lhe que espero que não o tenha ofendido, e se o ofendi, peço-lhe desculpa. Mas, queria deixar registado isto, porque é o que eu penso, é que o senhor tem sido extremamente arrogante.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Dava de seguida a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Monteiro da Rocha, para apresentar um voto de pesar.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, os proponentes agradecem ter permitido a inserção deste voto de pesar. O voto de pesar é deste teor:

“Tendo falecido recentemente, num trágico acidente, o Sr. Eng.º Mouro Pinto, pessoa muito dedicada às causas sociais, e que desempenhava na altura as funções de Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Marco de Canaveses, propomos um voto de pesar pelo seu falecimento, a transmitir à família e à Santa Casa da Misericórdia.

*Marco de Canaveses, 23 de fevereiro de 2019
Luís Vales, Bruno Caetano, Monteiro da Rocha”*

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, relativamente ao voto de pesar apresentado pelo Sr. Deputado, Dr. Monteiro da Rocha, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos já a seguir ao **Período de intervenção do público**. Quem pretende inscrever-se? O nome completo?

Tem a palavra o cidadão Samuel Vieira.

--- Samuel Vieira (Município) ---

Ora, bom dia, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia, público e comunicação social.

Tinha aqui umas perguntas para fazer aqui ao Executivo. Começava pelo passado, e depois falava do futuro, porque acho que é o que mais interessa.



Relativamente à questão de Vila Boa do Bispo, da Junta, eu queria que a Sra. Presidente me confirmasse aqui algumas questões. A Sra. Presidente já falou aqui em 2001, mas a Sra. Presidente deve dizer aos Marcoenses, ou deve esclarecer os Marcoenses, que quem efetivamente empurrou este problema para a Junta de Freguesia foi o Executivo anterior, que descartou as responsabilidades nessa altura, toda a gente sabe disso. Por isso, deve dizer isso, para ficar claro para toda a gente. Eu acho que aqui o PSD devia ter algum cuidado nesta questão.

Relativamente à questão da saúde, que eu já ouvi aqui falar também, relativamente, como é óbvio, a que acho que aqui toda a gente nos quer levar longe, relativamente às USF's, claramente que a medida foi do Governo de Portugal, e foi do Partido Socialista. Mais ainda, na questão de Tabuado, honra lhe seja dada, e esta pessoa tem que ser lembrada, o Dr. Manuel Pizarro, Secretário de Estado da Saúde da altura, e o Presidente da Concelhia do PS era o Eng.º Luís Almeida, numa célebre visita a Soalhães, teve a oportunidade de vir visitar o então Centro de Saúde de Tabuado. Não queria deixar de o evocar, porque, efetivamente, foi o Dr. Manuel Pizarro que veio naquela data a Tabuado e deu início às novas instalações da Casa do Povo, e abrir aquela possibilidade de protocolo, de o Centro de Saúde funcionar na Casa do Povo.

Agora, falando das questões do futuro: eu sei que a Câmara Municipal adquiriu uma tenda, também queria perceber qual é o modo de funcionamento dessa tenda, também queria perceber. Também queria falar do palco. Eu, enquanto Presidente de uma associação, recebi uma informação sobre o funcionamento deste mesmo palco, que seriam aqui as Juntas de Freguesia a determinar para quem é que seria cedido o palco, uma vez por mês. Eu, efetivamente, não concordo com esta questão, e acho que esta questão do palco devia ser feita e lida de outra maneira.

Já falei aqui isto noutra ocasião, tem a ver com a LIMFA. Não sei se o Sr. Vereador já teve oportunidade, ou se a LIMFA, efetivamente, já apresentou a candidatura para o subsídio, se já teve oportunidade de ver aqueles valores que vêm lá referenciados relativamente a seguros – aquela questão que eu já falei – seguros, seguros de saúde, porque ainda ontem, no jornal A Verdade, dei conta que uma equipa está para desistir, ou vai desistir, era importante perceber se, efetivamente, a Câmara já viu aquela situação das contas da LIMFA.

Outra das questões, e também não falei nisto na altura do natal, que é a questão dos cabazes. Eu acho, Sra. Presidente, que a senhora está a fazer muito melhor trabalho do que os cabazes, que é integrar pessoas na sociedade. A questão de ajudar pessoas, e isso deve ser dito muitas vezes, e deve ser dito de forma clara, dizer aos Marcoenses todos quantos programas de reinserção a Câmara já fez no seu atual mandato, quantas pessoas, através do Centro de Emprego, a Câmara fez aqueles contratos de doze meses para integrar as pessoas. Eu acho que isso deve ser dito. E quero dizer-lhe também, relativamente a uma pessoa deficiente que recentemente a Sra. Presidente integrou. Isto é que é política social, não é dar cabazes a quem não precisa.

Por isso, ficava por aqui nesta minha intervenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---
Muito obrigado. Tem a palavra a cidadã Bruna Santos.

--- Bruna Santos (Munícipe) ---



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social e Marcoenses:

Dirijo-me hoje a esta Assembleia como representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 do Ladário, Constance, e de igual modo, em nome de todos os que usufruem da nossa escola, para fazer um agradecimento muito especial ao Executivo da Câmara Municipal por todo o trabalho desenvolvido até agora na nossa escola.

No último ano, já foi pavimentado o exterior da escola, foi colocado mobiliário novo na cozinha, conseguindo desta forma que as refeições dos nossos filhos sejam cozinhadas em melhores condições, e está também neste momento a decorrer a pintura interior e exterior da mesma, e colocação de azulejos nas paredes do refeitório.

Sabendo que o princípio do desenvolvimento começa na educação e na forma como cuidamos das nossas crianças, só posso deixar um muito obrigado a todo o trabalho realizado, e pedir que continue a ser sempre um facto consumado a melhoria das condições das nossas escolas. Por isso, e continuando a dotar a nossa escola de melhores condições para as nossas crianças, solicito a V. Exa. que nos conceda a mão de obra para a pintura do JI do Ladário, Constance.

Quero também só acrescentar aqui uma nota: é que acabei de receber uma notícia que muito me agrada, que a nossa equipa de sub-13 da AD Constance acabou de se sagrar campeã da Série 9 da Associação de Futebol do Porto, e estou muito contente com isso.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Sr. Fernando Lucas, faça favor.

--- Fernando Lucas (Municípe) ---

Unicamente venho aqui só para pedir o ponto de situação sobre um problema que apresentei à Junta já há cerca de três anos, já toda a Assembleia aqui tem conhecimento, que é sobre uma esquina ali na Rua da Seara. Não sei se está em andamento, se está fora de funcionamento. Gostaria de saber uma resposta, se vai ter andamento, ou não. Eu não queria andar aqui toda a vida a chatear o Presidente da Junta, ali o Sr. Vice-presidente Bruno Magalhães, nem os outros membros da Assembleia, porque eu não tenho tempo para isso, nem sou pessoa que goste muito de andar a chatear ninguém. Se faz, faz; se não faz, evitem de andar a dar rebuçados, porque faz mal aos diabetes.

Pronto, era esse ponto de situação que me levou aqui a caminho, gostaria de saber uma resposta, porque quem lança a semente à terra é para colher, não é para andar só a ter trabalho, e ficar sem rendimento daquilo que produz, ou daquilo que trabalha.

Muito obrigado a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Lucas. Tem a palavra a Sra. Anabela.



--- Anabela (Munícipe) ---

Cumprimento todos os presentes na sua pessoa.

O que me traz aqui são os resultados da USF de Alpendorada. E dizer que eu não preciso de *rankings*, nem de números, para saber que é de excelência, porque eu sou prova viva de que o utente em Alpendorada está em primeiro lugar.

Em segundo lugar, queria dizer que o Serviço Nacional de Saúde também não está moribundo. Escolhi ser operada num hospital público, e desde o primeiro minuto, no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, fui tratada por todos com zelo, isenção e com ética.

E queria também deixar o meu testemunho, que como cidadã condeno veementemente a greve cirúrgica dos enfermeiros.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Presidente, para resposta às várias questões que foram colocadas, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação às questões que o Sr. Samuel Vieira aqui nos trouxe, eu vou voltar a dizer o que já tinha dito há bocadinho sobre a questão da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo: é uma questão que diz respeito aos tribunais, há uma sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto que, como eu tive oportunidade há bocado de vos dar nota, em 2002 absolveu, quer o Estado Português, quer a Câmara Municipal, que na altura se defendeu das acusações que lhe estavam a fazer chegar. E por isso, é uma questão jurídica, e acho que as sentenças dos tribunais dizem respeito aos tribunais, e eu não vou comentar essa questão. O que nós sabemos é que a Câmara foi absolvida, o Estado Português foi absolvido, a Junta de Freguesia foi condenada, e tem que pagar uma indemnização à família da pessoa, ou neste caso, do senhor que faleceu em 2001. Isto é o que eu tenho para dizer, e que a Câmara Municipal estará cá para colaborar naquilo que são as competências funcionais para ajudar a Junta de Freguesia.

Queria aproveitar para dar nota de que nos fizeram chegar, na Reunião de Câmara, pela mão do Sr. Vereador Paulo Ramalheira Teixeira, uma proposta para ajudar nesta matéria, é uma proposta sobre a qual nós temos algumas dúvidas da sua legalidade, vamos fazer um pedido – aliás, creio que já foi pedido um pedido de parecer à Comissão de Coordenação da Região Norte sobre o teor desta proposta, e seguindo-se depois desse parecer as informações que acharmos que temos que dar, neste caso para serem discutidas em Reunião de Câmara Municipal. E depois, sobre o assunto, acho que encerraremos este capítulo.

Por isso, Sr. Samuel Vieira, sobre esta questão, sentença do Tribunal Administrativo, absolveu a Câmara Municipal, absolveu o Estado Português, e neste caso, a única que ficou de pagar indemnização foi a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo.

Em relação à questão da tenda e do palco, queria dar-lhe conta de que, de facto, a Câmara Municipal definiu algumas regras para a utilização dos palcos. Eu queria aproveitar para dar conta



de que nós tínhamos palcos que não estavam a ser cedidos, quer às Juntas de Freguesia, ou às suas coletividades, às freguesias, porque tínhamos um relatório do nosso técnico de higiene e segurança no trabalho que nos dizia que os palcos não estavam seguros, não eram homologados, e que, dessa forma, sempre que a Câmara Municipal os cedia para outros, para eventos, corríamos o risco de, se acontecesse alguma coisa, termos de responder formalmente por esses danos. E então decidimos – e em boa hora o fizemos – deixar de ceder esses palcos para os eventos das freguesias. Sei que não agradou a toda a gente, porque muitos deles estavam habituados a ter o palco da Câmara Municipal, mas o que estava aqui em causa eram as questões de segurança, e que estavam bem definidas tecnicamente pelo nosso técnico de higiene e segurança no trabalho, que fez esse relatório, e que nos impossibilitou dessa forma, e bem, de ceder os palcos que não tinham condições de segurança. Decidimos depois comprar, ou adquirir um palco, que nos custou cerca de trinta mil euros (30.000€), este sim, com todas as condições de segurança e homologado, e decidimos criar, como eu estava a dizer, algumas regras de cedência deste palco às freguesias. Chegámos à conclusão, também pela avaliação que fizemos dos últimos anos, que os palcos eram demasiadas vezes cedidos para todos os sítios do concelho, e estávamos a falar muitas das vezes de eventos à escala micro, e de eventos à escala macro, ou seja, não havia aqui um critério, tanto se cedia o palco para uma festa quase de aniversário de uma coletividade que tinha cinquenta associados, como se fazia uma cedência de palco para um evento de cariz regional ou até nacional – ou seja, a metodologia de cedência e o critério era exatamente o mesmo. E então, definimos criar alguns critérios para a cedência deste palco. E o que decidimos foi que o palco é um palco orbital, e por isso, é mais difícil a sua montagem, tem dez por dez, vai ser cedido às Juntas no âmbito do termo de utilização dos termos do regulamento municipal sobre as formas de apoio às freguesias, e vai ser apenas deferido um pedido de utilização do palco por ano – não por mês, como disse há bocado o munícipe Samuel Vieira, mas uma vez por ano. E essa cedência é feita à Junta de Freguesia, que por sua vez vai tentar gerir essa situação com as associações da freguesia, e vamos ver qual é a associação, ou qual será o evento que terá o palco da Câmara Municipal.

Queria aproveitar para dar conta de que a Câmara Municipal não adquiriu só um palco, adquiriu também, como disse o Sr. Munícipe, e muito bem, uma tenda, e adquirimos outro tipo de equipamentos que faziam falta à Câmara Municipal para levar a cabo aquilo que são as nossas competências, nomeadamente nos trabalhos nas freguesias. Comprámos um manitou, uma serra de fita, uma orladora, uma cisterna, duas carrinhas de carga, duas viaturas ligeiras, um braço de trator, e outros materiais ou equipamentos que também faziam falta aos nossos colaboradores nas suas tarefas diárias, que no fundo não deixam de ser tarefas para dar resposta às freguesias, às dezasseis freguesias do concelho, e a muitas das solicitações dos Srs. Presidentes de Junta.

Em relação à questão da LIMFA, depois não sei se o Sr. Vereador quer acrescentar alguma coisa, o Sr. Vereador do Desporto, Paulo Couto.

Em relação à questão que aqui colocou sobre os cabazes, queria dar nota de que nos fizeram chegar alguns pedidos de cabazes, chegaram-nos aqui alguns pedidos de cabazes, nomeadamente de duas freguesias do concelho, que foram devidamente encaminhados para o nosso Gabinete de Ação Social, e o nosso Gabinete de Ação Social fez aquilo que devíamos fazer sempre, que é primeiro conhecer as pessoas que fazem o pedido, fizemos uma convocatória. Para evitar que as pessoas se deslocassem cá aos serviços da Câmara Municipal, fizemos os atendimentos nas freguesias. Algumas dessas pessoas, diria que um número relevante, não



apareceram à convocatória, o que é no mínimo estranho, porque quem pede um cabaz, supostamente tem necessidade, e depois, quando é convocado para vir para um atendimento, não apareceram. E daqueles que nos foram encaminhados por essas Juntas de Freguesia, podemos dizer que estamos a dar resposta positiva a alguns – se me derem alguma oportunidade de procurar aqui o documento, eu tenho-os elencados – estamos a dar resposta positiva, não na atribuição de cabaz, mas sim naquilo que é o Fundo de Emergência Social da Câmara Municipal, que é um instrumento que nós temos para dar resposta a alguns dos pedidos na área da ação social – aliás, vamos agora até alterar o nosso regulamento para irmos ainda mais longe naquilo que são as pretensões dos nossos munícipes, para dar resposta nomeadamente a algumas questões relacionadas com as obras que podemos vir a levar a cabo – dou o exemplo, que é um exemplo muito usual cá no Marco de Canaveses, infelizmente: quando as pessoas são idosas e ficam acamadas, a maior parte das habitações onde residem, porque são habitações já com muita idade, não têm casas de banho adaptadas. Ou seja, a família ou o prestador de cuidados não têm condições para lhe dar um banho adaptado. E muitas das vezes é preciso substituir a banheira por um *poliban* com condições adaptadas. Isto é uma pequena obra que à Câmara Municipal, através deste Fundo de Emergência Social, pode ser realizada, mas que, efetivamente, o regulamento do Fundo de Emergência Social não o permitia. Vamos alterar o Fundo de Emergência Social também para poder dar resposta a essas pessoas.

E dizer, então, para que fique esclarecido, que nós estamos a atribuir, não cabazes de natal – porque esta continua, de facto, a ser uma posição que já tínhamos e continuamos a ter, nós não queremos dar um simples cabaz de natal apenas no natal; estamos a realizar atendimentos, estamos a pedir comprovativos dos rendimentos às pessoas que fazem os pedidos, porque eu acho que não estou a dizer nada que a maior parte das pessoas que esteja sentada nesta sala, e aqueles que me estão a ouvir lá fora, não saibam, é verdade que neste concelho haviam pessoas, e muitas, a receber cabazes de natal, que não o mereciam. É verdade. É verdade que haviam famílias que recebiam dois e três cabazes de natal de entidades completamente diferentes, e há muita gente aqui que o sabe, principalmente os Srs. Presidentes de Junta. E por isso é que a Câmara Municipal decidiu não atribuir cabazes de natal. O que nós estamos a fazer é a pedir às pessoas para virem aos atendimentos, ao nosso gabinete, são atendidos por técnicos da área da ação social, trazem comprovativos das afirmações que fazem, esclarecemos dúvidas até com outras entidades, nomeadamente com a rede local de intervenção social, porque há muita gente, e é este o organismo que está habilitado a apoiar estas pessoas, estamos a falar com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, com os Srs. Presidentes de Junta, quando temos dúvidas, e por isso essas pessoas são apoiadas quando já não há dúvidas sobre se, de facto, é ou não objetivo daquela família receber um apoio financeiro. A atribuição é dada em dinheiro, o Fundo de Emergência Social é um fundo que é dado em dinheiro, não é em géneros, temos situações de pagamentos, por exemplo, de rendas em atraso, fazemos o acompanhamento – queria realçar isto, quando pagamos uma renda em atraso, o arrendatário é chamado cá, no dia em que entregamos o cheque à pessoa, o arrendatário sabe que o município recebeu o cheque, e por isso, vai ter que pagar a renda em atraso. E isto é só para lhes dar um exemplo daquilo que estamos a fazer. Ou seja, não restam dúvidas de que esta é, do nosso ponto de vista, a melhor forma de ajudar as famílias Marcoenses mais necessitadas. Não fizemos *show off*, não fizemos notícias no *Facebook*, lamento dizer que vamos continuar a frustrar as expetativas daqueles que estavam à espera de cabazes de natal, não vão ter cabazes de natal. Vamos ter um verdadeiro apoio na área social às nossas famílias, e essas sim, são as expetativas que nós não queremos



defraudar, aqueles que estão lá fora e que precisam de apoio da Câmara Municipal. E por isso, temos um Fundo de Emergência Social para o fazer.

Passo agora a responder à nossa munícipe Bruna Santos. Queria também associar-nos a essa notícia que agora nos deu, tão feliz, no âmbito desportivo de Constance.

Dizer que temos levado a cabo algumas intervenções, queria aqui também realçar o papel do Sr. Presidente da Junta de Constance e da Associação de Pais que tem na sua freguesia, que é muito proativa, e que, de facto, nos tem feito chegar um conjunto de solicitações que têm todas em vista melhorar as condições de educação das nossas crianças, e neste caso em concreto, das escolas e das crianças da Freguesia de Constance. Estamos recetivos, nessa freguesia e noutras, temos tido uma colaboração muito estreita do Sr. Presidente da Junta nestas matérias, tem-nos feito sempre chegar soluções em que também fazem parte da solução, nomeadamente nesta questão das pinturas da escola. E por isso, esse pedido de mão de obra será avaliado por nós, e se tivermos essa oportunidade de a nossa mão de obra, dos nossos colaboradores, poder fazê-lo, certamente o iremos fazer, como até agora temos vindo a fazer em plena concertação com a Junta de Freguesia e com a Associação de Pais. Agradecer também as palavras que dirigiu a este Executivo, pela forma como temos trabalhado em Constance, e também agradecer aos pais essa vossa atenção para com o Executivo da Câmara.

Sr. Fernando Lucas, eu acho muito bem, que os rebuçados fazem mal aos diabetes, eu também concordo, embora não seja diabética, também concordo. O Sr. Vice-presidente dar-lhe-á a resposta, para esclarecermos de uma vez por todas esse assunto, espero eu também.

À munícipe Anabela, faço minhas as suas palavras, não podia ter dito melhor – aliás, eu não o faria melhor do que fez. Eu acho que muitas das pessoas hoje cá fora falam muitas vezes do Serviço Nacional de Saúde como se fosse uma coisa muito má, como se fosse uma coisa péssima, apontam-lhe muitos defeitos, mas só aqueles que, infelizmente, caem muitas das vezes numa cama de um hospital é que percebem que, independentemente de muitas das vezes o Serviço Nacional de Saúde não funcionar bem, é o melhor que nós temos, e são os hospitais públicos que hoje nos dão os melhores dos tratamentos, onde estão os melhores médicos, os melhores enfermeiros, e os nossos melhores colaboradores do Serviço Nacional de Saúde. E por isso, um bem-haja para o Serviço Nacional de Saúde, independentemente do alvo das críticas que está a ter, muitas delas injustas, porque como diz, e muito bem, só quem precisa do Serviço Nacional de Saúde é que lhe consegue dar esse valor.

Muito obrigada. Sr. Presidente, pedia, então, para que o Sr. Vice-presidente e o Sr. Vereador Paulo Couto pudessem responder às questões dos munícipes que ficaram por responder.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Faça favor.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado.

Relativamente à questão do Sr. Fernando Lucas, dizer-lhe – e ele sabe, que temos conversado algumas vezes, mesmo aqui no adro da Câmara Municipal, e de facto, esta situação não é tão



célere quanto nós gostaríamos. Relembrar que este é um processo de permuta na Rua da Seara, que iniciou em 30 de janeiro de 2017, a pedido da Junta de Freguesia do Marco, e com um abaixo assinado dos moradores do referido loteamento, e promovido pelo Sr. Joaquim Pinheiro de Queirós. Recordo que a referida permuta foi à Reunião de Câmara n.º 17, de 2 de setembro de 2017, e depois, época de eleições, não chegou a entrar na Assembleia Municipal. Foi mais tarde, já por este Executivo, na ordem de trabalhos da reunião ordinária da Assembleia Municipal de dia 26 de abril de 2018, e foi retirada dessa mesma ordem de trabalhos. Foi retirada por quê? Foi retirada porque chegámos à conclusão de que o processo não estava devidamente instruído, como devia ser. E daí, dessa data até hoje, o processo está a sofrer melhorias, está a ser instruído. Por que é que ainda não foi novamente apresentado em Assembleia Municipal? Por uma razão muito simples, que eu passo a esclarecer: há necessidade de efetuar as alterações ao loteamento, que carece de uma instrução de um processo com um projeto elaborado por uma equipa multidisciplinar, e só depois da adequada instrução pode ser avaliado. Relembro que a Câmara Municipal não tem nos seus quadros um arquiteto paisagista, e nesta equipa multidisciplinar é preciso recorrer a essa especialidade. Há aqui mais um problema, por quê? Porque temos que recorrer fora. Estamos nesta fase a tratar do assunto, posso-lhe dizer que está para breve, está quase resolvido o problema, mas, de facto, quem está de fora, como o senhor, e a questão que faz, tem toda a razão, porque desconhece, apesar de nós lhe transmitirmos de vez em quando que isto está a andar – respondendo-lhe à questão, o processo está a andar. Esperamos que na próxima Assembleia Municipal, que é já em abril, nós consigamos trazer à mesma esta solução da Seara, que é muito importante.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Lucas, eu também sou interessado, e fortemente interessado. Sr. Lucas, aquilo que o senhor disse, eu corroboro inteiramente, porque eu passo lá todos os dias. Agora, não pode conversar. O recado está dado, fique tranquilo que há todo o interesse da Câmara em resolver.

Faça favor.

--- Paulo Couto (Vereador) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Permita-me ultrapassar os cumprimentos habituais.

Só para complementar aqui a informação referente às regras de cedência do palco, só para também terem uma noção, um palco, a montagem prevista demora dois dias, sete homens. Ou seja, nós vamos ter sete homens que vão deixar o serviço de carpintaria, serralharia e a parte de vias, vão deixar os seus serviços normais, e vão fazer a montagem. Dois dias para montar e dois dias para desmontar. Daí também estas regras, nós também aplicarmos isto a dezasseis cedências, que é uma a cada freguesia, de forma a também no primeiro ano vermos qual é que vai ser a realidade – porque certamente que à medida que eles se vão habituando, este trabalho vai ser mais rápido. Mas, também justificar o por quê, e também justificar às associações que nós vamos ter um palco, mas nem sempre vai ser possível, porque a própria montagem e desmontagem, muitas vezes de uma semana para a outra, quase não dá, porque não coincidem datas, e não é possível. Só dar esse complemento.

Relativamente ao munícipe Samuel Vieira, sobre a LIMFA: a candidatura da LIMFA já foi entregue, foi entregue cá, já foi avaliada, já foi a Reunião de Câmara e já foi aprovada. Relativamente àquilo que referiu, por causa dos valores de seguros, das taxas, dos exames médicos, isso foi aprovado



na Assembleia Geral da LIMFA. Ou seja, nós cá vimos a candidatura de acordo com o regulamento municipal, mas não vimos, porque as contas são aprovadas, neste caso, pelos clubes que as aprovaram.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, entramos no **Período da ordem do dia**.

Ponto n.º 3.1, Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.

Tem a palavra a Sra. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou-me escusar a falar na informação escrita, ela foi enviada a todos os Srs. Deputados, creio que todos a leram, e por isso, está aí aquilo que é a informação decorrente da atividade do Executivo em várias áreas, conforme a Legislação o prevê. E por isso, todos a receberam. Se houver alguém que queira fazer alguma questão, estou cá para responder.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, quem é que pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos?

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Vamos recapitular, então, as pessoas inscritas. Então, está inscrita a deputada Ana Ferreira, o deputado Fernando Costa Vieira, o Sr. José Couto, Ricardo Soares, o deputado Fernando Monteiro, o deputado Celso Santana, o deputado Monteiro da Rocha, o deputado Mário Luís, a deputada Marta Regadas, a deputada Luísa Madureira, o deputado Gil Rodrigues, o deputado Luís Vales e o deputado Bruno Caetano.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Ferreira.

--- Ana Ferreira (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia e restante Mesa, Sra. Presidente e Srs. Vereadores, Srs. Deputados da Assembleia, caros Marcoenses:

Gostaria de iniciar a minha intervenção realçando que a nível ambiental, o Marco está a melhorar, visto que nas últimas décadas os valores ambientais têm adquirido uma maior importância. E tendo em conta que o sucesso da reciclagem depende da participação da população, e esta é influenciada pela proximidade dos locais de depósito, foram colocados cinquenta e sete novos ecopontos ao longo do concelho, para que desta forma se fomente junto da população, que é parte integrante do processo, a adoção de boas práticas, o que leva a um aumento na reciclagem, com todas as vantagens que dela advêm. Queria pedir ao Executivo que continue com as campanhas de sensibilização, como foi o caso da peça de teatro “O Pai Natal Verde”, que na época natalícia



permitiu sensibilizar os mais novos para comportamentos ambientais responsáveis na referida época.

Outra excelente campanha de sensibilização que se deve prolongar em anos futuros será “Cinzas quentes no contentor, não”, uma vez que na altura de inverno verificam-se deposições de cinzas sem estarem apagadas nos contentores de resíduos urbanos, potenciando pequenos focos de incêndio. Nunca é demais informar e apelar à consciência cívica e ambiental dos munícipes.

O outro assunto que gostaria de referir foi a ótima forma como a Câmara Municipal assinalou a quadra natalícia de 2018. O projeto “Natal na rua” entregou quarenta e duas árvores em barras de ferro pelos jardins de infância. As árvores foram decoradas com materiais reciclados e colocadas em locais públicos nas freguesias. Desta forma, não só se enfeitaram as freguesias, como uma vez mais se falou na importância da reciclagem.

A cidade ficou mais atrativa e alegre. Entre 8 e 24 de dezembro, houve música, duendes e surpresas para os mais jovens nas ruas do Marco. A iluminação de natal abrangeu uma maior área no centro urbano da cidade, o que juntamente com o concurso de montras de natal, deu mais brilho à cidade e dinamizou o comércio local. A Cidade Natal, que foi divulgada nas escolas e Juntas de Freguesia, potenciando um maior número de visitantes, esteve no Mercado Municipal de 3 a 24 de dezembro, e com entrada livre, alegrou os mais novos com a Casa do Pai Natal, a pista de gelo e insufláveis, entre outras atividades.

Queria terminar com um pedido ao Executivo, para continuarem com este género de atividades que nos une a nós, Marcoenses, num ambiente festivo e acolhedor, e, sobretudo, que nos reúne na nossa cidade.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Dava a palavra ao Sr. Deputado Fernando Costa Vieira.

--- Fernando da Costa Vieira (PS) ---

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sra. Presidente, Sra. e Srs. Vereadores, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Marcoenses:

Se o Sr. Presidente me permitisse, só uma pequena observação, que não estava no meu discurso. Fala-se hoje muito no Serviço Nacional de Saúde. Eu só queria dar um exemplo, e aceitem esta minha pequena observação: a minha filha é pediatra, e eu tenho duas netinhas. Ela trabalha no Hospital de Guimarães. As minhas netinhas, ela quis que nascessem, uma no Hospital de Guimarães, e outra no Centro Materno-Infantil do Porto, que é a Maternidade Júlio Dinis. Ela tem seguro de saúde, e eu perguntei-lhe: “Filha, por que é que queres que as tuas filhas nasçam no hospital público?” E ela disse: “Porque lá há os melhores médicos, há os melhores enfermeiros, há as melhores tecnologias.” Eu peço, sem qualquer cor política, porque, de facto, a saúde não tem cor política, que cada um de nós possa defender o Serviço Nacional de Saúde, que o Dr. Arnaut, por acaso Socialista, criou, para bem de todos os portugueses.



Sra. Presidente, foi esta semana concluída a empreitada que liga definitivamente o saneamento na zona de Travassos, em Várzea do Douro, à ETAR do Torrão. Para todos aqueles que sistematicamente passavam naquele local, e para todos os outros que só lá passavam em campanha eleitoral, verificavam com os seus próprios olhos que os esgotos corriam praticamente a céu aberto, inundavam as ruas e a própria estrada nacional, pondo em causa a higiene e a saúde pública. A conclusão desta obra demonstra que muitos prometeram, mas na verdade – e é a realidade – foi a Câmara Socialista que cumpriu com a palavra dada às populações. Sra. Presidente, bem haja, e que a sua consciência esteja sempre iluminada para acudir sempre àquilo que é mais urgente, sendo que a saúde pública é, sem dúvida, uma das grandes prioridades do nosso concelho.

Sra. Presidente, eu gostaria de transmitir o meu profundo contentamento, pois é sempre bom ouvir e ler notícias, como a publicada recentemente pelo Instituto de Mercado Imobiliário e Construção, e cito: *“O Marco de Canaveses é um dos pioneiros na comunicação automática de informação sobre os procedimentos de ajustes diretos simplificados.”* Isto é uma grande notícia. É bom saber que estamos na linha da frente, pois através da adesão a um sistema informático, permite que se envie automaticamente os dados da contratação diretamente para um portal chamado Base.Gov. Ora, nesta plataforma são publicados todos os contratos de entidades públicas, sendo que esta inovação garante uma redução significativa na comunicação manual dos procedimentos, aumentando assim a eficácia, a eficiência e, sobretudo, colocando total transparência no sistema. Eu repito, coloca total transparência no sistema. Esta notícia dá a Câmara Municipal do Marco de Canaveses como um exemplo nas obrigações da contratação pública, designadamente nos ajustes diretos simplificados – curiosamente, Sra. Presidente, o tema levantado em Reunião de Câmara pelo Sr. Vereador António Dias, que pôs, em tempos, em questão o número alegadamente excessivo de ajustes diretos; contudo, não conhecia a Lei e os valores entre os quais está a figura do ajuste direto. Resumindo, o Sr. Vereador António Dias não vinha devidamente preparado, devia ter-se informado melhor. É caso para dizer, e se me permite, Sr. Presidente, usar mais uma vez a linguagem futebolística: Câmara Municipal do Marco de Canaveses, dois, Vereador António Dias, zero.

E para terminar, o que me preocupa não é o resultado negativo no intervalo do jogo; tudo indica que pelo sistema de jogo implementado no terreno pelo Sr. Vereador, o resultado final possa ser mais dilatado, e até possa ser finalizado com uma escandalosa “cabazada”.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Dou a palavra ao Sr. José Couto.

--- José Couto (Presidente J.F. Penha Longa e Paços de Gaiolo, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, caros colegas deputados, Presidentes de Junta, comunicação social, senhoras e senhores:

Em primeiro lugar, queria agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o facto de ter, de uma certa forma, descentralizado esta Assembleia, também no jantar de confraternização destes deputados, que pela primeira vez ocorreu fora da cidade do Marco. E escolheu um dos mais belos



restaurantes da minha freguesia, onde tem uma bela vista, e onde se come também muito bem, diga-se de passagem. Muito obrigado por esta lembrança.

Sra. Presidente da Câmara, queria agradecer as obras que foram executadas na EB1 de Paços de Gaiolo e pelo mobiliário que foi também colocado na EB1 de S. Sebastião e Penha Longa. E agradecer essencialmente pela sensibilização que demonstrou, que ao visitar aquelas escolas pela primeira vez, mandou de imediato que as obras necessárias avançassem. Andei cerca de quatro anos a solicitar ao Executivo anterior que olhasse para aquelas escolas, porque era necessária essa intervenção, porque se aquela escola, principalmente a de Paços de Gaiolo, se não era a pior escola do concelho, era uma das piores escolas do concelho. E ao fazer obra e alterar o sistema de cozinha, criando uma cozinha nova, e substituindo aqueles WC's que não tinham condições nenhuma, e outras mais valias que fizeram na freguesia, nesta escola, é de louvar essa atitude que demonstrou.

Queria também agradecer, embora não esteja englobado nesta informação escrita – provavelmente por esquecimento – foi a instalação da plataforma elevatória que foi instalada na Junta de Freguesia de Penha Longa, dando assim possibilidades de acessibilidade a toda a gente – ou seja, futebolisticamente falando, acessibilidade a todos – porque agora, com a criação do Posto dos CTT, muito brevemente, provavelmente no próximo mês, com a criação do Espaço do Cidadão, e de mais outras valências que a própria freguesia tem, queria agradecer esta instalação, também instalado pelas obras de proximidade.

Era mais ou menos isto. Quero também dizer que muito em breve, espero ainda este ano poder congratular-me mais uma vez aqui por uma obra que provavelmente irá ser feita ainda durante este ano, que estou à espera dela desde 2005. Esperemos que avance, a da Igreja.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Dispensando os cumprimentos, eu vinha só elencar um pormenor que está explanado na informação escrita, e que esta Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles se bateu já há algum tempo, e vamos fazendo algumas reformas nas escolas, que é a questão da ementa única. A Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles vem-se adaptando, ao longo dos tempos, com a diminuição das crianças, e que vamos sofrendo nas nossas escolas. Daí, temos ao longo destes últimos anos diminuído, neste caso uma cozinha numa escola primária, tirámos uma cozinha de uma escola primária e centralizámos tudo no jardim de infância, para depois servir as refeições nesses dois estabelecimentos. E deparámo-nos também com a dificuldade que tínhamos na confeção das refeições, que tínhamos dificuldade em controlar como é que deveríamos fazer a confeção, porque as três cozinhas faziam refeições diferentes, e tínhamos muita dificuldade, quer a nível de custos, quer a nível de controlar o que se servia nas escolas, e até os comentários que se faziam, naquela come-se isto, e na outra já não se come, ou na outra come-se melhor, e nesta come-se pior. Daí, no último ano letivo eu ter reunido com todas as professoras e educadoras do jardim de infância e proposto que a Junta de Freguesia iria tentar, no próximo ano letivo, criar a ementa única nas escolas. Também sabia que a Câmara Municipal



tinha esse objetivo, e em setembro, com a opinião de algumas pessoas, até contatei também o Centro de Saúde, a ver se tínhamos uma nutricionista que nos ajudasse a fazer este trabalho. A nutricionista disse-nos que sim, que a Câmara Municipal também já tinha alertado para isso. E agradecer, então, o trabalho da Câmara Municipal, da ajuda que nos deu a criar a dita ementa. Não consegui implementar isso em setembro, no início do ano letivo, a primeira ementa que me chegou foi em dezembro, mas eu achei que no mês de natal iríamos dar ali mais uns rebuçados, e os diabetes iam subir, e então, iniciámos em janeiro com as ementas únicas nas escolas de Vila Boa de Quires e Maureles.

Digo, e fui assistindo, foi difícil, o início não é fácil, porque as cozinheiras estão habituadas a formas diferentes, a confeções diferentes, mais caseiras, e é verdade que aquilo não é tão fácil no início. Mas, com o empenhamento delas, com a reunião que tivemos na Junta de Freguesia, com a dedicação que elas têm connosco e com as nossas crianças, conseguimos. E é agradável visitar as escolas em Vila Boa de Quires e Maureles à hora do almoço, porque as refeições são muito mais coloridas, têm nutrientes que as próprias cozinheiras não conheciam, e isso alegra-me, porque é de pequenino que nós vamos começando a moldar as crianças para o futuro, a ensiná-las na saúde alimentar, e daí também a Junta de Freguesia ter estabelecido mais uma vez um protocolo com a Medicina na Periferia, que nos vão visitar no próximo mês de março, vão estar três dias em Vila Boa de Quires e Maureles, para fazer rastreios à população, mas também desafiei-os este ano, já que fizemos isto das ementas únicas, a que eles fossem às escolas e aos jardins de infância falar um bocadinho da saúde alimentar, de quais eram os retrocessos que eles iriam ter no futuro se não seguissem essas indicações. E aí, isso deixa-me muito contente, e também agradecer à Câmara Municipal por nos ter ajudado nisso, porque a Junta de Freguesia tinha esta ambição de o fazer, e eu acho que todos devíamos fazer, porque é um princípio em que poderemos ter ganhos a longo prazo, com as nossas crianças, que são o futuro de amanhã.

Eu não vou agradecer muitas obras porque ainda não as tive, como os Srs. Presidentes de Junta vão falando, mas eu espero que vá chegar a minha vez. Vai chegar a minha vez, e com certeza também virei aqui agradecer. Mas, dar nota só à Sra. Presidente que se passou uma coisa lá numa escola – já que falamos nas escolas – porque eu acho que devíamos esclarecer de uma vez por todas de quem é a responsabilidade, porque a mim deixa-me um bocadinho triste, porque sou eu que dou a cara lá todos os dias, e as crianças não estarem a ter as devidas condições, que foi na Escola da Igreja, com a avaria de uma bomba da caldeira, que tem que ser substituída, e os técnicos dizem-me que é a Junta de Freguesia, mas o protocolo o que diz é manutenção, ali é substituição da bomba. Tudo bem que não é substituição da caldeira, mas a bomba, há um orçamento de quem instalou a caldeira, que custa novecentos euros (900€), já a Câmara também tem um Orçamento que já é mais barato, que custa quatrocentos e tal euros, mas isso vai o valor de uma sala do protocolo. Eu acho que devíamos de uma vez por todas esclarecer quem é que deve pagar, porque se nós tivermos que pagar, com certeza que o faremos, mas o que me custa é ver as crianças com frio e termos uma caldeira desligada. E dizer que se for manutenção, eu entendi que devia ser a Junta; quando é substituição da bomba, aí acho que sim. O técnico respondeu-me que não é substituição da caldeira, é uma peça da caldeira. É verdade, também é verdade, mas a bomba é um elemento, é substituição, e por isso, acho que deveria ser. Mas, é só porque devíamos esclarecer de uma vez por todas. E quem sai no meio disto tudo prejudicadas são as crianças que lá estão todos os dias.

Muito obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. Tem a palavra o Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, comunicação social, público lá em casa:

Passada uma revista à informação escrita da Sra. Presidente, e já me foi dito pela minha Bancada que tenho muito pouco tempo, porque ainda tem mais deputados para usar da palavra, eu vou resumir, vou ser um bocadinho compacto, àquilo que eu pretendia fazer aqui hoje.

Dizer que falamos de obras, a Rua de Maria Gil e António Moreira – tenho que falar sobre esta rua, e agradecer ao Executivo, obrigado Sra. Presidente, hoje podemos dizer que temos uma área de expansão industrial com acessibilidades capazes de atrair novos empresários e mais postos de trabalho. Não é só mais um acesso pavimentado; é aquilo que durante muitos anos não houve coragem ou vontade de fazer, criar condições para quem se quer fixar no nosso Marco, sendo assim um motor da economia local. Sabemos que não chega, Sra. Presidente, mas com toda a certeza sei que se preocupa, e muito, com o parque empresarial existente, e que vai com toda a certeza ajudar a revitalização da velhinha zona industrial do Marco.

Obras de proximidade realizadas na Freguesia do Marco, e foram muitas, ainda há algumas vezes a dizer que não se vê obra, que ainda há muita coisa por fazer, e há, mas vou enumerar algumas daquelas, para avivar a memória de alguns que criticam só por criticar: Rua José Maria de Sousa Guedes, Rua da Bouça Grande, Travessa da Ribeira de Além, Rua de Prados (água, saneamento e pavimentação), Rua do Cabo, Rua de Vila Nova, Travessa do Moinho, alargamento da entrada da mesma rua, para criar melhores condições a quem usufrui e a quem transita naquela via, Rua de Vale de Murilo, Rua da Povoação (ex-Freguesia de Tuías), águas pluviais no Loteamento de Vila Verde, e pavimentação em betuminoso, que será feita muito em breve, alargamento da Rua da Bouça Grande, alargamento da Rua Brigadeiro Nunes da Ponte, alargamento da Rua Arlindo Gonçalves Soares, e pavimentação do Largo da Feira do Marco. Em pouco tempo, já muito se fez, mas muito mais se vai fazer, com toda a certeza.

Agradecer também o empenho desenvolvido junto da Rota do Românico, que depois de alguns anos de avanços e recuos, foi agora possível concluir a tão desejada remodelação da Capela de S. Lázaro, em S. Nicolau. Concluída. Palavra dada, palavra honrada.

Finalmente, no dia 3 de dezembro, início das obras do Centro Cultural, no antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, e o lançamento de concurso para intervenção da Rua Gago Coutinho e Adelino Amaro da Costa. Brevemente também sabemos que irá haver intervenção na Rua Dr. Carlos Mota Pinto. Também no âmbito do PARU, foi recentemente apresentado um projeto de funcionamento, apresentação e remodelação do novo Museu Cármen Miranda, um espaço dedicado à artista mundialmente conhecida e natural da nossa terra, Marco de Canaveses.

Agradecer o trabalho feito pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, com a implementação da gestão de espaços florestais, e com maior relevância e articulação desenvolvida com os



Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, GIPS, SEPNA, GNR e Presidentes de Junta, no sentido de sensibilizar as populações a adotar métodos de prevenção, fazendo as limpezas em tempo previsto.

Para última nota – e sei que há mais intervenções – dizer também que é muito gratificante, todas estas visitas feitas pelos elementos do Governo da República ao Marco de Canaveses. A nossa terra é reconhecida pelo Governo de Lisboa, e a descentralização será também um passo importante para que os governantes deste país reconheçam o trabalho feito nas nossas terras.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Monteiro da Rocha. Prescinde? Então, Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, Exma. Mesa, Sra. Presidente da Câmara, Vereação, Sras. e Srs. Deputados, público, comunicação social:

Queria começar por agradecer e dar os parabéns também pela resposta positiva que acabou por ser dada a um apelo que eu já aqui deixei, para a reativação, após um ano de interrupção, do torneio de professores e funcionários das nossas escolas do concelho. À Sra. Presidente, e também em particular ao Sr. Vereador Paulo Couto, que sei que se aplicou neste processo, agora também com uma nova experiência da adesão da EPAMAC, que também vai participar. Gostaria de esclarecer que eu defendo, e naturalmente tenho razões para isso, por ter estado no seu início, já vão vinte e muitos anos, e defendo esta atividade porque isto não é apenas uma brincadeira para entreter os professores e funcionários, que depois das suas horas de trabalho, por volta das dezanove horas, vão fazer os jogos com outras escolas; eu penso que isto serve para promover o convívio e intercâmbio entre os nossos agentes educativos das nossas escolas, promove o bom ambiente escolar no nosso Município, e também, embora não pareça, promove uma boa imagem do nosso concelho. Ao longo destes anos todos, várias vezes tive ocasião de encontrar professores que já cá estiveram, e que me perguntavam: “Ainda mantêm aquele torneio entre professores”, e eu respondia que sim, e sempre fizeram elogios a isso. Nós recebemos professores que chegam cá pela primeira vez, e que às vezes nos vêm perguntar se ainda há aquele torneio entre professores, porque outros colegas, já quando eles foram colocados no nosso concelho, falaram logo que havia uma atividade muito interessante, que se realiza todos os anos. Portanto, os meus parabéns.

Se me permitem, eu gostaria só de fazer dois pequenos apelos. Um tem a ver, porque me chamaram à atenção, alertaram-me, algumas pessoas preocupadas, e eu apelo sempre, porque sou um defensor das árvores, a que haja muita ponderação quando procedemos, ou decidimos proceder ao abate de árvores, principalmente se são árvores com muitos anos de vida – dez, vinte, trinta, quarenta, cinquenta, sessenta, se calhar setenta, e o alerta que me foi feito teve a ver com a preocupação de alguns munícipes sobre as árvores junto ao Cemitério de Alpendorada, que ouviram falar que iam ser abatidas, ou se não eram todas, uma grande parte, porque elas levantam o piso. Aquelas árvores provavelmente foram mandadas plantar pelo Sr. Padre José Brito, por isso devem ter sessenta, setenta ou até mais anos, naturalmente que elas levantam, ao fim deste



tempo todo vão levantando, ao fim de dez, vinte anos, cinco ou dez centímetros de piso, talvez se ponderasse a hipótese de repor o piso, nivelá-lo.

O meu outro apelo era um apelo para ajuda à Escola da Pedra. Tenho informação de que está a atravessar algumas dificuldades, mesmo em termos de alunos, que há um grande esforço da atual Direção para a sua reativação. Eu penso que uma escola ligada à pedra, a principal indústria do nosso concelho, o granito, deveria manter-se viva e ativa. Por isso, o meu apelo à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia, à Confraria do Granito, às escolas, para que se faça um esforço para manter viva a escola do Centro de Estudo da Pedra, que funciona em Alpendorada.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, tem a palavra a Sra. Deputada Marta Regadas.

--- Marta Regadas de Sousa (PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, Exma. Sra. Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, comunicação social, caros Marcoenses, bom dia.

Começo a minha intervenção por falar-vos da CPCJ do Marco de Canaveses, da qual sou comissária. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Marco de Canaveses é uma instituição oficial, não judiciária, cuja competência e funcionamento são regulados pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Intervém com vista a promover os direitos e garantir a proteção das crianças e jovens em perigo, bem como prevenir ou pôr termo a situações que possam afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Em termos processuais, em 2018, a CPCJ acompanhou duzentas e oitenta crianças e jovens. Nestes duzentos e oitenta processos, cento e cinquenta e nove são transitados de 2017, setenta e três instaurados, e quarenta e oito reabertos. Destes duzentos e oitenta, encontravam-se ativos, em 31 de dezembro, apenas cento e oito processos que transitaram para o corrente ano de 2019, pelo que se verificou um total de saídas e arquivamentos de cento e setenta e dois processos, dos quais vinte e cinco arquivados, em fase preliminar, e cento e quarenta e sete em fase pós-preliminar. A gestão processual, comparativamente com o ano de 2017, apresenta uma redução de aproximadamente trinta e dois por cento (32%) dos processos ativos. Importa salientar que a faixa etária com maior prevalência dos casos no ano de 2018 foi compreendida entre os onze e os dezassete anos.

No que diz respeito à problemática sinalizada, evidencia-se como mais predominante a violência doméstica, seguida por negligência e exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança. Importa ainda destacar que as entidades que mais sinalizam as situações de perigo são a autoridade policial, seguida dos estabelecimentos de ensino.

Relativamente a medidas em termos de proteção e promoção aplicadas pela comissão, as crianças são inseridas maioritariamente em meio natural de vida, sendo a medida de apoio junto dos pais a mais aplicada.



No que diz respeito às atividades desenvolvidas por esta comissão, destaca-se a iniciativa no âmbito da comemoração do vigésimo nono aniversário da assinatura da Convenção dos Direitos da Criança, no dia 20 de novembro de 2018, com a colaboração da Câmara Municipal. Contou com a presença da EB1 do Marco, cerca de duzentas e oitenta crianças que foram recebidas pela Sra. Presidente da Câmara aqui mesmo nos Paços do Concelho, e que participaram numa largada de balões simbólica, e fizeram uma caminhada pelas ruas da cidade, onde puderam ver o estendal dos direitos, uma exposição de trabalhos realizada pelas crianças de todas as escolas do concelho, que não passou despercebida a quem circulou pela cidade por esses dias. Através desta iniciativa, pretendeu-se aumentar a consciência pública acerca da convenção sobre os direitos da criança, e aumentar também a consciência das crianças e jovens sobre os seus direitos.

Passando a outro tema que trago aqui, é o seguinte: desde o dia 4 de janeiro de 2019, com a publicação do Despacho n.º 176/2019, o Concelho de Marco de Canaveses é um dos beneficiários da 4.ª Geração do Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social, um instrumento de intervenção social nas áreas do desemprego, da pobreza, envelhecimento e exclusão social. O montante de financiamento do CLDS de 4.ª Geração previsto para o concelho é de quatrocentos e noventa mil euros (490.000€), e irá incidir sobre dois eixos: emprego, formação e qualificação, e intervenção familiar e parental preventiva da pobreza. O CLDS terá a duração de trinta e seis meses de intervenção, e terá, à semelhança dos três programas anteriores, a Fundação Santo António como entidade coordenadora local de parceria. Na Reunião Pública de Câmara foi aprovada como coordenadora técnica do projeto a Dra. Judite Freitas, exercendo as funções a tempo completo, sendo notória a sua aptidão, experiência e competência técnica. Estamos perante mais um instrumento para melhorar a qualidade de vida dos nossos Marcoenses.

É só. Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Maria Luísa Madureira.

--- Maria Luísa Madureira (PPD/PSD) ---

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, Sra. Presidente de Câmara e referido Executivo, toda a Assembleia Municipal, comunicação social e público aqui presente.

São três questões muito pequeninas sobre a educação. Uma delas, na informação da Sra. Presidente menciona que foram distribuídas por todas as escolas e jardins de infância *kits* de música. Como esta diz “por todos”, como não corresponde à verdade, eu gostaria que me fosse dito, se fosse possível, a quem é que foram entregues esses *kits*, e que critérios é que foram usados para a distribuição dos mesmos, e quais os estabelecimentos escolhidos.

Um outro assunto tem a ver com uma peça de teatro, “O Natal Verde”, que já foi aqui mencionada também por uma encarregada de educação. Este teatro foi apresentado em duas sessões, das quais foram escolhidas uma amostra de escolas e jardins de infância do concelho, em nenhuma delas esteve presente nenhum estabelecimento de Alpendorada, e gostaria de saber também qual o critério das escolas escolhidas, e o porquê de as outras não terem sido contempladas.



O outro assunto tem a ver com a formação de pessoal para as cantinas, e que menciona que é para Vila Boa de Quires e Maureles, e a outra é para Vila Boa do Bispo, e que também gostaria de saber se esta formação aos manipuladores de alimentos e de manipulação das refeições se vai alargar a outras cantinas de estabelecimentos escolares do concelho.

E tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Gil Rodrigues, se faz favor.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Dispensando os respeitosos cumprimentos, e tendo em conta aquilo que tem sido dito nesta Assembleia e noutras Assembleias, nesta parte da informação escrita da Sra. Presidente, eu hoje acordei com vontade de refletir, e mais uma vez aproveitei o tempo concedido convosco para fazer uma reflexão sobre o que nós fomos e o que nós somos.

E o que nós fomos leva-me a um passado recente, em que não poucas vezes vinham a este local os Srs. Presidentes de Junta deste concelho agradecer ao anterior Executivo as obras feitas nas suas freguesias. Mas, lembrar que ainda falta esta rua, e aquela escola, e mais isto ou aquilo, e algumas vezes ouvi o Dr. Manuel Moreira desabafar: “Isto é ingratidão.” E eu, algumas vezes respondi: “Não, Dr. Manuel Moreira, isto é um Presidente de Junta que nunca deve nem pode estar satisfeito com o que fazem na sua freguesia, pois compete-lhe pedir cada dia mais e mais, para quem nele confiou.”

Mas, esta reflexão leva-me, então, ao que somos hoje. E hoje, depois de algumas intervenções feitas nesta Assembleia Municipal, parece-me que está tudo feito, tudo em harmonia, teremos chegado ao paraíso. Foi dito nesta Assembleia que em um ano foram feitas mais obras do que em quatro do anterior mandato. Se os Marcoenses andassem distraídos, poderiam achar que era verdade, mas felizmente, não andam, e sabem que seria impossível ser assim. No entanto, e fazendo uma reflexão sobre as intervenções de alguns Presidentes de Junta, isto leva-me a pensar que agora sim, estão os senhores satisfeitos com tudo o que foi feito nas vossas freguesias, e não haverá mais nada para pedir, mais nada para fazer. E então, agora é só tempo para agradecer e, como diz o povo, engraxar o Executivo? Pois, como eu também entendo que se engraxe, porque com o fim dos contratos interadministrativos e com as competências das decisões a cair na Câmara Municipal, resta aos Srs. Presidentes portarem-se bem e prestar vassalagem, pois se assim não for, o rebuçado – como dizia o Sr. Lucas – pode ir para outro. Pena é que quando se vem elencar as obras efetuadas, não se venha também dizer quais as que estavam já contempladas, em execução ou orçamentadas, e que transitaram do anterior mandato. Difícil não será executar, mas sim pagar, mas quando as verbas já existem e estão destinadas, é muito mais fácil.

Mas, dizem também os velhinhos que a ração não é para quem se talha; é para quem a come. Por isso, foi só um pouco do que nós fomos, e do que nós somos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.



--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sra. Presidente, Sra. e Srs. Vereadores, caros colegas deputados da Assembleia Municipal, Marcoenses:

Antes de mais, eu gostaria aqui de referir que é com muita satisfação que tomamos conhecimento, através desta informação escrita, que as obras do Plano de Regeneração Urbana vão avançar. De facto, este plano é de enorme importância para o nosso concelho, e em boa hora a Sra. Presidente abraçou o excelente trabalho do Executivo do PSD, que lhe deixou o trabalho quase pronto e o dinheiro para pagar essas importantes obras. E uma dessas obras é o Museu Cármen Miranda, que sem dúvida permitirá fazer justiça à grande figura que foi a nossa Cármen Miranda. Esperamos, por isso, que o atual Executivo saiba aproveitar essa obra para dinamizar o turismo na nossa terra. E por isso, aqui fica o repto para que após a conclusão da obra, o Executivo tudo faça junto dos vários operadores para atrair visitantes Marcoenses, mas também de fora do concelho, que o dinamize, que o otimize, e que se torne um museu de excelência e central para a cultura da nossa região.

Também nesta informação escrita, a Sra. Presidente dá conta da presença de vários governantes no nosso Município. Elenca a presença do Sr. Primeiro Ministro António Costa, que se deslocou a Marco de Canaveses para fazer mais um dos muitos anúncios que tem feito durante este período pré-eleitoral, mas desta vez para vir cá anunciar um concurso para aquisição de material circulante, de comboios, que nem sequer, enfim, circularão na nossa linha. Também veio acompanhado do Sr. Ministro das Infraestruturas, Pedro Marques, que aqui marcou presença, sem nada dizer sobre por que é que cancelou a obra do IC35 e a meteu na gaveta. Também nada disse sobre a conclusão da variante da A211, que é uma obra estrutural para as populações de Paredes de Viadores, Paços de Gaiolo e Juncal. E nesse sentido, eu pergunto à Sra. Presidente o que vieram cá fazer pelos Marcoenses – pelos Marcoenses – estes governantes, e se surtiu algum efeito o apelo que fez ao Sr. Primeiro Ministro António Costa para a construção do IC35.

Gostava também de a questionar, Sra. Presidente, que diligências é que tem tomado para a conclusão da variante que eu referi há pouco.

Também o Ministro da Agricultura, Capoulas Santos, esteve cá, e esteve numa sessão de apresentação de uma campanha nacional de combate à vespa velutina. É um facto que o Gabinete de Proteção Civil Municipal tem feito um trabalho extraordinário em articulação com os nossos bombeiros voluntários, com a GNR, e com outras forças vivas do nosso concelho. E por isso, quero aqui deixar-lhes o meu, e o nosso reconhecimento pelo seu trabalho. No entanto, gostaria de saber se a Sra. Presidente aproveitou a presença do Sr. Ministro da Agricultura para o questionar sobre o bloqueio completo que os agricultores Marcoenses têm sentido quando se vão tentar candidatar ao PDR 2020. Mais uma vez, Sra. Presidente, o que é que este governante veio trazer, ou em que beneficiarão os Marcoenses com esta presença.

Mudando de assunto, a Sra. Presidente enumera aqui um conjunto de obras realizadas. No entanto, eu gostaria de lhe relembrar que a Sra. Presidente propôs nesta Assembleia Municipal terminar com a delegação de competências das obras nas Juntas de Freguesia, fazendo regressar essa missão à Câmara Municipal. Na altura, todos compreendemos, afirmou que seria para desonerar as Juntas de Freguesia dos procedimentos burocráticos. No entanto, agora, e passado um ano, apesar de as Juntas de Freguesia lhe indicarem as obras que querem ver executadas, a



Sra. Presidente faz parecer que todas as obras são da iniciativa da Câmara Municipal, e esvaziou por completo aquelas obras que eram antes das Juntas de Freguesia. Agora é tudo da Câmara Municipal. E no meio da confusão, nunca se sabe se as obras são propostas pelos autarcas da freguesia ou pela Câmara. E por isso, apelamos, o Grupo Municipal do PSD apela para que a Sra. Presidente passe a divulgar explicitamente quais são as obras propostas pelas Juntas de Freguesia, porque só assim os cidadãos poderão avaliar as decisões dos que elegeram para governar os destinos da sua freguesia, e votar daqui a alguns anos nessas mesmas decisões, se foram positivas, ou se foram negativas, mas precisam de saber o que é que o eleito fez pela sua freguesia.

Uma outra questão, Sra. Presidente: foi com agrado que vimos o espaço do Mercado Municipal ser utilizado para um evento no natal. No entanto, continuamos preocupados com o nosso Mercado Municipal, e com o destino que enfrenta caso a Câmara nada faça. Neste momento, temos lá dez operadores, três funcionários da Câmara Municipal, mas cada vez mais assistimos ao definhamento desse espaço. Nós sabemos que não é um problema de agora, que já se arrasta há vários anos, mas neste momento, Sra. Presidente, é à Sra. Presidente e é ao Executivo que aqui está que compete resolver as questões, e nós estamos francamente preocupados com esta situação. E aqui, em nome do PSD, gostaríamos de lhe sugerir que siga o exemplo de Matosinhos, da Póvoa de Varzim, ou de Albergaria-a-Velha, que apostaram na dinamização dos seus mercados, e hoje eles são um atrativo dessas cidades, e ganharam novamente vida. Ou seja, os mercados são espaços que potenciam a economia local, são dinamizadores de outras riquezas, como o turismo, ou o emprego dos nossos jovens agricultores. Fica, por isso, aqui o repto à Sra. Presidente.

Uma outra questão prende-se com o facto de o Sr. Deputado Fernando Costa Vieira ter vindo cá dizer que o atual Executivo do PS resolveu o problema do saneamento na zona do Torrão e de Várzea do Douro. E isto deixa-nos aqui bastante apreensivos, porque parece – não sei, eu penso que o Sr. Deputado, em vez de vir para cá falar em linguagem futebolística, se calhar era mais importante que se informasse antes de o fazer. Eu vou aqui elencar, Sr. Deputado. O anterior Executivo do PSD fez a ETAR, o anterior Executivo do PSD fez o projeto da rede de saneamento, e foi o anterior Executivo do PSD que deixou o dinheiro nos cofres da autarquia para pagar esse saneamento, e o Sr. Deputado veio aqui dizer que esta obra é responsabilidade do PS. Bom, nós percebemos, Sr. Deputado, mas isso é como a questão do IMI: o anterior Executivo baixou o IMI, mas agora muitos dizem que foi este Executivo. Mas, são confusões naturais, Sr. Deputado, são confusões naturais que nós compreendemos, mas que, enfim, apelamos a que na próxima vez viesse cá um bocadinho mais preparado para dizer com verdade aquilo que se passa.

E para terminar, Sra. Presidente, e até porque eu levantei o assunto na última sessão da Assembleia Municipal, quero aqui demonstrar-lhe a minha satisfação por a Sra. Presidente ter voltado a incluir nesta informação escrita a informação referente a reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes. Nós apelámos, a Sra. Presidente ouviu-nos, e por isso cabe-me a mim aqui também fazer esse reconhecimento.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Soares.



--- Ricardo Soares (Presidente J.F. Bem Viver, PS) ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Ultrapassando os habituais cumprimentos, antes de iniciar a minha intervenção, pela qual pedi a palavra, e porque quem não se sente não é filho de boa gente, eu sou um dos Presidentes que agradeceu, por acaso, a este Executivo as obras que, de facto, foram feitas na nossa freguesia, e por acaso pedi mais duas intervenções na mesma. Mas, eu fi-lo porque existem reais diferenças em relação à atividade do Executivo, e eu sou também um daqueles que diz que há mais obra neste ano e quatro meses do que em quatro anos de mandato anterior. E aproveito para convidar os deputados da Assembleia do PSD, porque sei que estão a fazer visitas aos locais, para percebermos exatamente qual é que é esta diferença.

E também dizer que um ano e quatro meses depois, ainda ouvir que a responsabilidade de muitas das obras que estão a ser feitas neste preciso momento ainda faz parte do anterior Executivo, eu gostaria que nos dissessem quando é que nós podemos salvaguardar as nossas obras, porque, de facto, estamos aqui em modo de cruzeiro, e se calhar não estamos aqui a fazer rigorosamente nada, porque as obras já estão todas decididas há um ano e quatro meses.

Agora, voltando à nossa intervenção, de acordo com os indicadores, gostaria de abordar de uma forma muito rápida alguns números presentes na informação escrita, nomeadamente quanto aos Espaços de Cidadão e ao Gabinete de Apoio ao Emigrante. De acordo com os indicadores semestrais, foram registados quase seis mil atendimentos, sendo que mais de metade foram realizados pelo Espaço de Cidadão do centro da cidade, localizado aqui nos Paços do Concelho, e pelo Espaço de Cidadão da Freguesia de Bem Viver. Há mesmo um aumento superior a sessenta por cento (60%) nos atendimentos realizados na nossa sede de Junta de Freguesia. É com satisfação que constato estes números, há, de facto, uma procura maior em diversos serviços, que cada vez mais devem estar descentralizados. E neste aspeto, permitam-me felicitar o Executivo, não só pelo previsto e já abordado alargamento da rede dos Espaços de Cidadão, mas também pela intenção já comunicada aos Presidentes de Junta de alargar o número de serviços disponíveis nesses espaços, nomeadamente serviços municipais, como pedidos de licenças, pagamento de taxas, questões relacionadas com transportes escolares, férias desportivas, resíduos sólidos, entre outros. É esse, de facto, o caminho, aproximar a autarquia da população, evitando deslocações tantas vezes difíceis. E neste caso, Bem Viver – e puxando mais uma vez a brasa para a minha sardinha – tem-se mostrado uma freguesia competente e importante estrategicamente nesta descentralização.

Também fazer referência ao Gabinete de Apoio ao Emigrante. Apesar de já estar implementado há vários anos, só agora ganha destaque. São mais de duas centenas de atendimentos, várias dezenas de novos utentes, desde o início de 2019, e estes números são importantes e devem ser valorizados, não só porque atestam a validade do serviço, e neste caso, ganha pontos este Executivo Camarário, por fazer uma verdadeira aposta neste Gabinete, mas também porque representa tantos e tantos emigrantes Marcoenses que encontram finalmente um parceiro revigorado para o tratamento de assuntos burocráticos, que por mais simples que sejam, a distância torna-os complicados.



Sra. Presidente, a descentralização, quando bem feita, é vantajosa para todos nós. Somos o órgão mais próximo dos cidadãos, e creio que falo por todos os Presidentes de Junta aqui presentes quando digo que podem contar connosco para tornar mais precisos e eficientes todos os serviços que alargamos nas nossas sedes de Junta de Freguesia. Parabéns por estas apostas, quem ganha são, de facto, os Marcoenses.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, bom dia, novamente.

Ultrapassando os formais cumprimentos, para começar esta abordagem à informação escrita, venho aqui dizer com orgulho que o Marco de Canaveses está na moda e consta muito bem no mapa de Portugal. Nestes últimos meses – dois meses – tivemos a presença do nosso Primeiro Ministro António Costa, do Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, do Ministro da Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, e mais cinco Secretários de Estado que estiveram nestes últimos dois meses aqui no Concelho de Marco de Canaveses. Ainda não contentes com isto, parece que para a próxima semana teremos a visita de mais um Ministro do Governo de Portugal, que irá visitar este concelho. Bem sabemos que a visita de cinco Secretários de Estado, dois Ministros, e do nosso Primeiro Ministro inquietam algumas pessoas desta sala; isto é prova de que o Governo de Portugal sabe bem onde é que é Marco de Canaveses, e que não somos uma mera inscrição no mapa, mas sim muito importantes para a governação de Portugal. Este não é um mérito do acaso, mas sim um reconhecimento do trabalho feito por este Executivo desta autarquia, que segundo estes, é um bom exemplo autárquico em Portugal.

De todas as visitas, gostaria de destacar duas: a visita do Ministro da Agricultura a este concelho, onde apresentou a campanha para o combate da vespa velutina. Esta campanha disponibilizará cerca de um milhão de euros (1.000.000€) – e respondendo já a algumas questões aqui feitas – no incentivo às Câmaras Municipais para o combate deste inseto. Esta aprovação não foi uma coincidência, mas sim o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por esta Câmara, que vai sendo dado como um exemplo por este Portugal fora, e já tem vindo a este órgão ser prestado contas relativamente ao último *input* que demos ao combate deste inseto.

Relativamente à visita do nosso Primeiro Ministro António Costa, e do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, para lançamento do concurso internacional para aquisição de material circulante, vinte e dois comboios, em Marco de Canaveses, não nos restará muito a dizer. Este é um momento histórico, quer para o Marco, quer para o país, mas só o PSD do Marco não o quer ver, pois anda a ofuscar-se com retóricas que não têm nada a ver com o assunto. Volto a frisar, concurso internacional para a aquisição de material circulante.

Nesse mesmo ato, a Sra. Presidente da Câmara fez uma intervenção, a qual muito me alegrou, ao dizer que a via do caminho de ferro é muito estruturante para o Marco de Canaveses, mas o IC35 também o é, e ela fez questão de dizer isso.



E dizendo já aqui também ao Sr. Membro Luís Vales, dizer que também devemos dizer a verdade em todas as coisas que passamos, e o senhor esteve nas audições parlamentares com o nosso Ministro, e sabe que o deputado Fernando Jesus interpelou o nosso Ministro relativamente à variante que ligará Soalhães a Mesquinhata, e ele foi perentório em dizer que assim que sair o estudo de impacto ambiental, a obra avançará. Isso estava lá, está filmado, e eu acredito ainda nos políticos que governam este país.

Será de realçar que António Costa veio aqui ao Marco, não foi para anunciar cortes nos ordenados, cortes nas pensões ou nos apoios sociais, não veio também dizer que o povo desta terra terá que emigrar além fronteiras para procurar um futuro melhor, mas foi para dizer que estamos num país mais moderno, dinâmico, inclusivo, e onde os grandes centros não só importam, mas os pequenos também – em suma, um país mais igual, e isto, acho que é de ressaltar, terem escolhido o Marco para isso.

Este concurso, assim como a eletrificação da Linha do Douro até ao Marco, encontra-se em fase de conclusão, e será uma aposta séria e importante para o Marco de Canaveses. Mediante isto, só me resta dizer mais uma vez: obrigado, António Costa.

Para terminar, queria também felicitar este Executivo – e estou mesmo a terminar. Penso que o mesmo também revela um relacionamento melhor entre esta Câmara e a empresa Águas do Marco, pelo contrato que julgo que conseguirão celebrar para o fornecimento de água, recolha e tratamento de efluentes, celebrado entre a Águas do Norte, Águas do Marco e este Município, para o abastecimento de água em parte da Freguesia de Santo Isidoro e Livração, Várzea, Aliviada e Folhada e Constance, assim como a recolha e tratamento de alguns efluentes das fossas sépticas em Santo Isidoro.

Só um pequeno aparte, e dando só aqui uma nota ao membro da Assembleia Américo, dizer que o Orçamento Participativo realmente foi apresentado pela JS e aprovado neste órgão, mas também lhe queria dizer que ele só passou neste órgão porque três dos vossos membros da Assembleia estavam lá fora no dia e hora da votação, porque vocês votaram contra esse Orçamento Participativo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Tem a palavra a Sra. Presidente de Câmara, para responder às interpelações.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou tentar ser célere e objetiva.

Em relação à deputada Ana Ferreira, queria agradecer as palavras que nos trouxe cá, em relação às questões ambientais, aos novos ecopontos, e de facto, à nossa atividade no natal, ou ao conjunto de atividades que levámos a cabo no natal, que foram muito bem recebidas pela comunidade, e sobretudo pelas nossas crianças. E desde já dizer que o seu pedido para continuarmos a apostar na dinamização da cidade na época natalícia está anuído, ou seja, vamos continuar a fazer estas atividades, vamos querer até melhorar algumas, temos o cuidado de avaliar todas as atividades que levamos a cabo no natal, desde o concurso de montras, desde a atividade no Mercado Municipal, o teatro, tudo o que fizemos durante esta época natalícia. E por isso, o



objetivo é mesmo que algumas das situações que correram menos bem, no próximo natal, que é já este ano, possam correr melhor, desde logo a questão da iluminação de natal, que este ano já tivemos o cuidado de alargar a mais algumas ruas, em concertação também, nessas atividades, com a Associação Empresarial do Marco, com quem temos uma parceria para dinamização de algumas atividades, e também dar nota de que no próximo natal vamos ainda alargar, e tentar melhorar ainda mais a iluminação de natal na cidade.

Em relação às questões que o deputado Fernando Costa Vieira aqui colocou, em relação à situação de Travassos, se depois tiver oportunidade, então, o Sr. Vice-presidente falará sobre essa questão, é um pelouro seu.

Queria dar conta de que nos fez este elogio, de que a Câmara Municipal é um exemplo na informação sobre os procedimentos de ajustes diretos, é verdade, e eu queria aproveitar esta altura também para dizer, até porque como disse, e muito bem, foi título de jornal, na altura, a questão levantada pelo Sr. Vereador António Dias, da Bancada do PSD, sobre a questão dos ajustes diretos que a Câmara Municipal estava a fazer, e como disse, e muito bem, têm a ver com tetos financeiros – nós só fazemos ajuste direto ou concurso público quando o teto financeiro da obra assim o permite. Mas, já agora, queria aproveitar a oportunidade, já que falamos em transparência e rigor, porque essa era a preocupação do Sr. Vereador e da sua Bancada, em relação ao rigor e à transparência deste Executivo, nomeadamente com os ajustes diretos, eu queria dizer aos Srs. Deputados e a quem nos ouve lá em casa, que certamente não sabiam, mas ficam a saber, que nunca os contratos de delegação de competências tinham sido submetidos ao Tribunal de Contas no anterior Executivo. Este Executivo formalizou novos contratos, cumpriu a legalidade e submeteu ao escrutínio daquele tribunal, o qual confirmou a sua total legalidade, concedendo o visto. Também não deviam saber, mas ficam a saber, que nunca o contrato de prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas tinha sido submetido ao visto do Tribunal de Contas, nem sequer era formalizado qualquer contrato, por forma a regular os direitos e obrigações das partes. Pois este Executivo formulou o necessário contrato, adotou o procedimento legal, e submeteu este contrato a visto do Tribunal de Contas, o qual mais uma vez nos concedeu o visto. Note-se que em relação a este contrato, a despesa anual que o Município suporta em transportes escolares ronda um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€). Também não deviam saber, mas ficam a saber, que a aquisição de gás, gasóleo, seguros e outras aquisições de natureza permanente, que representam milhares de euros no Orçamento Municipal, cujo pagamento era efetuado fatura a fatura, sem qualquer procedimento contratual que suportasse tais despesas, em pouco tempo foi resolvido por este Executivo, adotando os procedimentos necessários – aliás, com a nova chefia, com o novo departamento que temos, de contratação pública.

Srs. Deputados, em relação a transparência e rigor, nós temos a convicção e estamos certos de que estamos no caminho certo. Estamos há poucos meses à frente dos destinos da Câmara Municipal, dizem-nos que ainda há muito a fazer, é verdade, mas já tomámos decisões que nos orgulham, no âmbito da boa gestão, do rigor e da transparência.

Sr. Presidente de Junta, José Couto, em relação às questões que aqui deixou sobre a EB1 de Paços, sobre a EB1 de S. Sebastião, o mobiliário, a cozinha, o WC, agradecer as suas notas. Não fizemos mais do que a nossa obrigação, o nosso propósito tem sido, desde o primeiro dia em que estamos em funções, melhorar as escolas do concelho, é essa a nossa determinação. É verdade



que temos tido também o apoio e a colaboração, e também alguma participação ativa dos pais nestas decisões. E por isso, resta-me agradecer a todos aqueles que nos ajudam a ter melhores escolas no concelho, e melhor educação.

Queria também aqui relevar aquilo que, de facto, nos esquecemos de colocar na informação escrita, que é a instalação da plataforma elevatória na Junta de Freguesia. É um marco importante, pois a partir de agora os cidadãos com mobilidade condicionada podem ir à Junta e usufruir de um conjunto de serviços.

Em relação à obra da Igreja, assim espero também, que seja uma realidade a curto prazo.

Sr. Presidente de Junta, Fernando Monteiro, em relação à ementa única, aquela questão que nos colocou aqui, e muito bem, nós temos tido uma preocupação, como disse há muito pouco tempo, com a educação, e com todas as condições que as nossas crianças têm nas escolas. Como sabe, temos uma nutricionista a trabalhar connosco a questão alimentar, estamos a trabalhar também com os Agrupamentos de Escolas ativamente, eles também têm um projeto nesta área, que é em parceria com a nossa área da saúde. E por isso, estamos a trabalhar sinceramente e muito ativamente com a questão da formação e das ementas nas escolas. Já fizemos a chamada ementa única em Vila Boa do Bispo – quatro ementas, mais as fichas técnicas – e também em Vila Boa de Quires.

Além disto, queria dar nota a todos que estão a ser aplicados questionários aos manipuladores de alimentos em serviço de alimentação nos quarenta e oito estabelecimentos de ensino do Município, tendo sido rececionados um total de cento e treze questionários que estão em fase de análise, de modo a que possamos todos obter uma caracterização dos colaboradores deste serviço de alimentação, bem como os seus conhecimentos em matérias de higiene e segurança alimentar. Queria também dar conta que realizámos auditorias às cantinas e refeitórios escolares, e esta auditoria já foi iniciada no passado dia 23 de janeiro, tendo até ao momento sido realizadas catorze auditorias, mediante a utilização de uma *checklist* de informação validada. Ou seja, estamos a trabalhar com seriedade nesta matéria, como disse o Sr. Presidente de Junta, e muito bem, é uma questão muito importante, a alimentação das nossas crianças, e por isso, esta nutricionista, já respondendo a uma questão que nos colocaram, tem um plano de formação, e a formação vai ser realizada em todos os estabelecimentos escolares, com a estreita colaboração do Agrupamento de Escolas – queria, aliás, dar conta disso – e com os Srs. Presidentes de Junta, que têm sido chamados também para esta nossa missão e objetivo de melhorar as refeições nas escolas, com a colaboração de todos.

Em relação à sua questão sobre a Escola da Igreja, esse problema técnico: a informação que eu tenho – depois, na segunda-feira, vou tratar disso, mas a informação que eu tenho é que, de facto, o primeiro orçamento era o de novecentos euros (900€), mas o segundo orçamento, e depois da visita técnica dos nossos colaboradores, é de trezentos euros (300€). E segundo os nossos colaboradores, trata-se de uma obra de manutenção, e por isso, essa obra de manutenção estará a cargo da Junta de Freguesia. Mas, na segunda-feira, posso com mais calma, e também acedendo aos dados, dar-lhe uma resposta concreta, mas é esta a informação que me fizeram chegar agora dos serviços, é o que está escrito no processo do GSI, no roteiro.



Em relação ao Sr. Presidente de Junta, Celso Santana, falou-nos aqui num conjunto de obras que nós estamos a levar a cabo, e de projetos, e por isso também agradecer ao Sr. Presidente de Junta Celso Santana, que tem sido, de facto, um dos Srs. Presidentes de Junta que mais ativamente tem estado a trabalhar no dia a dia para resolver questões no quotidiano dos Marcoenses. E por isso, estas obras refletem o empenho do Executivo Municipal, mas também queria dizer que refletem muito o empenho do Executivo da Junta do Marco, que tem estado muito atento, muito célere, àquilo que são as necessidades da sua freguesia, que é grande, todos nós sabemos, e que dessa forma também temos concertado as melhores formas e as melhores estratégias para resolver aquilo que são os assuntos que ocupam as necessidades, e que são necessidades prementes dos Marcoenses. Queria também agradecer ao Executivo da Junta, na pessoa do Sr. Presidente, essa sua celeridade em nos trazer cá os problemas, e também a sua disponibilidade para fazer parte da solução, porque é muito importante que assim seja.

Em relação ao Sr. Deputado Mário Luís, a questão do torneio dos professores, espero que corra bem, que ninguém se magoe, e também fico feliz por reconhecerem que este torneio, além de ser importante, tanto para a comunidade educativa, é também importante para manter a boa imagem do concelho, porque fez aqui questão de o dizer. E espero também que a EPAMAC seja um contributo agora nas vossas disputas desportivas.

Em relação às árvores junto ao Cemitério de Alpendorada, eu queria dar nota do seguinte: nós temos agora, dentro em breve, um conjunto de árvores que vão ser abatidas com recurso, até creio, a uma empresa externa, que os nossos serviços acompanham, e que são identificadas – já era este o procedimento – são identificadas por um técnico especializado da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que faz uma peritagem às árvores. E por isso, certificam-nos aquelas que necessitam de ser abatidas, porque demonstram claramente no relatório técnico que nos dão que essas árvores estão em risco, e por isso, é obrigação da Câmara Municipal abatê-las antes que aconteça alguma desgraça, como, infelizmente, já aconteceu, e também nos certifica aquelas que aparentemente parecem menos saudáveis, mas que eles dizem-nos que estão saudáveis. Ou seja, tranquilizam-nos das duas formas: dizem-nos quais são aquelas que nós temos que abater, e também há Srs. Presidentes de Junta, e até a sociedade civil que nos faz chegar cá muitas vezes informação de que existe uma árvore num espaço público que lhes parece que estará em riscos de cair, e nós fazemos essa peritagem com um técnico especializado da UTAD, e fizemo-lo há bem pouco tempo. E por isso, as árvores que vão ser abatidas são com este estudo que foi feito há muito pouco tempo. Não lhe sei dizer, mas vou tentar aferir se está incluída aqui alguma destas árvores junto ao cemitério.

Depois, Avenida da Saudade, estamos a trabalhar no projeto. Essa foi uma das questões que o Sr. Presidente da Junta de Alpendorada, Várzea e Torrão também já nos colocou no primeiro momento em que utilizámos a capela mortuária, que tivemos esse período também para verificar *in loco* os problemas da Avenida da Saudade, a questão do estacionamento, das raízes das árvores. E por isso, é uma questão que está em cima da mesa, e estamos também à procura de uma solução para levar a cabo essa requalificação.

Sra. Deputada Marta Regadas, vejo com muito agrado o facto de uma comissária da CPCJ vir cá também dar conta daquilo que é o trabalho desta comissão, que como sabem, é completamente autónoma da Câmara Municipal, mas que há elementos da Assembleia Municipal que participam na Comissão Alargada. É para nós importante podermos refletir sobre algumas das pistas que



aqui foram dadas sobre o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que já tivemos oportunidade de avaliar em sede de rede social, onde a Sra. Presidente da CPCJ o apresentou, mas queria dar nota de que, de facto, a redução dos casos em trinta e dois por cento (32%) é um facto muito positivo para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, da qual a Câmara Municipal, sempre que nos é solicitado, tem sido parceira, e por isso também felicitar o trabalho que esta comissão está a levar a cabo.

Em relação às outras questões que aqui colocou, também no âmbito da rede social, nomeadamente o CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social, de facto, é bastante dinheiro, é um projeto para mais três anos, para todos podermos também nos unir em torno daquilo que são os problemas sociais do Concelho de Marco de Canaveses.

Em relação à questão que a Sra. Deputada Maria Luísa Madureira aqui colocou, em relação às questões dos *kits* de música: os *kits* de música, primeiro dizer que a atribuição dos *kits* de música está integrada num programa que se chama PIICIE, que tem financiamento da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, de quem a Câmara Municipal é parceira, e além de ser parceira, existe um contrato escrito entre a Comunidade Intermunicipal, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e os Agrupamentos de Escolas. Por isso, eu acho até estranho que venha colocar esta questão, porque se há pessoas que estão bem informadas, e até assinaram um protocolo sobre esta matéria, foram os Agrupamentos de Escolas, que desde o primeiro momento foram envolvidos em todas as atividades – não foi só nesta, foi em todas as atividades. E não é por acaso que nós agora temos mais sete técnicos superiores a trabalhar na área da educação, uma equipa multidisciplinar, com terapeutas da fala, assistentes sociais e psicólogos, que estão a trabalhar diretamente com os Agrupamentos de Escolas, exatamente a levantar algumas questões relacionadas com o insucesso escolar, e outras que tenham a ver com o sucesso, não só escolar, mas até a nível da integração social dos nossos alunos.

E por isso, dizer-lhe que os *kits* de música foram entregues em todos os Agrupamentos, em todas as escolas e JI, foram devidamente acauteladas as suas entregas e planeadas com os Agrupamentos de Escolas e com os Srs. Diretores, e por isso, é uma situação que não só diz respeito aos *kits* de música, mas a todos os projetos que estão incluídos neste programa, que é o PIICIE, e que foi, como lhes digo, alvo de um protocolo escrito e debatido com os Agrupamentos de Escolas.

Natal Verde: foram apenas dois espetáculos, que creio que foi a FCC que ofereceu, do “Natal Verde”, às nossas crianças. A sala tem uma lotação, nós tivemos que fazer opções, não era um espetáculo que desse para trazer todas as crianças do concelho, e há aqui um fator que é importante relevar: nós temos tido este cuidado, e os técnicos da área da educação têm-me dito isso, temos que dar muitas das vezes privilégio a algumas crianças que têm mais dificuldade a aceder a este tipo de espetáculo no natal, e temos tentado escolher até algumas freguesias onde temos consciência de que existem crianças mais carenciadas, que no natal não teriam a possibilidade de ver este espetáculo se não fosse assim, e esse foi certamente um dos aspetos que pesou na escolha das escolas, que foi também concertada com os Agrupamentos de Escolas, sempre. E depois, queria dar-lhe conta de que outro aspeto que também é muito importante tem a ver com a questão logística, porque o espetáculo começa àquela hora, e àquela hora têm que estar os meninos, os duzentos alunos (creio eu), na sala. E por isso, a parte logística é muito importante, porque nós temos que ter autocarros a ir buscar as crianças – como sabem, demora



muito tempo a entrar no autocarro, chegar aqui e descer, depois querem ir à casa de banho. Ou seja, há aqui um conjunto de factos que, todos juntos, nos dizem que é preciso escolher escolas que sejam mais perto do centro da cidade – porque o espetáculo decorreu no centro da cidade – e como lhe disse, tivemos também atenção para que haja rotatividade, mas tivemos em atenção neste espetáculo de natal que fossem crianças que de outra forma nós sabíamos que não teriam acesso a este tipo de espetáculos.

Formação e ementas: já respondi há bocado, esta formação já foi levada a cabo nas duas freguesias, Vila Boa de Quires e Maureles e Vila Boa do Bispo, mas é um projeto que vai ser alargado a todo o concelho, e certamente – e logicamente – há um plano de formação para todas as escolas, há um plano de formação que nós vamos apresentar para todas aquelas pessoas que trabalham nos refeitórios, desde as cozinheiras às ajudantes de cozinha, e que nós queremos que estejamos todos em consonância naquilo que são os nossos projetos em matéria de higiene e segurança alimentar.

Sr. Deputado Gil Rodrigues, o senhor pode fazer as reflexões que quiser – pode fazer as que quiser – e pode cá vir refletir e partilhá-las connosco, mas há uma coisa contra a qual o senhor pode refletir e nunca vai chegar a conclusão nenhuma que não seja esta: há factos, Sr. Deputado, e contra factos não há argumentos, porque não é a Sra. Presidente de Câmara, nem o Executivo, que está a usar da palavra; são os Srs. Presidentes de Junta, Sr. Deputado. E são os Srs. Presidentes de Junta que ainda agora acabaram de dizer, como ouvimos numa das intervenções anteriores, são os Srs. Presidentes de Junta que reconhecem o trabalho feito por este Executivo. E deixe-me que lhe diga, deve-lhe custar, mas esta questão de prestar vassalagem – a expressão é sua, prestar vassalagem – era assim, agora já não é. Era assim, agora já não é. Agora acabou esse tempo, Sr. Deputado. Agora, os Srs. Presidentes de Junta vêm cá agradecer porque têm obra, e até convidam o Sr. Deputado a ir ver a obra. Contra factos não há argumentos.

E queria dizer também ao Sr. Deputado Gil Rodrigues, já agora, e porque esta questão também vai surgir à frente, porque foi colocada também pelo Sr. Deputado Luís Vales, que nós fizemos um esforço, que até foi muito criticado pelos senhores, fizemos uma revista municipal para tentar informar os Marcoenses sobre a obra que estava a ser levada a cabo no concelho. Essa revista foi até alvo de um comunicado do Partido Social Democrata, porque ficaram muito incomodados com o valor que a Câmara Municipal ia gastar com essa revista. E eu vou aproveitar para responder em relação a isso. Mas, queria antes dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado, em relação à revista: na revista, se o Sr. Deputado Luís Vales e o Sr. Deputado Gil Rodrigues não andassem tão distraídos, tinham visto que as obras que são apresentadas e realizadas pela Câmara Municipal, a pedido da Junta de Freguesia, estão expressamente descritas, a pedido da Junta de Freguesia. Somos rigorosos e transparentes também na informação. E por isso, Sr. Deputado, como nos vêm dizer, como o Sr. Deputado Luís Vales, ou vêm-nos fazer o desafio, que digamos claramente quais são as obras, nós já o fizemos. O senhor, se ler a revista, diz lá que as obras foram pedidas pelos Srs. Presidentes de Junta.

Mas, já que falamos em revista, e já que os Srs. Deputados se mostraram tão chateados com a revista que este Executivo decidiu fazer, há duas notas que eu queria dar. Primeiro, a questão financeira. É verdade que nós gastámos cerca de vinte mil euros (20.000€) para pôr esta revista em casa de treze mil habitações no Marco de Canaveses. E dizer-lhes que se preocuparam tanto com essa questão financeira que até fizeram uns cálculos para o mandato todo, que era para dar



um número com muitos zeros, que era para tentar que as pessoas lá fora ficassem com a ideia de que a Câmara Municipal ia gastar rios de dinheiro numa revista, cujo objetivo é apenas dar a conhecer o trabalho que este Executivo está a fazer. É um meio de comunicação para dar a conhecer aos Marcoenses o trabalho que a Câmara Municipal está a fazer. Sabemos que as redes sociais são importantes, mas também sabemos que há muita gente lá fora que não tem acesso ao *Facebook*, nem ao *site* da Câmara Municipal, e por isso decidimos realizar uma revista que seja acessível de forma gratuita a todos os Marcoenses.

A forma como o PSD reagiu a esta revista, de facto, é um pouco à imagem daquilo que o PSD tem sido a nível nacional – e aliás, já nos tem habituado: criticam sem qualquer fundamento, criticam porque se sentem incomodados com uma revista informativa para os Marcoenses, que leva a casa a informação de forma isenta – ainda agora o demonstrei, isenta e transparente – sobre a ação do Executivo. Queria dizer-lhes, Srs. Deputados, que esta é a nossa obrigação, não é mais do que uma obrigação informar os Marcoenses. Informamos com rigor, com total transparência, e queremos que os Marcoenses saibam tudo o que estamos a fazer por eles.

E depois, Srs. Deputados, o ataque político sobre os valores, aquele dito custo da revista, é que nós ainda só editámos uma edição, vamos editar mais, mas, de facto, a conta que vocês fizeram foi logo aos quatro anos, com um valor que me parece exorbitante para as contas que fizeram, mas isso é uma questão que depois podemos falar. Mas, queria dizer-lhe que o preço que esta revista custou é um bocadinho – um bocadinho, mas é um bocadinho – mais barata do que aquela que o Executivo do PSD fez quando estava cá na Câmara Municipal. Vinte e três mil, quinhentos e onze euros (23.511€) – vinte e três mil, quinhentos e onze euros (23.511€), Dr. Manuel Moreira, está aqui assinada, em 2009, a última que foi feita. E queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que se sentiram tão incomodados com as revistas, eu vou mostrá-las. Agosto de 2006, revista do anterior Executivo Municipal; julho de 2007, revista do anterior Executivo Municipal; 2009, ano de eleições, abril de 2009, uma capa que diz assim, Sr. Deputado: “Três anos de mudança tranquila”, o seu *slogan*, o vosso *slogan* de campanha, “mudança tranquila”, na revista municipal. Setembro de 2009, um mês antes das eleições, uma revista municipal do PSD, “Marco de Canaveses, temos obra”. Por isso, Sr. Deputado, quando quiserem falar de revistas, olhem primeiro ao espelho, e não venham falar da revista deste Executivo.

Por isso, Srs. Deputados, sobre a revista, estamos informados; sobre a informação que está na revista, também já dei essa nota, devidamente elucidada.

E agora, queria dizer-lhe também – que passei do Sr. Gil Rodrigues, já terminei a minha intervenção no que queria dizer em relação ao Sr. Gil Rodrigues, passei à intervenção do Dr. Luís Vales, que acabei já por lhe responder nesta questão da revista. Fez um conjunto de questões, Sr. Deputado Luís Vales, eu vou ver se consigo responder a todas – ou observações, às vezes nem tanto questões.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, seja breve, por favor, que já excedeu o tempo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem. Pronto, queria só dar nota do seguinte: em relação àquela questão que o Sr. Deputado Luís Vales colocou, dizendo-nos que agora têm vindo cá alguns governantes, nomeadamente o



Sr. Primeiro Ministro, que cá esteve com o Sr. Ministro das Infraestruturas, dizer que, de facto, o Sr. Primeiro Ministro veio cá, não veio fazer um anúncio – aliás, o concurso tinha sido lançado nesse dia, de manhã, porque não foi um mero anúncio, o concurso foi lançado naquele dia. Há uma diferença entre fazer anúncios, e dizer que o concurso já estava lançado de manhã, naquele dia, para se comprarem os comboios. E por isso, Sr. Deputado, há uma coisa que, de facto, o Sr. Deputado Bruno Caetano aqui disse, e com toda a razão: o Sr. Primeiro Ministro pode vir ao Marco as vezes que ele quiser, e será sempre muito bem recebido, ele e os demais governantes deste país. E dizer-lhe, Sr. Deputado, que há uma coisa que o Sr. Primeiro Ministro não vem fazer ao Marco: não vem anunciar cortes de salários à função pública, como o vosso Governo fez; não vem anunciar cortes no complemento solidário de idosos, como o vosso Governo fez; não vem trazer más notícias, como o corte do transporte de doentes; não vem, por exemplo, trazer mensagens negativas, como cortar nas reformas, ou como, por exemplo, aumentar o número de horas de trabalho. Isso, este Governo não veio. Este Governo veio dizer aos Marcoenses aquilo que diz aos portugueses, que repuseram salários, que repuseram pensões, que deram a reforma aos pedreiros, vieram trazer boas notícias, que é isso que o país precisa. Vieram inverter uma situação que os senhores, infelizmente, a muito curto prazo, conseguiram cortar salários, cortar pensões, cortar nos subsídios, nos abonos, fizeram tudo isso, que este Governo, felizmente, reverteu, até as quarenta horas, que passaram agora para trinta e cinco.

Por isso, Sr. Deputado, o Sr. Primeiro Ministro e os Srs. Governantes da nação serão sempre bem-vindos ao Marco de Canaveses para nos trazer boas notícias.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu pedia um bocadinho de contenção, porque não faz sentido começarem a trocar palavras, só atrasa. Agradecia que concluísse, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Já agora, queria aproveitar para dizer ao Sr. Deputado Luís Vales que o Sr. Ministro Capoulas Santos, quando cá esteve no Marco, teve o cuidado de dar conta aos agricultores que aqui estavam dos milhões de euros que o Marco de Canaveses, concelho, recebe de apoios, para os produtores de gado nomeadamente. E por isso, dizer-lhe que o atraso do PDR, são atrasos que existem em quase todas as medidas dos fundos comunitários, que não têm a ver, felizmente ou infelizmente, com algumas das questões que têm a ver com o Concelho de Marco de Canaveses, mas que têm a ver com a conjuntura nacional e com a forma como os programas estão a ser estabelecidos, mas que no Marco de Canaveses, deixe-me que lhe diga, estão a correr muito bem. Aliás, nós temos tido a oportunidade de na Dolmen termos feito alguns projetos de apoio aos pequenos empresários e aos pequenos produtores agrícolas, e todas as candidaturas que têm vindo a ser avaliadas têm sido muito bem apreciadas e avaliadas, e temos hoje um conjunto de pequenos empresários e produtores no Marco de Canaveses que estão a ser, felizmente, apoiados com fundos comunitários, e têm muitos deles desenvolvido a sua atividade profissional com este grande empenho, e também apoio de fundos comunitários.

Mercado Municipal: fizemo-lo no natal, estamos a trabalhar no levantamento das lojas, já falámos com alguns proprietários, e claramente, o que nós precisamos não é só no Mercado Municipal; o que nós precisávamos era que todos os nossos espaços públicos tivessem uma utilidade que fosse muito positiva, ou mais positiva do que aquela, no caso concreto, que o Mercado Municipal tem. Sabemos que é um espaço que não é muito fácil trabalhar, porque está há muito tempo já



sem ocupação, mas esta experiência que nós fizemos agora no natal também nos deu este otimismo de podermos olhar para aquele espaço de uma outra forma, que se calhar até agora não o tínhamos feito. E por isso, como lhe digo, estamos a fazer o levantamento e os contatos com os proprietários das lojas, alguns deles já foram contactados, também tivemos uma proposta de ocupação daquele espaço por uma empresa relacionada com a Sonae, de uma parte daquele espaço, e por isso, temos estado também a avaliar essas oportunidades, ou essas possibilidades. Não é fácil dinamizar um Mercado Municipal, comparando-o, por exemplo, com o Mercado Municipal de Matosinhos, este tipo de comparações não pode ser feita dessa forma, mas estou convencida de que, com a colaboração também de muitos Marcoenses, que estou certa de que nos trarão também as suas sugestões, vamos conseguir fazer do Mercado Municipal um espaço melhor e requalificá-lo.

Sr. Presidente da Junta, Ricardo Soares, agradecer novamente a sua intervenção, não tenho mais nada a acrescentar.

Sobre a intervenção também do Sr. Deputado Bruno Caetano, igualmente também a intervenção que aqui fez.

Eu creio que havia aqui uma questão de Travassos, que era para o Sr. Vice-presidente responder, se houver essa oportunidade ainda.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, dois minutos, por favor.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado.

Relativamente ao contrato de empreitada, rede de abastecimento de água e redes de drenagem de águas residuais de Alpendorada, Várzea e Torrão, no valor de seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa e cinco euros (698.995€), mais IVA, foi assinado pela Sra. Presidente de Câmara, Dra. Cristina Vieira, a 21 de março de 2018, e foi visado pelo Tribunal de Contas a 15 de outubro de 2018. A referida empreitada decorre com normalidade, naturalmente causa alguns constrangimentos a quem ali passa e a quem ali reside, mas resolver um grande passivo ambiental, nomeadamente aquela rede de saneamento que existia junto à paragem de autocarro de Travassos. Por isso, a todos congratulamos pelo seu trabalho, e por resolver uma vez mais aquele que é um dos maiores problemas do Marco de Canaveses, que é a questão da água e saneamento. Esta empreitada vem agora pôr um ponto final já num conjunto de habitações, e num conjunto de lugares, e especialmente nesta freguesia.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

É alguma interpelação? Dois minutos, por favor. É um pedido de esclarecimento, só pode fazer pedido de esclarecimento. Faça favor, dois minutos.

--- Maria Luísa Madureira (PPD/PSD) ---



... Foram também distribuídos os *kits* de música por todas as escolas do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, e ainda diz mais coisas que eu não mencionei. Ora, trabalhando eu num jardim de infância, numa escola inserida numa EB1, no Agrupamento de Escolas de Alpendorada, terei que certamente pedir esclarecimentos ao Agrupamento, uma vez que se não fosse convocada para esta Assembleia, não tinha conhecimento destes *kits*. Não tenho, peço imensa desculpa. E quando diz aqui “por todas as escolas”, no conselho de docentes a que eu pertenço, também nunca foi mencionada a distribuição destes *kits*. Portanto, terei de pedir certamente informações à Diretora do Agrupamento.

E depois, também no que diz respeito aos critérios para participar no teatro de natal, de facto, tem que haver critérios, não podem ser todos, mas quando a Câmara se propõe fazer um espetáculo, só duas sessões, para o concelho que tem, já sabe que vai ter que deixar alguém de fora. E fica de fora quem? Retirando o Jardim de Infância de Esperança, na Folhada, a Escola da Esperança, todos os jardins de infância e escolas pertencem a Juntas do Partido Socialista. Alpendorada, pelos vistos, é rica, não precisa de vir aos espetáculos da Câmara.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Presidente, tem a palavra, dois minutos para responder, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Em relação à primeira questão, de facto, vai ter que consultar o Agrupamento de Escolas. Dar-lhe nota de que nós fizemos a entrega simbólica em uma das escolas por cada Agrupamento, fizemos em quatro, que os jardins de infância, os nossos serviços ficaram de fazer a entrega logo no mesmo dia e no dia a seguir, e nas EB1, alguns dos *kits* foram entregues através da Artâmega, que como sabe, estamos com eles, em parceria, a fazer o ensino de música. E por isso, acho que deve pedir essa informação – essa, e pelos vistos outra. Todos, é verdade, a todos. O projeto abarca todos os estabelecimentos de ensino, pré-escolar e do 1.º ciclo.

Depois, em relação aos critérios que a senhora invocou, acho que não é de bom tom – acho só, e vou-lhe deixar essa nota – usar o espetáculo de natal das crianças para dizer que quem foram, foram as Juntas do Partido Socialista, ou se são de outro Partido. Acho que não é. Mas, vou-lhe dizer: se me perguntar quais foram os meninos, eu não sei, porque deixei esses critérios de acordo com os técnicos da área da educação, que já trabalham nesta Câmara há muito tempo, e que, felizmente, tinham acompanhado outros espetáculos no passado, e que me foram dando conta de que era melhor fazermos isto de forma a que pudesse ser rotativo, que outras escolas pudessem participar, tendo em conta aquele argumento que lhe falei, da questão logística. E por isso, se os meninos de Alpendorada são ricos ou são pobres, não interessa; o que eu disse foi que nós tivemos duas sessões oferecidas – duas – e não fomos nós, foi a FCC, a empresa que trabalha connosco, que ofereceu este espetáculo de “Natal Verde”, que eu tive felizmente a oportunidade de assistir com as nossas crianças. Mas, queria dizer-lhe, Sra. Deputada, que não acho de bom tom dizer que quem foi foram as crianças das freguesias socialistas, ou não, porque eu não sei quais foram as freguesias, foi um critério que foi deixado aos nossos serviços de educação, com base em alguns critérios que também já tinham sido adotados no passado, nomeadamente a questão logística. Mas, dizer-lhe, Sra. Deputada, que sejam de uma freguesia ou de outra, são crianças que no natal vieram assistir a um espetáculo de natal, e que nós gostávamos muito que



viesses todas, mas como disse, e muito bem, quando nós sabemos que só podem haver duas sessões, e cabem duzentas crianças no salão, algumas têm que ficar de fora.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Srs. Deputados, faltam cinco pontos, cinco pontos para concluir a ordem de trabalhos. É meia hora? Então, é para não parar.

Vamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, **Ponto n.º 3.2**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à transferência de competências para os Municípios e Entidades Intermunicipais.

Quem se inscreve? Ou melhor, Sra. Presidente, tem a palavra para esclarecer algum aspeto que considere relevante.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem.

Dar conta de que esta matéria foi levada a Reunião de Câmara Municipal, que foi aprovada, e dos treze diplomas propostos pelo Governo, nove passam para a gestão direta do Município, e incidem sobre áreas como jogos de fortuna ou azar, gestão de praias, justiça, apoios às equipas de intervenção permanente da Associação dos Bombeiros Voluntários, habitação, gestão de Lojas e Espaços do Cidadão e Gabinetes de Apoio ao Emigrante, vias de comunicação, gestão de património imobiliário público sem utilização e estacionamento público.

Queria apenas dar nota de que nós aceitamos esta transferência de competências porque entendemos que esta é a melhor forma de podermos servir melhor os Marcoenses, ou seja, estaremos muito mais próximos dos problemas, somos uma Câmara Municipal a quem os Marcoenses reconhecem um rosto, isto porque, efetivamente, hoje muitas das competências que estão delegadas, a título de exemplo, na área da educação, e está cá muita gente dessa área, sabe que muitas das questões que são colocadas, são colocadas à Direção Geral da Educação ou ao Ministério da Educação, que estão em Lisboa, e por isso não têm rosto. E nós entendemos que com esta delegação de competências, poderemos fazer certamente uma gestão mais próxima, mais racional e mais eficiente. E estou certa de que esta descentralização de competências também trará mais trabalho à Câmara Municipal, não haja dúvida, vai exigir, quer do Executivo Municipal, mas também do nosso corpo técnico, a transferência de competências vai exigir mais do Executivo, do nosso corpo técnico, e até talvez o recrutamento de mais técnicos em diversas áreas. Mas, não é esse o motivo que nos faz dizer que não a esta transferência de competências. Queremos ser parte da solução, e por isso, não podemos dizer que queremos a descentralização, e depois só apontar questões negativas. Não queremos estar toldados com o negativismo, e não queremos deixar passar, no fundo, esta oportunidade de acompanhar desde o início e de planear com calma a transferência destas competências.



No fundo, dizer que aceitamos a transferência de competências a pensar nos Marcoenses, a pensar que vamos estar cá, mais próximos, e seremos mais capazes, com os nossos recursos, de forma mais eficiente e mais eficaz, de dar resposta a várias questões que hoje estão na alçada do Poder Central.

O Sr. Vereador está-me aqui a dar nota, e eu vou dar conta disso, porque eu disse que esta proposta tinha sido aprovada na Câmara. É verdade, a proposta foi discutida em Reunião de Câmara, incidia sobre treze diplomas, foi aprovada com os votos favoráveis do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, e com o voto contra do Vereador do CDS.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quem se inscreve, por favor? Sr. Deputado Mário Luís. Mais alguém? Sr. Deputado Nuno Pinto, Dr. Monteiro da Rocha. Não há mais ninguém?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Passando à frente das saudações, gostaria só, e porque vivi aqui uma experiência, naturalmente não estou frontalmente ou muito por dentro de toda a situação, mas estas transferências de competências às vezes têm os seus “quês”. E como gato escaldado de água fria tem medo, eu, no fundo, venho aqui apelar a muita análise, a muita ponderação nestas transferências. Assisti em tempos a uma transferência, que teve a ver com os transportes escolares, e a minha preocupação está, salvo erro, no Ponto i do documento, que fala da transferência de recursos financeiros, humanos e patrimoniais. E na altura, os problemas surgiram *a posteriori*, porque essas transferências normalmente não acompanharam os encargos que foram assumidos.

Aproveitava só para fazer aqui uma questão, penso que está previsto também na área da educação, se há alguma indicação de quando isso irá acontecer. E aqui, voltava também a alertar, nessa negociação, para os encargos, às vezes meio ocultos, que aparecem. Eu conheço uma realidade, e no caso de a Câmara assumir a EB 2/3 de Alpendorada, é bom que saiba – eu quase digo que neste momento a escola está a cair, porque há um muro que está a cair para dentro, agora surgiu outro que está a cair para o terreno vizinho. Portanto, são sempre problemas que vão surgindo. Claro que tem a outra vantagem, nós podemos pressionar mais, e talvez assim nós consigamos tapar os buracos que há lá no interior, fazer os anexos. E o problema maior que eu aqui vejo tem a ver com o amianto. Fez-se uma grande campanha a dizer que iam retirar os amiantos todos, e nós continuamos ali com o problema do amianto, e têm surgido alguns casos de saúde, alguns graves, com a dúvida de que a causa possa estar – embora remotamente – nesse mesmo amianto.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Pinto.

--- Nuno Pinto (PS) ---



Boa tarde a todos. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, público, comunicação social, Srs. Deputados:

A descentralização administrativa e o reforço de competências e da autonomia do Poder Local são, para o Partido Socialista, temas estruturantes e claramente assumidos com a base da reforma do Estado no programa e na ação do 21.º Governo Constitucional. Subjacente a todo este processo está o objetivo da racionalização dos recursos escassos, procurando a eficácia, a eficiência e a proximidade das políticas públicas, aproximando-as do cidadão e possibilitando uma maior adequação das mesmas às reais necessidades da população.

A aplicação destes princípios permite que os recursos sejam alocados onde melhor possam ser geridos, sendo comumente aceite que essa gestão é mais impactante ao nível local, tendo em vista a eficiência dos recursos públicos.

Assim, e para atingir esses objetivos, torna-se necessária a concretização da transferência para o âmbito da Administração Local de um conjunto alargado de competências de serviços públicos de carácter universal. Até aqui, e à volta deste enquadramento acerca dos por quês e da necessidade de descentralizar, penso que mais coisa, menos coisa, são mais os pontos de consenso entre todos os que aqui estamos do que as diferenças marcadas por algum posicionamento ideológico diverso.

Deixamos, então, o mais consensual “por quê”, e falemos dos possivelmente menos consensuais “quando” e “como”. Aqui, e como ponto prévio, compete-nos recordar que muito embora algumas normais dificuldades de percurso, todo este processo de descentralização é concretizado numa lógica de consenso, e após um longo e muito exigente processo negocial entre o Governo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias. Contudo, neste âmbito, estamos conscientes de que com maior ou menor demagogia política, ou sejamos verdadeiros, mesmo sem nenhuma demagogia, poder-se-á sempre dizer que por este ou por aquele argumento, nunca acontecerá em tempo algum o momento ideal para implementação e assunção deste desafio que é a descentralização administrativa de competências. Mas, em termos de aplicação no tempo, e ao que conhecemos ao dia de hoje, uma coisa temos como certa: a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que é a Lei-quadro dessa transferência de competências, impõe 2021 como o limite temporal máximo para a assunção universal de todas as competências pelas autarquias locais e comunidades intermunicipais. Cabe, assim, a cada Município definir qual o momento mais adequado para que em cada área setorial de atuação a referida transferência aconteça. Cada Município terá as suas especificidades, e disso poderá depender o grau de envolvimento neste processo.

No passado dia 28 de janeiro, o Executivo Municipal deliberou, por uma maioria alargada, aceitar as competências municipais nos domínios dos jogos de fortuna ou azar, da justiça, da gestão das praias, dos bombeiros, da habitação, das estruturas de atendimento ao cidadão, das vias de comunicação, da gestão do património imobiliário público sem utilização e do estacionamento público. Concomitantemente, no mesmo dia, e pela mesma maioria alargada, deliberou o Executivo Municipal aceitar a transferência de competências para a CIM do Tâmega e Sousa, nos domínios da justiça, dos bombeiros, da promoção turística e dos projetos financiados por fundos europeus. A natureza destas competências a transferir não afasta o Estado do cumprimento do seu papel constitucional, estando previstos nos diferentes diplomas setoriais mecanismos de



cooperação conjunta entre a Administração Central e Local, designadamente quanto ao planeamento e ao investimento inerentes às respetivas políticas públicas. Num Estado historicamente de tendência centralista, o Governo apresenta-nos uma proposta de rutura com o preconceito ideológico que vê as autarquias como meros serviços concentrados da Administração Central, assumindo claramente uma nova forma de governar, assente na proximidade e na eficácia.

O Grupo do PS nesta Assembleia considera a transferência destas competências um desafio exigente, mas que representa uma mais valia no garantir da qualidade no acesso dos cidadãos aos serviços públicos, representando em último caso um voto de confiança no Poder Local, que irá usufruir deste aprofundamento e reforço de competências, e dos respetivos meios humanos, materiais e financeiros para o seu exercício.

Em relação a todas as outras matérias setoriais que hoje não estão em causa nesta deliberação, mas que são de enorme impacto financeiro e estrutural no Município, caso das áreas da educação e da saúde, estaremos cá certamente em próximas reuniões para os analisar e debater.

Assim, no que diz respeito às matérias setoriais em análise, que hoje apreciamos, e que já anteriormente expus, o Grupo do PS nesta Assembleia está solidário com a posição maioritária tomada pelo Executivo Municipal, e irá votar favoravelmente esta proposta.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado, Dr. Monteiro da Rocha.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Exma. Câmara, caros Marcoenses:

Eu noto aqui uma discrepância entre a ordem dos trabalhos e a deliberação da Câmara. A deliberação diz: “Mais foi deliberado submeter à Assembleia a aceitação das competências previstas para as entidades intermunicipais elencadas na proposta aqui referida.” Por sua vez, o ponto diz: “Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à transferência de competências para os Municípios e Entidades Intermunicipais”. Quer dizer, parece que a deliberação da Câmara pretende apenas que venha a temática das transferências para as entidades intermunicipais, mas depois, na ordem dos trabalhos, parece que abrange tudo. Pronto, admitamos que se quer o âmbito mais alargado.

Srs. Deputados, estamos perante uma avalanche de competências nos transportes, nas vias, na saúde, domínio público, Lojas do Cidadão, etc. Nós, por princípio, estamos a favor da transferência destas competências para um domínio mais próximo, mas isso exige, por um lado, uma estrutura adequada em meios materiais e humanos, e assim de supetão, não sei se estamos preparados para isso. Permita-se uma comparação: uma cozinha familiar adaptada para servir uma família, de repente apanhar para alimentar toda uma freguesia, naturalmente que alguém vai ficar com fome, ou vai comer tarde e a más horas. Portanto, eu acho que estas coisas deviam ser paulatinas, dando tempo de fazer a estrutura, ou adaptar a estrutura municipal a isso, sob pena de depois o serviço não ser efetivamente adequado.



Outro ponto é o seguinte, exigem-se meios financeiros. Não basta transferir, é preciso dizer exatamente quanto, porque o Estado Central não é muito fiável em questões de dinheiros, nem para os seus serviços, e muito menos para os serviços das autarquias. Basta pensar na temática das cativações: está no Orçamento, mas depois o dinheiro efetivamente não chega. A nós, o que nos parece é que devia ser o seguinte: devia ser uma aceitação de transferências a benefício de inventário – recebe-se a escola X e a escola Y, recebe-se tanto; recebe-se a estrada tal, a estrada tal e a estrada tal, recebe-se tanto. Na saúde a mesma coisa, etc. Eu estou a dar exemplos de escolas, não quer dizer que seja essa a temática propriamente, estou a tentar dar um exemplo impessoal.

Portanto, aceitar isto sem uma quantificação é muito perigoso. Vocês vejam, eu dou-vos um exemplo muito concreto: imaginemos que o Município chamava um empreiteiro e dizia: “Faz-me esta obra assim e assim, e eu depois pago-te o que eu achar que é justo.” O empreiteiro mandava-nos à fava, e dizia assim: “Faça primeira o caderno de encargos da obra, diga quanto é os montantes que propõe a concurso, eu analiso, e depois digo se faço, ou não.” Portanto, nós aqui estamos um bocado a aceitar as coisas no ar, e isso pode efetivamente criar-nos problemas.

Portanto, nós vamos abster-nos, não porque sejamos contra o princípio, mas porque somos contra o *modus faciendi* que é perigoso e pode deixar engulhos ao Município, e pode trazer prejuízos para os municípios. Portanto, é este o sentido do nosso voto, e as razões do mesmo.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava a palavra à Sra. Presidente, para fazer algum esclarecimento que entenda oportuno.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação às questões que aqui o Sr. Deputado Mário Luís colocou, de facto, é uma preocupação nossa, o exemplo que pegou, nos transportes escolares, é um exemplo muito concreto, nós vamos ter muito mais competências nos transportes escolares. Só para lhe dar conta de que com a integração do pré-escolar na escolaridade obrigatória, os alunos do pré-escolar, por exemplo, vão ter direito a transporte escolar. E por isso, isto é apenas uma das muitas questões relevantes que vão ter impacto financeiro e na logística da Câmara Municipal que nós temos que trabalhar, e rapidamente, para percebermos de que forma é que vamos dar resposta, depois de aceitarmos esta delegação de competências. Mas, eu acredito, e continuo a dizê-lo, que o fazemos sempre a pensar que vamos ser capazes de dar uma resposta melhor do que aquela que existe, de forma mais célere, de forma mais eficaz e mais eficiente.

Há, de facto, questões preocupantes, essa questão da Escola EB 2/3 de Alpendorada é uma delas, a questão do amianto, nós sabemos que existem um conjunto de infraestruturas ou equipamentos da área da educação que precisam de obras, e muitas obras, neste caso em concreto, nesta diríamos que é uma obra de grande envergadura. Agora, cabe-nos a nós – e já respondendo a uma das questões que aqui foram colocadas – nós já recebemos a informação em relação a



transferência de competências na área da educação e na área da saúde, que não são estas duas que hoje estão aqui a votação, nós hoje não estamos a votar a questão da educação e da saúde, muito embora estejamos aqui a dar exemplos da área da educação, porque me parece que também é do senso comum que será das mais preocupantes e a mais trabalhosa, mas nós próprios, Câmara Municipal, temos uma equipa de trabalho constituída pelos colegas da área da educação, com o corpo técnico, e agora cabe-nos a nós refutar a informação que o Ministério da Educação nos enviou no final desta semana, temos trinta dias para nos pronunciarmos, e é aí que falamos de valores, e que temos a certeza de que, de facto, a mochila financeira, ou o financiamento que virá do Estado Central não é o suficiente. Eu também tenho essa preocupação, mas não é agora, porque o Ministério da Educação também não está a fazer as obras agora. Por isso, o que nos vão dar é essa capacidade de as fazer, e depois nós aqui, internamente, avaliarmos essa possibilidade com as transferências que nos fazem do Ministério da Educação, fazendo uma gestão mais assertiva, e se calhar tendo em conta essas prioridades no âmbito do concelho todo, ver quais são as escolas que efetivamente precisam de obras, e gerir essa verba de uma forma mais assertiva, e também para dar resposta às preocupações de uma forma mais rápida e mais célere, às preocupações da comunidade educativa. Mas, isto para dar conta de que também temos essa preocupação da mochila financeira.

O deputado Nuno Pinto aqui fez uma intervenção, que eu acho que se haviam dúvidas sobre o que é que está em causa aqui, sobre a delegação de competências, ficaram sanadas, todos nós conseguimos perceber isso. E por isso, dar conta de que eu não faria melhor esta intervenção.

Sr. Deputado Monteiro da Rocha, a aceitação das competências, de facto, aquilo que nos diz em relação ao que está na ordem de trabalhos e ao que está aqui a ser votado, as competências que têm que ser deliberadas em sede de Assembleia Municipal, ou alvo de deliberação, são as da comunidade intermunicipal; as outras não precisavam. Mas, a Câmara Municipal, por uma questão de transparência e de rigor, também achou que devia trazer a proposta a esta Assembleia Municipal, a proposta que já foi aprovada em sede de Câmara Municipal, que a devíamos trazer. Por isso, só para esclarecer que o texto, de facto, pode querer dizer isso, mas a nossa deliberação aqui incide sobre a proposta da Câmara, que tem as competências da comunidade intermunicipal, essas sim têm que ser alvo aqui de deliberação; as outras não tinham, mas nós achámos que devíamos trazê-las cá também, para podermos envolver toda esta Assembleia Municipal nesta transferência de competências. E o envolver, também queria dar conta que sendo estas competências também uma preocupação para a Câmara Municipal, dentro em breve vamos convidar algumas das entidades com responsabilidades na matéria para um debate, quando tivermos os dados todos aferidos, para nos darem sugestões – aliás, já foi uma questão que foi trabalhada também, e foi solicitada em Reunião de Câmara, que o fizéssemos, de envolver também as forças partidárias, para que nos possam dar os contributos, porque esta é, de facto, uma matéria com muita relevância, de extrema complexidade, como o Dr. Monteiro da Rocha diz, de um dia para o outro ficamos com muito mais competências – só para terem noção, ficamos com seis escolas transferidas, de quatro dos Agrupamentos, e mais duas escolas profissionais, que vamos ficar também com duas escolas profissionais, serão mais duzentas e quarenta e três assistentes operacionais, mais quarenta e duas assistentes técnicas. E portanto, só em termos de recursos humanos, serão três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil euros (3.352.000€). Estamos a falar aqui de um volume de encargos que nós vamos ter – claro que o dinheiro nos vai ser transferido, mas depois, cá dentro, na Câmara Municipal, é preciso dar resposta a isso, somos nós que temos que emitir salários, somos nós que vamos ter que fazer a avaliação destas



colaboradoras, somos nós que vamos ter que fazer a sua coordenação nos estabelecimentos escolares, e por isso, será, como eu diria, uma grande dor de cabeça para este Executivo tomar conta destas competências. Vai ser certamente um esforço muito grande que todos vamos ter que fazer – e quando digo todos, é o Executivo, os técnicos e os operacionais da Câmara Municipal – mas, como acreditamos convictamente que somos capazes de fazer melhor, é por isso que vamos tomar conta dessas competências.

E por isso, é paulatinamente, Dr. Monteiro da Rocha, só para lhe dar nota. Quando dizia há bocado que devia ser paulatinamente, é paulatinamente, porque nós temos até janeiro de 2021. Nós podíamos agora não nos manifestarmos, não aceitávamos esta delegação de competências. O que é que nós queremos? Até porque em 2021 vamos mesmo ter que tomar conta destas competências, e elas vão-nos ser delegadas. Por isso, o que nós pretendemos é antecipar aqui alguns problemas, é tomarmos conta delas agora, e paulatinamente poderemos também ir resolvendo e minorando alguns dos aspetos que podem surgir com esta delegação de competências.

O exemplo que deu, dizendo que eles tinham que cruzar aquela escola e aquele valor, vai ser assim, Dr. Monteiro da Rocha. Eles já nos fizeram chegar agora quais são as escolas, qual é o valor que temos para encargos, manutenção, pessoal. Agora, nós também sabemos que, depois, aqui no meio, nós temos que conhecer todo este processo, e temos que conhecer muito bem como é que as escolas trabalham, se as pessoas estão a chegar à idade da reforma, se não estão, se os salários são compatíveis com as novas contratações, há um conjunto de questões que vamos ter que estudar, e que vamos ter que depois refutar, aí sim, vamos ter que apresentar uma contraproposta, se não aceitarmos aqueles valores, e aí é que o esforço terá que ser, agora nesta fase inicial, também nosso, em fazer este estudo para apresentar outros valores, e convém ser o Ministério a dar-nos mais dinheiro para aquelas necessidades, que devem ser muitas, tenho consciência disso também.

A mochila financeira não será certamente aquela que nós gostaríamos; vai ser aquela que o Ministério, neste momento, pelo menos os valores são aqueles que o Ministério tem, como contas suas, que estão a gastar com aquelas escolas. Agora, todos nós sabemos aqui no Marco de Canaveses que são muitos os pedidos que são feitos ao Ministério da Educação, de auxiliares de ação educativa, de obras nas escolas, e que não têm tido essa aceitação por parte do Ministério, e essas obras continuam pendentes, e essas contratações continuam pendentes. Quando nós recebermos esta delegação de competências, vamos receber esses problemas todos. E por isso, vamos ter que dar resposta de uma forma mais eficaz, creio eu, a essas solicitações.

Mas, como vos disse, aceitamos esta transferência de competências, com a noção de que será um processo muito complexo, muito trabalhoso, e que vai ter que envolver toda a comunidade, porque as transferências que nos são delegadas são em várias matérias, desde a justiça à ação social, a transportes, a praias fluviais, requerem a elaboração, por exemplo, de regulamentos, de regularização e regulamentação destas matérias, mas estamos certos que com trabalho e com dedicação, vamos conseguir. E vamos conseguir sempre a pensar que vamos melhorar os serviços que queremos prestar aos Marcoenses.

Muito obrigada.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ora, vamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por maioria, com três (3) abstenções.

Faça favor, Sra. Deputada.

--- Susana Loureiro (PPD/PSD) ---

O Partido Social Democrata, após análise dos documentos apresentados pela Câmara Municipal, e na sequência do debate ocorrido nesta Assembleia, assume o seu voto a favor na votação do Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à transferência de competências para os Municípios e Entidades Intermunicipais, da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses de 23 de fevereiro de 2019, por considerar que a descentralização é o caminho que se deve seguir, tendo em vista melhor servir as populações, uma vez que quanto maior for a proximidade, mais rapidamente se pode agir, e assim ir de encontro aos interesses dos Marcoenses. No entanto, a Lei n.º 50/2018, publicada a 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências em diversas áreas para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais estabelece que os órgãos municipais se têm de pronunciar sobre a aceitação, ou não aceitação, da descentralização administrativa das competências da Administração Central para as Autarquias Locais, nas áreas como da Proteção Civil, saúde animal e de segurança dos alimentos, habitação, estruturas de atendimento ao cidadão, gestão de praias fluviais, entre outras. No entanto, apesar de constar na Lei n.º 50/2018, publicada a 16 de agosto, no seu art.º 5.º, que o Orçamento de Estado para 2019 contemplaria as verbas do Fundo de Financiamento da Descentralização, tal não veio a acontecer na sua publicação, nem na nova Lei das Finanças Locais, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 251/2018, de 16 de agosto, apesar de prever a criação do novo Fundo de Financiamento da Descentralização no seu art.º 30-A.º, não concretiza como será definido e distribuído este fundo, nem como, por exemplo, se garantirá a sua articulação com o Fundo Social Municipal criado em 2007, e que serviu para financiar a primeira fase de transferência de competências para as Câmaras em áreas sociais. Esta Lei-quadro não teve por pressuposto estudos de base que fundamentem a transferência destas áreas, novas competências das autarquias locais, carecendo a tal nível de uma sustentação e fundamentação. As transferências das novas competências terão um enorme impacto na gestão da autarquia, em termos de implicações financeiras e humanas, já para não falar das organizacionais, sendo certo que irão implicar uma profunda alocação de recursos financeiros, cujos contornos ainda não são possíveis de definir nesta fase, pois ainda não foram transferidas todas as competências previstas na Lei-quadro. O processo de transferência das competências implica a alocação de recursos pela Administração Central, mas também a assunção de eventuais dívidas por parte das entidades da Administração Local, como resulta claro do art.º 80-D.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, dívidas estas que são totalmente desconhecidas neste momento.

Sra. Presidente, temos perfeito conhecimento de que esta Lei não é uma descentralização de competências, como disse, mas antes uma imposição de competências, pois os Municípios terão de as assumir até 2021. Mas, era fundamental apresentar a este órgão fiscalizador da atividade municipal a apreciação prévia que o Executivo teve para a aceitação destas novas competências, sem saber quais os recursos financeiros, humanos e patrimoniais que ficarão alocados ao



Município de Marco de Canaveses, e a cada uma das áreas objeto de descentralização, previstos na alínea f) do art.º 2.º e art.º 5.º. Espera o PSD que a Sra. Presidente da Câmara tenha a certeza plena de que o Governo irá honrar os seus compromissos, e que irá transferir para o Município de Marco de Canaveses as verbas necessárias para gerir as novas competências.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigada, Sra. Deputada.

Ora, **Ponto n.º 3.3**, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. Isto é apenas para conhecimento.

Sra. Presidente, quer fazer algum esclarecimento? Não? Alguém se quer inscrever?

Passamos, então, ao **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses.

Ora, a Sra. Presidente tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Só dar nota de que esta primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano económico de 2019 tem também por base a questão da Lei do Orçamento de Estado para 2018, que confere maior flexibilização na utilização do saldo de gerência anterior, na medida em que a parte deste saldo que resulta de receitas consignadas pode ser agora incorporado na execução orçamental deste ano em momento anterior ao da aprovação dos documentos da prestação de contas, coisa que antes não era possível, só era possível depois da aprovação de contas, em abril.

No fundo, o que nós fizemos foi fazer uma alteração, ou uma revisão ao Orçamento e ao Plano, e a revisão incide, como podem ver, na modificação ao Orçamento do lado da despesa corrente e da despesa de capital. Eu tenho aqui alguns dados, mas acho que, se calhar, não era preciso, ou não era necessário estar a ler quais são as rubricas onde nós fizemos reforço, uma a uma, são quatro páginas. Eu deixaria, se calhar, se algum deputado tivesse alguma questão a fazer, e daria a explicação sobre esta revisão orçamental.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, muito obrigado, Sra. Presidente.

Alguém se pretende inscrever sobre este assunto? Sr. Deputado Luís Vales. Quem mais se pretende inscrever? Sr. Deputado Nuno Pinto. Mais ninguém?

Ora, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---



Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, deputados, Marcoenses.

Bom, nesta revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, nós gostaríamos aqui de alertar para algumas situações, e também para tentarmos aqui auxiliar o Executivo, dando-lhe algumas formas de, se calhar, rentabilizar melhor aqui os valores.

Nós verificamos aqui nesta revisão orçamental que as rubricas “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria” e “Publicidade” foram reforçadas com os montantes de trezentos e nove mil e oitocentos euros (309.800€) e cento e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta euros (141.350€), respetivamente, o que na ausência de uma justificação cabal, deixa antever um forte investimento de mais de quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€) em estudos e publicidades. E apesar de registarmos como positivo o reforço dos investimentos previstos na requalificação de algumas escolas e na expansão da rede de água e saneamento, nós achamos que este investimento poderia ser ainda muito maior, caso o Executivo Municipal adotasse uma política menos despesista e de mais investimento, o que melhoraria em muito a qualidade de vida dos Marcoenses.

Como se pode constatar deste documento, as disponibilidades financeiras do Município ascendem a doze milhões de euros (12.000.000€). Estas estão totalmente depositadas em contas de depósito à ordem, o que o PSD aqui não compreende, porque se estes depósitos fossem aplicados a prazo, com uma taxa negociada, se calhar na ordem de um por cento (1%), poderia permitir ao Município obter uma remuneração superior a cem mil euros (100.000€) de juros. Neste caso, os Marcoenses estão a perder cerca de cem mil euros (100.000€) devido à gestão financeira deste Executivo.

Mas, a atual boa situação financeira da Câmara Municipal, para a qual muito contribuiu a excelente gestão do Partido Social Democrata ao longo de doze anos, designadamente através de uma gestão rigorosa e com reestruturação da dívida, obriga o atual Executivo do PS a ser mais ambicioso e a fazer muito mais – que faça mais obra, que invista mais na educação, que invista na promoção da qualidade de vida dos cidadãos, que invista na economia, que crie atratividade para o investimento das empresas, na criação de emprego, no turismo, e noutras áreas em que existe no Marco tanto a fazer. E com tanto para fazer aqui no Marco de Canaveses, não entendemos para que é que guarda este Executivo doze milhões de euros (12.000.000€) que tem nos cofres, e apresenta uma Orçamento que fica muito aquém das expectativas criadas aos Marcoenses, e que serviria para promover a qualidade de vida e o progresso da nossa terra.

E portanto, Sra. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente, porque achamos que assim o devemos fazer. No entanto, gostávamos de deixar aqui estes alertas, para que possamos também contribuir para esta discussão.

Sr. Presidente, se me permite só um pequeno aparte, um pouco fora deste ponto, mas só para corrigir aqui uma declaração do Sr. Líder da Bancada do PS, que referiu que o Partido Social Democrata tinha votado contra o Orçamento Participativo, quando ele foi proposto pela JS, pela deputada Ana Moura Pinto, isto em 28 de fevereiro de 2014. É que esta proposta foi aprovada com maioria, apenas um voto contra, e que foi a deputada Carla Babo, e que fez a sua declaração de voto. E portanto, repor aqui essa verdade.



Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Pinto.

--- Nuno Pinto (PS) ---

Boa tarde outra vez.

Sr. Presidente, dispensando os cumprimentos, e prometendo ser curto, ia fazer um pequeno comentário ao que disse o Dr. Luís Vales, mas não vou fazer, porque também é deselegante, ou dá a ideia de que estou sempre a falar a seguir para estar a fazer correções, não o vou fazer. Acho que o que digo aqui na intervenção já vai um bocadinho na desmontagem disso, mas não o vou fazer desta vez, porque os argumentos, não estou a dizer que não são válidos, mas já estão a ficar um bocado repetidos, e se nós nos repetimos nas respostas, depois parecemos aqui o Bucha e Estica, ou qualquer coisa parecida, e eu não estou para isso.

Aproximadamente há um ano, discutia-se aqui nesta mesma Assembleia, até ao tutano da questão, os cerca de dez milhões de euros (10.000.000€) do então saldo de gerência a incorporar no Orçamento Municipal de 2018, saldo de gerência de que o PSD e a sua liderança nesta Assembleia, com grande empenho, disputava a paternidade incontestada, não se coibindo de fazer passar a ideia aos mais crédulos e incautos de que era dinheiro em caixa para distribuir e gastar, como quem tira notas de uma enorme cartola de ilusionista.

Um ano volvido, da minha parte mantenho a minha opinião, que é a mesma: nada tenho contra a acumulação de saldos de gerência como instrumento de planeamento e gestão municipal da despesa corrente e de capital. É certo que nunca me irão ouvir dizer que o saldo de gerência da governação PS é maior, ou é melhor do que o saldo de gerência da governação PSD, pois isso, por si só, não é algo definidor, e muito menos me verão a fazer comparações do que não é comparável. Qualquer avaliação ou comparação quantitativa ou qualitativa do dito saldo de gerência está bastante dependente de diversos fatores, internos ou externos, como por exemplo, a programação ou reprogramação do momento do ciclo dos investimentos públicos. Mas não, efetivamente, o Executivo Municipal não tem doze milhões de euros (12.000.000€) para distribuir a seu bel-prazer, como também não tinha dez milhões de euros (10.000.000€) para o mesmo efeito no ano transato. A verdade de ontem continua a ser a verdade de hoje, e da minha parte, a coerência dos argumentos mantém-se inalterada.

De uma análise, que nem necessita de ser muito demorada, olhando para os mapas que nos são apresentados, facilmente verificámos que cerca de dois terços do valor do referido saldo foram para reposição ou reforço de dotações de despesa corrente, fundamentais para o funcionamento do Município e para a assunção financeira das suas funções públicas essenciais. O restante, cerca de um terço do valor total do saldo de gerência orçamental de 2018, foi direcionado para reforços do Plano Plurianual de Investimentos, dotando assim total ou parcialmente rubricas de investimento anteriormente apenas sinalizadas com valores mínimos de abertura, e que são distribuídos por áreas como a administração geral, o ensino, o ordenamento do território – nomeadamente no caso do PARU – no saneamento e água, e no desporto e lazer.



Sra. Presidente, 2019 afigura-se como um ano exigente ao nível da governação do nosso Município, mas estou certo de que o Executivo Municipal está preparado para esse desafio, pois à possibilidade de assunção de novas, e algumas muito relevantes, competências administrativas, junta-se a execução física da obra do PARU no centro da nossa cidade, com todos os cuidados de planeamento necessários. O que eu não esperava, o que os Marcoenses, estou certo, não esperavam, e estou certo, muito menos a Sra. Presidente, é que 2019 ainda fosse iniciado sem ter sido apresentada a solução para o final do conflito judicial em volta do problema da água e do saneamento. Mas, estou certo de que os Marcoenses, com a mesma ênfase com que anseiam a resolução desse problema, saberão agora e no futuro cobrar ao PSD responsabilidades por este atraso, por de forma irresponsável ter suportado um seu Vereador numa impugnação judicial desprovida de fundamentos, que custou ao Município – e por isso, aos Marcoenses – danos na posição negocial, que só no futuro se verificará se poderá ser totalmente revertida. Os atos e a responsabilidade das suas consequências ficam, e sempre ficarão, com quem os pratica, suporta ou instiga. Os Marcoenses sabem disso, e no momento certo em que o PSD lhe pedir o voto, não o esquecerão, estou certo.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Presidente, tem a palavra para responder.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, só dar nota ao Sr. Deputado Luís Vales, eu podia esclarecê-lo das rubricas todas, mas logo a primeira que nos falou, no reforço da dotação disponível de cento e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta euros (141.350€) para publicidade, que era isso que estava a dizer, queria dar-lhe conta de que este reforço tem a ver também com a questão da promoção, sensibilização e comunicação no âmbito do PARU. Há uma medida dentro do PARU, que nós não tínhamos considerado, que são as chamadas medidas redutoras ou minimizadoras, em que temos que comunicar com a população, efetivamente – para dar um exemplo: quando o trânsito estiver cortado e estiver a obra a decorrer, nós temos que fazer avisos, temos que fazer lavagem de montras, por exemplo, há um conjunto de ações que estavam previstas, e por isso é que tivemos que reforçar, porque agora que estamos a tratar delas temos que reforçar esta rubrica.

Dando conta de que o Sr. Deputado diz “gostaríamos que o Executivo investisse mais”, isso é o que nós estamos a fazer. Nós não temos, como disse aqui o deputado Nuno Pinto, doze milhões (12.000.000€) guardados para gastar; nós temos um Orçamento que queremos cumprir. Como sabe, o saldo de gerência, agora com o reforço, é uma oportunidade que temos para também poder reforçar algumas das rubricas onde não tínhamos dinheiro, e eram projetos que queríamos consolidar também no ano de 2019. Por isso, entendemos isto como uma oportunidade, e o dinheiro que aqui está é para investir, e está refletido no Orçamento e no PPI para o ano de 2019. E nós também gostávamos de ter mais obra, ainda mais, e vamos trabalhar para ela também.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.



Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2019.

Quem pretende inscrever-se? Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Trazemos hoje aqui, de facto, uma proposta para alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal. Queria dar conta das alterações que consideramos que são significativas, e que por essa forma também terão que deliberar sobre elas.

Consideramos neste Mapa de Pessoal a contratação de um técnico superior de informática. Queria dar nota aos Srs. Membros da Assembleia e aos Marcoenses que nos ouvem que, de facto, a Câmara Municipal tem hoje um técnico de informática especialista, um técnico superior de informática de gestão, e dois técnicos de informática. Esta nossa necessidade de abertura de concurso para mais um técnico superior de informática tem a ver com as questões relacionadas com a proteção de dados, a nova Lei de proteção de dados, com a gestão das licenças do *software* e com a segurança de informação. Queria aproveitar para dar conta de que a Câmara Municipal contratou, como sabem, uma empresa para fazer a implementação do regulamento de proteção de dados, e já temos um dos relatórios provisórios sobre esta implementação, e ficámos muito preocupados, também como ficámos preocupados depois de ouvir, na última reunião da Comunidade Intermunicipal, a vulnerabilidade em que estão as Câmaras Municipais e muitos dos organismos públicos, em termos de sistemas de informação, mais concretamente no sistema informático. E por isso, é uma preocupação muito grande, a partir de agora vai estar escrita, porque vai haver um relatório, mas nós queremos antecipar esta situação, e queremos, por isso, dar conta da contratação de mais um técnico superior na área da informática para estas questões.

Vamos ter depois, também, a contratação de mais um técnico, ou abrir o lugar para a contratação de um técnico superior na área da economia. Queria dar-vos conta de que, neste momento, a Dra. Anabela Gomes é a nossa técnica que tem os fundos comunitários, e que tem também ajudado a Câmara Municipal em alguma área que tem a ver com o Marco Investe, logicamente relacionada com os fundos comunitários. E por isso, estamos a prever contratar mais um técnico superior na área da economia. Aqui no Mapa de Pessoal estão abertos dois lugares, um deles para este novo, e outro para a Dra. Hélia Carneiro, que vai integrar os quadros da Câmara Municipal através do PREVPAP, dos precários. Por isso, são dois lugares.

Depois, temos a contratação de um técnico superior de ciências da tecnologia, documentação e informação. Como sabem, vamos ter uma nova biblioteca, vamos ter o novo museu, não temos hoje uma pessoa capaz para a área do arquivo e da colaboração na área das ciências e tecnologias da documentação, é uma obrigação nossa, em termos de Quadro de Pessoal, e por isso estamos já aqui a ter em atenção essa contratação também.

Temos três lugares na área de técnico superior do desporto, dois deles que vão ser absorvidos pelos dois precários, o Dr. Sérgio Freitas e a Dra. Andrea Vieira, que são os professores de educação física que estão a desempenhar as suas funções nas Piscinas de Alpendorada, e que, por isso, vão agora integrar, através do PREVPAP, os quadros da Câmara Municipal. E abrimos



mais um lugar para um técnico de desporto, tendo em conta de que, neste momento, o Sr. Vereador do pelouro conta apenas com um técnico para o acompanhar na estratégia do desporto no concelho.

Depois, temos também a abertura de dois lugares de técnico superior de psicologia. Um destes lugares é também para um precário (PREVPAP), que é a Dra. Daniela Pinto, que está hoje a exercer funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. E depois, uma outra vaga, ou um lugar, que será a consolidação que já foi feita, da Dra. Cláudia, que era uma técnica que estava cá a trabalhar connosco na ação social, e que consolidou o seu lugar de mobilidade no Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Depois, temos a contratação de um técnico superior na área de gestão cultural, para o museu. Nós vamos ter, como aqui foi dito, já no âmbito do PARU, o novo museu, um museu mais arrojado, mais inovador. E por isso, não temos nos nossos quadros nenhum técnico superior na área de gestão cultural, e achamos que é uma oportunidade também, agora com este museu, de contratarmos alguém com especialização nesta área.

Temos, depois, dois técnicos superiores na área das ciências da comunicação. Achamos que a comunicação da Câmara Municipal é um aspeto muito relevante, não só o Gabinete de Comunicação, mas também a comunicação tendo em conta a estratégia de promoção turística, do Marco Investe, todos os projetos que a Câmara Municipal está a levar a cabo.

Temos, depois, a efetivação de um técnico superior de criminologia, que é um dos PREVPAP também. Só para explicar, quando eu digo “PREVPAP”, eles, no fundo, são seis pessoas que estão hoje em funções na Câmara Municipal – aliás, já estão há muitos anos, para dar conta de que o Dr. Sérgio Silva e a Dra. Andrea Vieira, os professores de educação física que estão hoje a desempenhar atividade profissional nas Piscinas de Alpendorada, um deles já estava há mais de dez anos a recibos verdes. E por isso, agora são incluídos, com a Lei, no Quadro da Câmara, através desta medida que se chama PREVPAP. Quando eu digo que são PREVPAP, é só para perceberem que são pessoas que já cá estão a desempenhar funções, só que agora, em vez de estarem a recibos verdes, vão integrar o Quadro da Câmara Municipal. Por isso, esta colaboradora, a Dra. Joana Monteiro, era uma das que estava no GIP, e por isso vai também integrar o Quadro da Câmara.

Depois, temos aqui as sete assistentes técnicas, aquelas que vão começar agora o seu início de funções, que foram contratadas ao abrigo da delegação de competências também na área da educação, para crianças com necessidades educativas especiais nos jardins de infância do concelho.

E temos, depois, três técnicos superiores na área jurídica. Queria dar conta de que, neste momento, a Câmara Municipal tem apenas uma chefe de divisão jurista, e outra técnica, que está a coadjuvar esta chefe de divisão. Entendemos nós que é um quadro de pessoal numa área que é extremamente importante para todo o Município e para o bom funcionamento da Câmara Municipal – aliás, os serviços jurídicos são chamados em várias situações a dar pareceres dos outros serviços, nomeadamente da área do Departamento de Obras e Urbanismo, do Departamento da Área Social, Económica, e por isso, além do trabalho que já têm, achamos que é altura de podermos também ter aqui mais juristas a trabalhar na Câmara Municipal, para nos



coadjuvar também nas nossas funções autárquicas e no desempenho das funções e das competências da Câmara Municipal.

E depois, temos aqui um técnico superior na área da engenharia civil. Quando criámos a nova Direção de Contratação Pública e Aprovisionamento, tínhamos previsto já nessa altura a contratação de um técnico superior, engenheiro civil, para poder ajudar a fazer os cadernos de encargos das empreitadas, e poder também dar a sua colaboração em tudo o que é matéria de obras no Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento.

E no Mapa de Pessoal, as contratações e os lugares que nós queremos abrir são estes. Há aqui depois outros lugares que já estavam abertos, eu posso dar essa informação. Eu esqueci-me de falar aqui de uma assistente técnica. Mas, eu vou depois responder às questões que tiverem, mas queria dizer o seguinte: há seis colaboradores que vão integrar os Quadros de Pessoal da Câmara Municipal que já são colaboradores da Câmara, estes PREVPAP, que é a Dra. Hélia Carneiro, o Dr. Sérgio Freitas, a Dra. Andrea Vieira, a Dra. Daniela Pinto, a Dra. Joana Monteiro e a Dra. Tânia Aguiar. Estas seis pessoas já cá estavam, e vão continuar agora pertencendo ao Quadro da Câmara Municipal. E depois, temos lugar para doze pessoas novas. Todos os outros lugares que aqui estão – porque este quadro, realmente, é um bocadinho confuso, mas vocês vão chegar à conclusão que estão aqui inseridas pessoas com licença sem remuneração, algumas delas há mais de dez anos, e estão aqui também, por exemplo, as cedências de interesse público, como é o caso à Águas do Marco – há colaboradores aqui que estão a trabalhar com a Águas do Marco, sob a alçada de uma medida que se chama cedência de interesse público. E depois, também temos outros colaboradores que estão em mobilidade intercarreiras ou entre órgãos, e estão aí também refletidos. Por isso é que o mapa pode parecer um bocadinho confuso, mas se houver dúvidas, eu cá estarei para também vos dar essa explicação.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende, então, inscrever-se? Não há mais ninguém? Sr. Deputado, se faz favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado.

E dispensando os cumprimentos, relativamente a este ponto, é, de facto, com agrado que o Partido Social Democrata vê que se irão ser contratados novos trabalhadores para o nosso Município. De facto, devido ao plano de reequilíbrio financeiro, o Município não pôde contratar durante doze anos novos funcionários. Mas, devido à gestão rigorosa do Executivo anterior, hoje felizmente é possível voltar a abrir concursos e a contratar pessoas para suprir as várias necessidades.

Agora, o que o PSD espera é que, de facto, os respetivos júris escolham os melhores, e que sejam exigentes, porque é com profissionais de qualidade ao serviço da nossa terra que se constrói, de facto, um concelho melhor e cada vez mais eficiente.

Muito obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Presidente, tem alguma coisa a dizer?

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sim, deixar apenas essa nota, para tranquilizar o Sr. Deputado, que os júris normalmente são indicados tendo em conta os profissionais que cá temos na casa, os chefes de divisão e os Srs. Diretores, e já aconteceu, ainda há pouco tempo fizemos um concurso para sete assistentes técnicas, para dar também apoio às escolas com crianças com necessidades educativas especiais, e dar-lhe conta de que, por exemplo, nesse concurso entraram três pessoas que não são do Concelho de Marco de Canaveses, uma delas com um problema de mobilidade condicionada, que entra pelo quota, e recorreremos normalmente a técnicos superiores de outras Câmaras Municipais. Mas, queria tranquilizá-lo, que nessa matéria o júri será bem selecionado, e as pessoas também serão certamente mais valias para o trabalho que queremos desenvolver na Câmara Municipal, para melhorar a prestação de serviços aos Marcoenses.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ora, vamos passar à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

Eu pedia silêncio, por favor, para prosseguirmos os trabalhos.

Ponto n.º 3.6, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Interesse Municipal – Centro de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio – Infraestruturas Associadas, requerido por António Jorge Vieira Azevedo.

Sra. Presidente, faça favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queria só dar nota do projeto que aqui está em causa para votação. Trata-se de um projeto destinado a um Centro de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio, que se encontra em apreciação pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, assim como também em apreciação por várias entidades cujas autorizações são essenciais ao seu licenciamento, nomeadamente a REN – Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional e a Agência Portuguesa do Ambiente.

Esta proposta engloba um conjunto de infraestruturas consideradas essenciais para um adequado funcionamento do Centro de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio, prevê-se a instalação de duas plataformas flutuantes de acesso direto ao plano de água, com capacidade para atração de embarcações turísticas de recreio de pequeno porte, assim também como para o seu aparcamento temporário. A colocação das embarcações na água será efetuada através da rampa de acesso existente no Cais do Torrão – eu esqueci-me de dizer, mas este é um projeto de



relevante interesse municipal na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, mais concretamente no Lugar de Torrão. E por isso, o acesso viário para todo o tipo de viaturas diretamente ligado ao parque de estacionamento também será contemplado. Pretende-se implementar um equipamento que vise englobar duas funções: por um lado, ministrar toda a logística inerente ao Centro de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio, instalações sanitárias, balneários e escritório com área de duzentos e cinquenta metros quadrados (250 m²), e por outro, prestar serviço de restauração e bebidas.

Sendo inexistentes quaisquer instalações para um controlo eficaz de todas as necessidades de funcionamento e segurança da prática de atividades de recreio náutico, este Centro proporcionará também, pela sua proximidade ao rio, um ponto de ligação direto a todas as atividades a realizar, tornando-se fulcral para dar resposta eficazmente a possíveis situações que possam surgir, e para conforto de todos os visitantes e utilizadores. Pretende-se que o Centro de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio consista numa construção amovível, mista, e se insira devidamente na paisagem envolvente, criando uma relação de harmonia com o meio ambiente, fazendo a transição da natureza para uma construção que pretende refletir.

Esta proposta engloba um conjunto de estruturas que funcionam como um todo, cada infraestrutura criada tem a sua função, independentemente, no entanto, de onde funcionam, com um único objetivo: apoiar as atividades náuticas de recreio, conferindo-lhe as condições necessárias a uma boa prática desportiva e a uma boa oferta turística.

Dar conta que em relação aos postos de trabalho criados, pretendem-se criar quatro postos de trabalho diretos, qualificados, e aproximadamente cinco postos de trabalho indiretos, com a execução desta infraestrutura. O custo para a execução deste projeto é cerca de duzentos e cinquenta mil euros (250.000€).

E hoje, o que nos traz aqui é para declararmos o interessa municipal deste Centro de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio, no Lugar do Torrão, e que é um processo que está a decorrer para licenciamento, quer na Câmara Municipal, quer em outras entidades, cujo empresário é o Sr. António Jorge Vieira de Azevedo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ora, quem pretende inscrever-se? Sr. Deputado Miguel Carneiro, Sr. Deputado Mário Luís. Ora, há apenas dois.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Carneiro, por favor.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só para solicitar a minha escusa de voto, por envolvimento no projeto no âmbito profissional.

Obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Tem a palavra, de seguida, o Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Passando à frente as saudações, e pedindo desculpa por atrasar um pouquinho o almoço, e se me permitem também um aparte, eu já disse à Sra. Presidente na informação escrita, não abordou o meu apelo para que se apoie a Escola da Pedra, mas sei que seguramente estará atenta a isso.

Sendo eu um chato defensor do aproveitamento dos nossos recursos hídricos, naturalmente que tudo o que tem a ver com esse aproveitamento, porque para mim é importante, e é de valorizar, porque nós temos do melhor que há em termos de potencialidades naturais para essas atividades náuticas. Naturalmente que eu sou aqui mais defensor acérrimo da questão da canoagem, e espero, espero mesmo não me reformar sem ver concretizado o meu sonho de ver o Marco de Canaveses – porque tem essas condições, é só questão de as aproveitar, são das melhores condições, eu atrevo-me a dizer, a nível mundial, porque isso é dito em peritos estrangeiros, como já falámos aqui, da Rússia, as melhores condições naturais para esse desenvolvimento. Portanto, o meu sonho é, de facto, esse. Penso que nós, no concelho, temos essas condições naturais, temos que aproveitar, fazer alguns investimentos, e o meu sonho é, de facto, ver essencialmente dois polos de canoagem, um no Marco e outro em Alpendorada, e o Marco ser conhecido a nível mundial – porque será mundial; naturalmente, do outro lado do Atlântico será mais difícil virem cá, mas eles têm dinheiro para cá vir, mas a nível europeu, nós podemos ser, de facto, uma referência.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra à Sra. Presidente, se faz favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Nada a acrescentar. O Sr. Deputado Mário Luís já nos fez chegar esta pretensão também em relação à Escola da Pedra, que há bocado nos esquecemos de mencionar.

E em relação a este projeto, também é essa a nossa convicção, é que será mais uma estrutura de apoio às atividades náuticas de recreio, que têm uma importância fulcral no desenvolvimento do concelho, nomeadamente daquela parte do concelho, onde podemos ter ainda melhores resultados na área da canoagem, e que o GCA tem dado também o seu grande contributo nessa área. Por isso, era só essa a nota que queria dar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, passamos de seguida à votação, então. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade, com exceção do Sr. Deputado Miguel Carneiro.

É só mais um bocadinho, para fazermos a aprovação por minuta.

--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---

Ora, bom dia a todos, porque ainda não almocei.

Aprovação em minuta:



Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à transferência de competências para os Municípios e Entidades Intermunicipais. Foi aprovado por maioria, com trinta e quatro (34) votos a favor, e três (3) abstenções. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e quatro (34) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2019. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Finalmente, Ponto n.º 3.6, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Interesse Municipal – Centro de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio – Infraestruturas Associadas, requerido por António Jorge Vieira Azevedo. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Obrigada, e bom almoço.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa atenção, bom apetite para o almoço, que já é muito tarde.